



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Lilliane Maria Machado de Carvalho

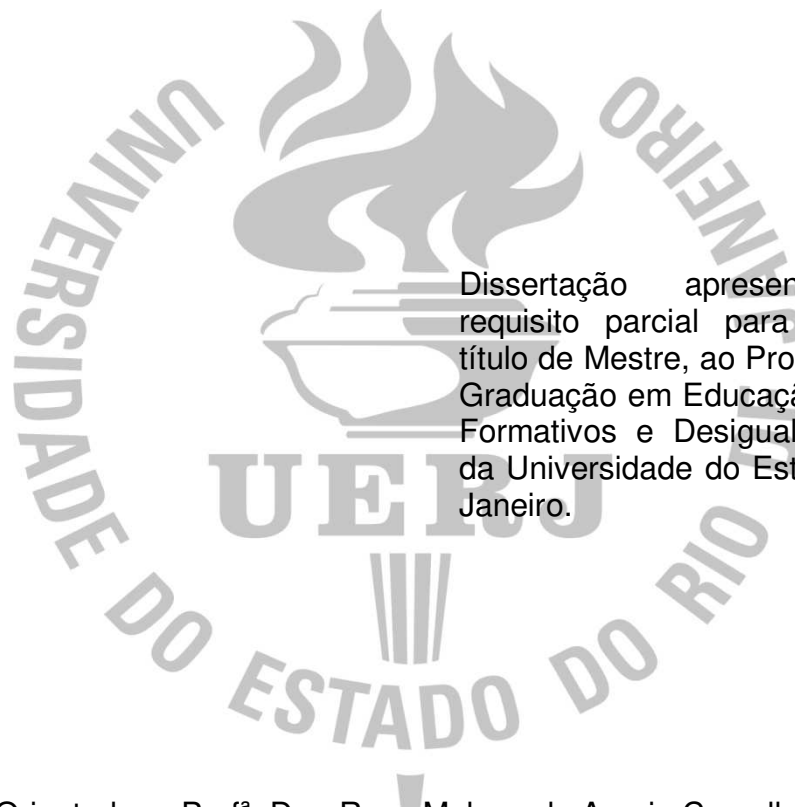
**Os efeitos da (in)corporação das normas: Cotidianos de mulheres
LBTs**

São Gonçalo

2024

Lilliane Maria Machado de Carvalho

Os efeitos da (in)corporação das normas: Cotidianos de mulheres LBTs



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rosa Malena de Araujo Carvalho

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

C331 Carvalho, Lilliane Maria Machado de.
TESE Os efeitos da (in)corporação das normas: Cotidianos de mulheres
LBTs / Lilliane Maria Machado de Carvalho. – 2024.
109f.

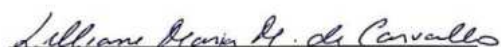
Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Malena de Araujo Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Transexualidade – Teses. 2. Política pública – Teses.
3. Homofobia – Teses. 4. Identidade de gênero – Teses. I. Carvalho,
Rosa Malena de Araujo. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 613.885

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.



Assinatura

27/05/2024

Data

Lilliane Maria Machado de Carvalho

Os efeitos da (in)corporação das normas: Cotidianos de mulheres LBTs

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 07 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Rosa Malena de Araujo Carvalho (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Anelice Astrid Ribetto
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Baptista
Universidade Federal do Espírito Santo

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que me atravessaram, todas que chegaram até essa leitura, sigo agradecendo a todas que caminharam para que eu pudesse chegar aqui hoje e para todas que estão por vir. Que a insubordinação siga forte em nossos corpos!

AGRADECIMENTOS

Carta aberta

Há dois anos, eu, submergida por inquietações, decidi escrever um projeto de mestrado pra UERJ, diga-se de passagem, que nunca pensei que tal espaço deveria ser ocupado por mim, afinal sempre achei que não era das pessoas a mais estudiosa, mas eu sempre me esforcei muito para entender o que faz sentido.

Hoje, posso afirmar que viver dessa forma exige coragem, que eu nunca soube que tinha, mas topei ir criando no caminho. Caminho se faz andando, hoje sou/estou pesquisadora em eterna formação, educar é arte, mas também muito desafio. Hoje, estou mestra em educação, e sei a responsabilidade que tenho com tudo isso: da passagem e da troca de conhecimento com os que me rodeiam, nos próximos lugares que eu passar, a todo instante.

Agradeço ao programa de bolsa da CAPES, pois com ela pude ter respiro para concluir essa dissertação. E há quem diga que não precisamos de cotas! Possivelmente não sabem o desespero de não ter o certo para pagar as contas no final do mês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço à minha mãe que me criou praticamente sozinha, que me ensinou o que é amor na vida. Se fosse escolha eu entraria na fila para vir contigo em todas as próximas vidas.

Aos meus amigos, que me deram força quando precisei, em especial Gabe e Miguel, que me deram a oportunidade de fazer parte da vida da filha deles, Aurora.

À Rosicleide e Suellen Mylenna, sou grata por terem me acolhido em SP, admiro muito as mulheres que são, e poder crescer com vocês tem sido acalanto nesse momento da vida. O sentido de família eu encontrei aí.

Maria Eduarda, um afeto de vida. Daqueles que a gente se perde, mas acha sem pressa, que me resgata e me ensina que somos como rio, que transborda e que as águas de hoje já não serão a mesma de amanhã. Obrigada por me acompanhar

desde o início dessa jornada e que, por desencontros da vida não esteve em presença física, mas sempre esteve, de alguma forma, presente.

À Rosa Malena por ser minha referência de pesquisadora, que me auxiliou quando meus momentos de ansiedade gritavam, que me apoiou e confiou nesse processo. Sem você nada disso seria possível. Obrigada por me mostrar um mar de possibilidades promovidas pelo Grupo de Pesquisa ELAC, sendo ele composto por pessoas incríveis que me deram afeto, liberdade e ensino, sem que estejam separados por nenhuma hierarquia.

Por fim, quero agradecer a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFP. Levo cada memória no coração.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

RESUMO

CARVALHO, Lilliane Maria Machado de. *Os efeitos da (in)corporação das normas: Cotidianos de mulheres LBTs*. 2024. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

A concepção dos corpos é um desafio porque ocorre dentro de um processo de significação cultural. O fruto dessa construção para além do órgão sexual influenciará a vida dos sujeitos. O que é ser mulher? O que é ser mulher Lésbica, Bissexual, Transexual (LBT) no Brasil hoje? Nesta dissertação, os objetivos foram colaborar ativamente para a construção de Políticas Públicas voltadas ao público LBT e, averiguar a força educativa da política parlamentar institucionalizada. O que nos faz questionar a forma predominante de fazer política. Para isso, nos atentamos aos efeitos das normas de gênero, dos modelos hegemônicos de masculinidades, erguidos em oposição ao feminino e as orientações sexuais que necessitam de constante vigilância para existirem combatendo a LBTfobia. O que se busca é compreender a possibilidade do campo escolar se organizar de maneira mais efetiva para o alcance da emancipação social, com apoio do campo parlamentar. Tal atitude pressupõe, como primeiro desafio, analisar os efeitos das políticas públicas nos corpos de mulheres LBTs durante o período de 2020 a 2023, com base nas experiências de uma professora-assessora que compôs a equipe de gênero de uma Mandata Quilombo. Com a metodologia dos cotidianos, a qual trouxe ecos da experiência enquanto assessora parlamentar, com auxílio do referencial teórico e, somada às diversas experiências de outras companheiras, que foram importantes para criar táticas de resistências às práticas de silenciamento e controle que insistem em nos imputar no campo político. O desafio dessa pesquisa foi relacionar esses efeitos a uma nova forma de fazer política, na expectativa de que nos próximos anos possamos seguir reivindicando nossos direitos e visibilizando a identidade lésbica, bissexual e transexual dentro das instituições educativas, políticas, incluído todos os espaços sociais, educando para novas relações que escapem do normativismo e do modelo prescritivo.

Palavras-chave: corpo; gênero; política; LBTfobia.

ABSTRACT

CARVALHO, Lilliane Maria Machado de. *The effects of the (in)corporation of norms: Daily lives of LBT women*. 2024. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

The conception of bodies is a challenge because it takes place within a process of cultural signification. The fruit of this construction, beyond the sexual organ, will influence peoples lives. What does it mean to be a woman? What does it mean to be a Lesbian, Bisexual, Transgender (LBT) woman in Brazil today? In this dissertation, the objectives were to actively collaborate in the construction of public policies aimed at the LBT public and to ascertain the educational force of institutionalized parliamentary politics. This makes us question the predominant way of doing politics. To do this, we paid attention to the effects of gender norms, hegemonic models of masculinity, erected in opposition to femininity and sexual orientations that need constant vigilance in order to exist, combating LBTphobia. The aim is to understand the possibility of the school field organizing itself more effectively to achieve social emancipation, with the support of the parliamentary field. The first challenge is to analyze the impact of public policies on the bodies of LBT women between 2020 and 2023, based on the experiences of a teacher who was part of the gender team of a Quilombo Mandate. With the methodology of daily life, which brought echoes of my experience as a parliamentary advisor, with the help of theoretical references and, added to the various experiences of other comrades, which were important for creating tactics of resistance to the practices of silencing and control that insist on imposing themselves on us in the political field. The challenge of this research was to relate these effects to a new way of doing politics, in the hope that in the coming years we can continue to demand our rights and make lesbian, bisexual and transgender identity visible within educational and political institutions, including all social spaces, educating for new relationships that escape normativism and the prescriptive model.

Keywords: body; gender; politics; LBTphobia.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO “O FUTURO É ANCESTRAL”	10
1	OS CORPOS NO ESPAÇO: CORPOREIDADES E DIFERENÇAS ..	27
1.1	Gênero: Temática como de(vir)	39
1.2	Corpos não cisgêneros: Desconstruindo o binarismo	48
2	QUESTIONANDO O PODER QUE SE FAZ PELO/NO CORPO	57
2.1	Dissecando a caixa da normatividade cotidiana	68
2.2	Experiência educativa pelo Parlamento	75
3	A EXPERIÊNCIA EM TERRITÓRIO EDUCATIVO PARLAMENTAR - UM POVO SEM MEMÓRIA É UM POVO QUE NÃO SABE PARA ONDE VAI	81
3.1	O território do Parlamento e sua relação com a cidade	82
3.2	Experiências educativas pelo Parlamento	86
3.2.1	<u>O Relatório do GT de gênero e sexualidade Mandata Quilombo Deputada Mônica Francisco – a intensidade de uma experiência</u>	89
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO: “O FUTURO É ANCESTRAL”¹

Nunca encontrei um lugar para me encaixar. Parece que tudo o que faço é recomeçar. Não ligo de não encontrar um ponto de partida no mundo. Só é possível encontra-lo quando você encontra a si mesmo
(Viola Davis, 2022, p.99)

Nessa trajetória de vida pontuada por incômodos, algumas situações sempre trouxeram angústia, e o questionamento era o porquê. Junto com isso, em meio às leituras, o encontro com muitas autoras e autores acalentaram para que hoje chegasse até aqui, e estes/as acompanharão por pelo menos, essa vida inteira. Ao ler o livro de bell hooks² (2021), “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”, entendi o porquê de certas situações terem atravessado tanto, especialmente na relação que ela teve com sua família e os atravessamentos de sua infância.

De conversas em bar a artigos acadêmicos, tive a oportunidade de ler relatos que acompanhavam determinados pesquisadores e que soavam familiar, pois infelizmente faço parte dos muitos adultos que foram abusados fisicamente ou verbalmente quando criança, por isso passei um bom tempo fazendo um grande esforço para negar experiências ruins da infância. Felizmente, depois de um tempo negando, percebi que tudo que movia, que transformava, vinha da vontade de fazer/ser diferente do que havia sido esse período.

Deparei-me com duas opções: poderia negar todos os momentos em que fui silenciada, ou olharia para o que me tornei com eles. E posso dizer que o olhar atento e afetivo para os traumas me fez uma mulher resiliente. Não poderia começar esse trabalho sem mencionar uma infância que, também com muitas memórias boas, tivera suas turbulências e, por isso, frisar que esse trabalho, para além de fins de pesquisa, busca de forma coletiva resgatar e ecoar uma história, buscando ir além dela, entrelaçando com outros/as. O que traduz a relevância de um/a pesquisador/a com corpo, afetado/a pela empiria dos cotidianos, ser crucial, para que o poder e a magia da escrita sejam concebidos com urgência, mas sem pressa.

¹ Ao dizer que o “futuro é ancestral” Ailton Krenak (2019) exprime que não teremos futuro sem o resgate das cosmovisões sustentáveis do passado.

² A escritora bell hooks em minúsculo como forma de enfatizar, segundo ela, "substância de seus livros, não quem eu sou".

A urgência permite olhar para um problema e nos mantermos atentos. Ao dizer urgente e sem pressa, me refiro ao estar, os alertas para assuntos que nos cobram respostas rápidas. E, nesse momento, elaborar com o corpo de maneira lenta, onde nada seja feito às pressas embora sejam urgentes. Vivemos em tempos de ansiedade climática conceito - contemporâneo no qual não adentrarei -, mas que fala desse sentimento onde tudo gira em torno da urgência, trazendo angústia, e vem acompanhado dos eventos extremos na natureza e conseqüentemente impactos no aquecimento global. Fica a reflexão: temos sede de viver ou medo de morrer logo?

Fundamental, também, é iniciar destacando que, chegar até aqui não seria possível se não fossem os profissionais da educação que compartilharam seus saberes dentro das repartições educativas, desde o ensino fundamental, até o ensino médio. Saberes que não se aprende em qualquer lugar, para além do teórico e prático previsto nos currículos, mas àqueles que captamos, construímos, vivemos. Possibilitando a construção de uma dimensão política, social e cultural que são fundamentais para inserção no mundo.

O ensino médio foi concluído em 2015 no Colégio Pedro II, um período que durou 12 anos. Esta foi uma ocasião de muitas mudanças, trabalhava como monitora de van escolar e era difícil conciliar trabalho e estudos, pois muitas vezes saía do serviço direto para a sala de aula, realidade de muitos jovens. Foi um esforço muito grande para concluir determinada etapa. Em julho de 2016, ingressei no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, o qual seria um grande desafio, primeiro, por ter que conciliar trabalho e estudos, além do deslocamento até o local da faculdade. No meio da graduação encontrei no Levante Popular da Juventude³ a vontade de ser, de me organizar, pois, naquele momento, a conjuntura política cobrava isso. E já que falar é um ato político, nosso corpo é político também. Via-me naquele momento dando o primeiro passo para exercer carreira como educadora.

Movida pelas questões de gênero, na monografia de conclusão da graduação, busquei trazer um retrospecto de como as normatizações de gênero se construíram, e os impactos disso especificamente nas aulas de educação física, sob o olhar da Teoria *Queer*. Teoria nova, porém, muito criticada por uma sociedade que

³ O Levante Popular da Juventude é um movimento que luta por um Brasil melhor. Estamos nas escolas, periferias, universidades e no campo.

infelizmente desqualifica corpos LGBTQIAP+⁴, os quais devem se firmar em todos os momentos, pois são atacados por existirem. A graduação foi concluída no ano de 2020.

Em setembro de 2020, no meio de uma pandemia, entrei em uma pós-graduação em diversidade sexual e gênero, onde pretendia entender possíveis maneiras de assegurar a importância da garantia de direitos fundamentais dentro dos aparelhos dos quais fazemos parte, sendo eles instituições educativas, saúde, assistência social etc. Com essa especialização na área de gênero, pude aprofundar a pesquisa monográfica realizada na graduação, podendo seguir indagando e levando um assunto que ainda hoje, pleno século XXI, segue cercado de muitos tabus.

Na monografia de conclusão desse curso de pós-graduação, meu objetivo era buscar entender como e em que momento a lei falhava, e por que falhava. Infelizmente, não consegui concluir a pós-graduação pois, devido a apropriação do empreendedorismo na educação, o trabalho final era um projeto voltado para empresas, e eu me recusei a fazer. As vidas não podem continuar sendo negligenciadas, desvalorizadas e exterminadas para que o capital se afirme e não irei, jamais, ser nenhum tipo de engrenagem para que assim se estabeleça.

Em sua exposição, Deleuze (1992) disse que o poder requer corpos tristes. O poder necessita de tristeza porque consegue dominá-la. A alegria, portanto, é resistência porque ela não se rende. A alegria como potência de vida nos leva a lugares onde a tristeza nunca levaria. E relacionar essa ideia de alegria com o campo educativo me faz acreditar nos processos educativos – o que me levou ao Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGedu-PFDS).

É mobilizada por esse sentimento de luta, resistência e alegria para uma educação de qualidade para os que virão que sigo a formação, me preparando para as aflições atuais aqui presentes e para os próximos ciclos e desafios que serão colocados em meu caminho. Assim, motivada na luta pela democratização, ingressei no PPGedu-PFDS da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. E, ao ingressar, me tornei parte do Grupo de Pesquisa ELAC (Educação física escolar;

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais - o + simboliza outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

experiências Lúdicas e Artísticas; Corporeidades), grupo que tem o conceito de corporeidade como central para as pesquisas e demais projetos.

O narrado no presente trabalho, portanto, relata não só a trajetória da formação escolar e profissional, mas, também, a forma que encontrei de expor parte das minhas inquietações com o mundo, dos meus questionamentos e indagações, constituindo-se em uma síntese dos momentos marcantes das experiências, enquanto sujeito em dinâmico e sempre incompleto estado de formação.

Caminhos que me trouxeram até aqui... E a delimitação da pesquisa

O estudo de gênero tem sido abordado de forma acentuada no momento em que vivemos, frente a tantos retrocessos, a temática se torna imprescindível, já que as discriminações de gênero estão ligadas diretamente a questões como: violência, pobreza e dificuldade ou quase inexistência de acesso aos cuidados da saúde completa de cada um, que é integral (“mental e física”), assim como coletiva. Entre tantas histórias pessoais e outras observadas, aqui destaco um congresso LGBTI⁵ na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ocorrido em 2018. Em meio a diversos debates, uma situação chamou bastante atenção: um jovem de uns 24 anos, aqui nomeado por Caetano, na medida em que se movimentava, se corrigia. Foi possível notar em seu caminhar e na forma que falava, quando estávamos juntos, em uma atitude aparentemente inconsciente, corrigia sua postura e engrossava sua voz sempre que “percebia” sua linguagem corporal.

Lembro, como se fosse hoje, conversamos e tomei a liberdade de perguntar, na busca de me colocar como ouvinte de algo, que certamente, pelas suas expressões faciais, demonstravam incomodo a si mesmo. Entre uma conversa e outra, ele relatou que quando era criança, segundo seu pai, a forma que ele gesticulava ao falar era um “ato de desmunhecar”, isso irritava ao pai que o agredia fisicamente, na maioria das vezes. Na medida em que foi crescendo, ele foi obrigado a prestar serviço militar pois dependia do pai financeiramente, e a partir do momento em que começou a trabalhar foi morar com amigos, se assumiu como homossexual e fazia aulas de teatro para que conseguisse a liberdade dos seus movimentos corporais novamente.

⁵ No ano de 2018, ainda se utilizava a sigla LGBTI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexo.

Ao final do seu relato, ele me agradeceu pela escuta ativa e disse que seria muito importante que nossas crianças fossem ouvidas e que seus gestos não fossem julgados ou erotizados. Essa é uma das histórias que exemplifica a necessidade de problematizar o quanto as normas podem ser agoniantes para um indivíduo que não se encaixa em determinados padrões.

Quantas masculinidades e feminilidades existem? Essa visão binária nos representa? Se existem outras formas, quais as características que são necessárias para que seja denominado que um indivíduo se enquadre em uma dessas “opções”? São questões a serem observadas, questionando o papel fundamental das instituições de “poder”, com base nas doutrinas religiosas, educativas e jurídicas, em afirmar o sentido do masculino e do feminino, em uma perspectiva binária construída no interior das relações de poder, legitimando os estereótipos sexuais e influenciando muito nos gestos corporais das pessoas.

Sobre esse aspecto, uma sociedade que classifica gênero sob uma estrutura binária, ao separarmos aqueles que se identificam como mulheres ou homens, surgem diversos questionamentos. Dentre eles, a não binariedade de gênero, ou seja, pessoas que, não se encaixam dentro destes dois padrões e podem ser, ou não, uma combinação de masculino e feminino.

Cabe considerar que:

De acordo com a teorização feminista pós-estruturalista, esse binarismo não existe, pois masculinidade e feminilidade se definem reciprocamente, visto não existir nenhuma essência a priori determinada para uma e outra identidade. Essas identidades, ao contrário, são produzidas na cultura, não havendo uma fixidez na sua produção. Do mesmo modo podemos pensar que não existe a categoria homem e a categoria mulher isoladamente. Os sujeitos são homens e mulheres plurais porque são de diferentes etnias, classes sociais, religiões, idades etc. Um homem negro, jovem, atlético, gay e pobre apresenta, em seu corpo, marcas muito distintas, por exemplo, de um homem branco, rico, evangélico, heterossexual e deficiente físico (Goellner, 2010, p.76)

Portanto, é imprescindível estudar a questão de gênero distintivamente de sexo, pois o gênero incorpora relações de poder, cultura e educação para além do biológico. O corpo não é algo dado, mas sim constituído por aspectos culturais em que estamos inseridos e sendo frequentemente modificados pela nossa cultura.

Desse ponto de vista, Jaqueline Gomes de Jesus (2012) ressalta que ao tratarmos das dimensões de gênero, devemos entender diversos termos, como: sexo, ligado diretamente aos genitais; identidade de gênero considerado um

processo de identificação do sujeito que pode ou não estar de acordo com o sexo e gênero que lhe foi atribuído quando nasceu. É válido ressaltar que essa identidade e orientação sexual são fatores diferentes e que não podem ser confundidos – sobre isso desdobrarei mais adiante. Assim como a expressão de gênero que é a forma como a pessoa se apresenta, seu comportamento, sua aparência de acordo com construções sociais de um gênero determinado.

Todo esse contexto se constrói através de um processo de identificação e significação individual do que é ser mulher ou homem dentro da atual sociedade contemporânea, visto que os sujeitos são padronizados para seguir normas que serão influenciadas na construção dos corpos. Pesquisar essas questões se justifica e torna-se importante na medida em que, pessoas que não se encontram no padrão exigido pelo seu gênero, são privadas, tolhidas de outras possibilidades de ser.

Em uma perspectiva democrática, é indispensável que os profissionais da educação se atentem e questionem as verdades construídas sobre os processos de formação, e que as mudanças englobem a categoria gênero sob a visão de que os sujeitos são resultado das suas experiências e vivências, que por sua vez são constituídas histórico culturalmente e não dadas pela natureza, ou seja, não nasce com elas, é algo a ser produzido socialmente.

Outro aspecto que deve ser compreendido são as orientações sobre identificação de gênero. Jaqueline Gomes de Jesus (2012) explica que, em primeiro lugar, é importante destacar que, em termos de gênero, todos os sujeitos podem ser enquadrados (independente de todas as limitações comuns a qualquer classificação) como “transgênero” ou “cisgênero”.

Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero. Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans (Jesus, 2012, p.10)

Levando, então, em consideração a trajetória histórica acerca de gênero, essa pesquisa se desenvolve a partir do recorte de mulheres LBTs que se deparam nessa necessidade de afirmação dentro de uma sociedade ainda extremamente preconceituosa em relação a sua identificação. Quando se veem fora do padrão, e que são cerceadas socialmente ao buscarem educação, saúde e as políticas

públicas no geral. A pergunta central desta dissertação, portanto, é porque políticas públicas não chegam de forma integral para mulheres LBTs⁶? A qual podemos desdobrar em outras: por que, nós, mulheres, somos moldadas pelas nossas vestes? Somos as que mais sofrem com desemprego? Temos nossa orientação sexual invalidada? Até quando a expectativa de vida de mulheres trans será de 35 anos?

Ao buscar construir possíveis respostas, a pesquisa objetiva contribuir para diminuir a aflição de quem sofre pelo preconceito; identificar as formas e denunciar a constante invisibilização dos corpos, de mulheres com vulva ou pênis, dentro dos espaços públicos; educar para um novo olhar em relação a corpos LBTs, o qual possa colaborar ativamente na construção de políticas públicas.

Problematizando o porquê políticas públicas não chegam de maneira integral em corpos LBTs, partindo disso, qual é a relação com os diversos cotidianos que compõem a cidade? Ou seja, quais as formas como isso é influenciado e influência o chão das escolas? E, ao trazer dados de um trabalho feito por mulheres dentro da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), busca-se estudar a relação dessa experiência com a cidade, como campo educativo.

Essa delimitação da pesquisa é por reconhecer que os ditos “minorias” são maioria no cenário brasileiro. E se hoje, políticas públicas não chegam em corpos LBTs de forma ampla e integra, possivelmente é porque a homofobia no Brasil é velada e negada. Aquele famoso “respeito, mas longe de mim” e por isso, pelos caminhos que me trouxeram até aqui pretendo refletir acerca da homofobia como um racismo institucionalizado, velado pelas leis do próprio Estado.

O direito à cidade é conceito inicialmente formulado pelo filósofo francês e marxista Henri Lefebvre em seu livro *Direito à Cidade*, publicado em 1968. Segundo o Henri Lefebvre, a luta de classes, hoje mais do que nunca se estabelece nos espaços, pois

O projeto de “mudar a vida” permanecerá um slogan político, ora abandonado, ora retomado, enquanto persistir a cotidianidade do espaço abstrato com seus constrangimentos muito concretos, enquanto houver tão somente melhorias técnicas de varejo (horários dos transportes, rapidez, conforto relativo), enquanto os espaços (de trabalho, de lazer, de habitação) permanecerem separados e reunidos apenas pela instância política e seu controle (Lefebvre, 2008, p.55-56)

⁶ Recorte do trabalho: Mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Longe de adotar uma postura nostálgica em relação ao passado, Lefebvre argumenta que a cidade deve mudar para além de ser simplesmente um reflexo de ideias e desejos. Ele enfatiza a necessidade de estabelecer uma abordagem urbana não hegemônica, a ser conduzida por grupos, classes sociais ou frações de classes com capacidade para empreender iniciativas revolucionárias. Essa abordagem seria responsável por formular e implementar soluções para os desafios urbanos, fundamentada na elaboração de um programa político abrangente de reforma urbana e em projetos urbanísticos de curto, médio e longo prazo. Além disso, Lefebvre destaca a importância de uma revolução cultural contínua como parte integrante desse processo.

Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, aquilo que resta da realidade urbana. Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna "necessariamente revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas. A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma, essa ausência (Lefebvre, 2008, p.113)

Bebendo dos aportes teóricos apontados por Henri Lefebvre, para uma análise mais profunda, seria necessário um mergulho sobre estudo de classes, visto que para ele a classe operária deveria ser protagonista de toda e qualquer transformação. Nessa pesquisa, nos atentaremos apenas as questões de gênero e cultura para o recorte do direito à cidade.

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008, p.134)

A luta pelo direito de acesso pleno a cidade com respeito ao gênero e a cultura é exercício publicamente. E, ao se ater ao campo educativo, as raízes deste debate se faz necessário, trazendo a necessidade de politizar cada vez mais, do currículo à sala de aula. Miguel Arroyo (2016), doutor em educação, em um de seus textos, "Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na base nacional comum?", através do debate da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca a importância do reconhecimento dos corpos. Chama a atenção de que é

essencial atentarmos que os corpos são produtores ativos de cultura, nossa cultura corpórea, nossos corpos possuem história.

A análise da BNC ficará enriquecida se destacado o direito dos educandos a saber-se sujeitos de produção da cultura corpórea, se destacado o direito dos educadores a conhecerem a especificidade da cultura corpórea na formação cultural e ainda o seu direito ao domínio das artes de valorizar nos educandos serem sujeitos – com seus coletivos sociais, raciais – de produção, manutenção, socialização da riqueza de culturas corpóreas. Não é qualquer didática que dá conta de um dos processos tão ricos e complexos como a formação cultural e, sobretudo, como o reconhecimento de serem sujeitos de culturas corpóreas (Arroyo, 2016, p. 20)

O que evidencia que as escolas, universidades e todas as redes de ensino, enquanto aparelho institucional, assim como os diversos espaços educativos que a cidade mantém, reconheçam a urgência da abordagem dos temas relacionados acerca de gênero, e a cultura tendo como centralidade os corpos. O chão da sala de aula, como as ações parlamentares, são campos de disputas não só educacionais, mas pelas formas de fazer política. Assim, nós, enquanto sujeitos ativos do saber, devemos protagonizar a construção educacional e não apenas sermos destinatários agradecidos das políticas e diretrizes impostas em nós, pelo que Arroyo nomeia de poder do alto.

A partir desse reconhecimento aproximar-nos da análise da Base e do conjunto de diretrizes e planos, para questionar se representam um avanço ou um recuo nos avanços que vinham acontecendo nas lutas dos trabalhadores empobrecidos, dos indígenas, negros, quilombolas, mulheres, LGBT por afirmar-se como sujeitos de direitos e até como sujeitos de políticas de garantia de direitos: política agrária, urbana, de previdência, trabalho, de transporte... sujeitos de políticas educativas atreladas a essas lutas (Arroyo, 2016, p.17)

Nesse processo, é necessário que se entenda a importância da cidade. Qual a relação dela com o campo educativo? A cidade enquanto “sujeito” educador, o que aprendemos com a cidade? Em uma passagem do texto “A cidade dos anjos do improrrogável”, os autores Luiz Antônio Baptista e Rodrigo Lages e Silva (2017) dizem que “(...) a cidade dará uma resposta às suas análises, responderá às verdades das quimeras presas ao seu corpo” (p.53).

Submergidos por esse texto, evidenciando a cidade como um conjunto de inteirezas, não se pode falar de corpos sem que se entenda a cidade onde este corpo está mergulhado. Os autores acima nos convidam a saltar, permitindo-nos desfazer de nossas certezas:

Paredes, telhados, escombros, esquinas com outras cores e texturas fazem-no estranhar a cidade que você pensava ser só sua. A memória agora pertence ao inferno quando fratura implacavelmente a continuidade do tempo. Paredes cinzentas das construções, os vazios da Avenida, a paisagem desfocada e irreconhecível indagarão o que você quer, deseja, propõe, sente no intestino, em todas as vísceras e você responderá, e novamente outras perguntas serão feitas jogando o seu corpo trêmulo no abismo. A memória, quando fratura a sequência dos anos, interrompe a continuidade do tempo, exige tônus ao corpo porque algo deve ser feito. Você está perdido (Baptista; Silva; 2017, p. 55)

Nesse processo é imprescindível reconhecer que o cotidiano dessa cidade viabiliza uma nova forma de fazer política, pois como “esta categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido” (Santos, 1997, p. 2), esses corpos precisam dar/tomar voz, para que políticas públicas sejam não só pensadas para, mas feitas com. Mas, em que momento é determinado que corpos LBTs serão restringidos ao acesso pleno nos espaços? Quem garante os direitos? O Estado está a favor do que, ao excluir determinados corpos?

Ao olharmos para o Brasil, onde mais da metade da população é negra, nos atentamos a qual perspectiva de educação pública queremos, e quais corpos usufruem dessa educação que em tão pouco tempo se tornou de fato pública? E como os efeitos da normatização nesses corpos, principalmente dos corpos favelados (a presente pesquisa se passa no Estado do Rio de Janeiro, onde favelas se encontram em todos os cantos da cidade), se torna ainda mais violenta dentro de um Estado racista.

Segundo Foucault (1987), o poder não emana somente do Estado; existem formas de exercícios do poder que estão a ele ligadas de várias maneiras e que são, muitas vezes, extremamente necessárias à sua conservação e ação eficaz. Sendo assim, algumas instituições assumem técnicas de regulação, controle e dominação que são fundamentais para o funcionamento do Estado, afinal

(...)-o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações (Foucault, 1999, p.89).

É por meio dessa compreensão de como o poder se estabelece que aqui trago a experiência na Mandata Quilombo. Processo mobilizado pelo afeto do

envolvimento com os cotidianos, alumando a reflexão sobre nosso lugar no território, compreendendo as correlações na formação de cada um/a, a partir do gênero, etnia, pelas estruturas de poder que são impostas em nossos corpos e o entendimento das experiências no espaço. O que expressa uma concepção de corpo em que tudo nos constitui (incluindo os afetos) e, é essa nossa presença que permite novas experiências (como o fazer política).

Neste movimento, o exercício da narrativa é, necessariamente, coletiva, pois acontece a partir das relações com os cotidianos do espaço vivido/experenciado. Ao explicitar a metodologia abordada nesse trabalho, reitero que: “Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo” (Gatti, 2021, p. 63).

A autora Bernardete Angelina Gatti, em um de seus artigos menciona que, junto da professora Marli, escrevera sobre a importância dos métodos qualitativos em educação no Brasil (Gatti, André, 2010), onde ressaltavam que eles auxiliaram de maneira significativa para que houvesse a ampliação e diversificação dos conhecimentos na área da educação, e, conseqüentemente, para os conhecimentos voltados à docência.

Compreendendo a amplitude das metodologias qualitativas, Gatti (2021, p. 51) afirma:

Na maioria das vezes, com foco mais delimitado, esses métodos permitem aproximação mais profunda em relação às formações, aos processos culturais, aos de aprendizagens, adentrando em questões do cotidiano escolar, explorando situações diversas. Com isso, abriu-se mais espaço no universo epistemológico dos debates dos fatos educacionais, ampliando o compromisso com as realidades socioeducacionais e levantando questões de equidade educacional e ética pedagógica e social e ética nas pesquisas

E é com esse aspecto qualitativo que aproximo de onde a vida acontece - o cotidiano – *espaçotempo*⁷ em que estabelecemos todas as relações humanas, as quais podem ser criadas e experienciadas.

Nesse sentido, enquanto professora-assessora apresento uma narrativa mobilizada pelas experiências na Mandata Quilombo, *espaçotempo* que estive como assessora de uma Vereadora, durante 2018-2022, o qual detalharei mais à frente.

⁷ Neologismos são muito empregados por quem pesquisa pelo/com/nos cotidianos, para propor sentido diferente do que seria, quando separadas.

Agora, importante destacar o quanto essa experiência foi formativa, como parte de uma tomada de consciência LBT de forma intrínseca ao campo dos estudos descoloniais; como desenvolvimento de uma prática educativa crítica; dentro de percepções antirracistas e antissexistas.

Sobre esse aspecto, Gloria Watkins, em uma entrevista lúdica com bell hooks, ao narrar de suas experiências como parte de uma tomada de consciência pela escrita, pergunta: “Você enxerga um elo entre o processo de descolonização e a insistência de Freire na “conscientização”?” (hooks, 2017, p. 67). O que exemplifica o quanto a prática educativa e política acontece em todos os tempos, espaços, nas leituras, na sala de aula e na construção social cotidiana. Nesse contexto de uma descolonização e da tomada de consciência de um processo, em que espaço público e privado não se dissociam, essa prática educativa é concebida com base nas vivências e conscientização construídas no cotidiano da vida. O que significa exercer um educar com base em um vocabulário e gestos de escuta afetiva, possibilitando narrativas pelas experiências, tendo a metodologia como visão de conhecimento.

Ou seja, essa pesquisa parte e quer voltar à realidade do dia a dia, na medida em que estudamos os efeitos da violência de gênero, e partindo disso podemos pensar em ações de enfrentamento, educando para uma nova realidade. Fundamental, pois o Brasil vive contexto de ultramilitarização, fascistização da sociedade que ampliam os ódios que se materializam em machismo, misoginia, racismo, LGBTIfobia, capacitismo. Nas eleições de 2018 e 2022, muitas candidatas à vereança e à Prefeitura sofreram ameaças, ataques misóginos e até mesmo atentados⁸.

Na assessoria na Mandata⁹, identificamos o quanto os corpos de mulheres negras estão vulneráveis. Mulheres negras, mulheres não cisgêneros fazem ver o quanto o apagamento histórico também é violência de gênero, ou seja, quando a memória e a história priorizam as narrativas dos homens e apagam as lutas também há violência. Aqui reverencio Jurema Batista, Erica Malunginho, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Sir Lady Java, Erika Hilton, Conceição Evaristo mulheres negras

⁸ <https://agenciamural.org.br/especiais/candidatas-das-periferias-de-sp-sofrem-intimidacao-durante-disputa-eleitoral/>

⁹ Mandato no feminino: estávamos construindo uma Mandata, compreendendo não só a importância do quilombamento, mas na firmação de um corpo feminino. Para Mônica Francisco, o corpo que sustenta e representa o Brasil é uma mulher negra.

fundamentais que abriram caminhos para o campo social e político, incluindo a professora Jaqueline Gomes de Jesus que, com sua pesquisa e sua militância, nos dá ferramentas para lutar por isso.

Os atravessamentos do processo enquanto assessora se deram a partir do que foi vivido, e o pesquisar a partir dessa experiência só é possível porque me afetou profundamente. “A experiência se faz na relação entre sujeitos que habitam um mundo comum, é o que acontece quando estamos atentos/as a alguma coisa, quando nos encontramos, quando estamos (verdadeiramente) presentes” (Berti, Carvalho, 2023, p.190).

Por isso aqui estamos pesquisando, para melhor compreender o processo de colonização, escravização e a estrutura patriarcal que impõem a violência de gênero, estabelecendo um processo histórico de apagamento dessas pessoas em espaços políticos, pedagógicos, de saúde, assistência social etc. Busco, assim, entender com maior profundidade como os conceitos acerca de gênero se construíram, sem deixar de mencionar as interrelações com outras questões. Ao narrar essas experiências, procuramos almejar novos movimentos, deslocamentos dentre outros eventos, que nos obrigam a parar, observar e escutar com atenção. Vale ressaltar, nesse sentido, que o campo escolar e toda a cidade pode ser compreendida como um potente território de experiências.

No desenvolvimento dessa pesquisa, foi primordial partir do entendimento de que as lutas contra as desigualdades de gêneros, nas esferas que constituem nossa sociedade, especialmente nos espaços que possuem relação com as escolas, nos exigem uma educação não discriminatória! Não sexista, não homofóbica, antirracista e é por isso que devemos agir contra esses ranços autoritários como o Escola sem Partido¹⁰ e a sanha de censura aos debates sobre gênero e sexualidade.

Essa pesquisa, então, procura contribuir para que o direito à educação de todos, todas e todes esteja garantido, assegurando uma educação com currículo, material didático, práticas pedagógicas e tudo o mais que possibilite a ser escola um lugar acolhedor, inclusivo para estudantes de baixa renda, LGBTQIAP+ etc. Para isso, no trabalho cotidiano para consolidar espaços democráticos, a política da rua –

¹⁰ Projeto de Lei Nº 193/2016, conhecido como *Programa Escola sem Partido* enquanto um ataque a esse desdobramento da mudança na esfera nacional vetando o debate étnico-racial, os debates de gênero e sexualidade na educação. Não obstante, vale analisar os efeitos diretos no currículo das escolas e no papel do professor, pois ele propõe medidas coercitivas a sua postura que o impede de trazer temas que tratam da realidade de muitos brasileiros.

ou seja, o que é construído nas ruas por atos e articulações dos movimentos sociais (sobre isso, voltarei adiante) - compreende a cidade enquanto espaço educativo, tendo a escola como direito, local de acesso ao conhecimento, à arte, ao saber, ao pensamento, à esfera pública e, principalmente, como o primeiro passo para conscientização de todos os outros direitos.

Quando políticas públicas não chegam para todas, qual é a relação de princípio com o chão da escola? Nesse momento, peço que reflitam a atual supervalorização das Escolas pelo empreendedorismo, que aqui não adentrarei. Infelizmente as escolas estão sendo vistas como ferramenta econômica, pois afetam e são afetadas por todos os rumos políticos da sociedade. Resgatando um texto do autor Dermeval Saviani (2020), onde ele explicita o porquê do sistema capitalista se apropriar das escolas públicas, nesse artigo intitulado por “A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático”, ele destaca a importância do capital (dinheiro),

Isso porque a força do trabalho, uma vez posta em movimento, é capaz de gerar mais do que ela vale. Assim, quando um capitalista contrata um trabalhador ele está comprando a sua força de trabalho, a qual é trocada por um salário que corresponde ao seu valor, isto é, com esse salário o trabalhador irá adquirir tudo o que é necessário para se manter e se reproduzir. Mas, como já foi dito, a força de trabalho é capaz de produzir mais do que ela vale. Conseqüentemente, uma parte do que ela produz corresponde ao salário, que é a remuneração da força de trabalho. A parte que excede esse valor, por isso mesmo chamada de valor excedente ou mais-valia, é que torna possível a remuneração do capital, isto é, o lucro. Esta é a parte que se incorpora ao capital permitindo a sua ampliação. E como, a rigor, só se pode falar em capital quando se trata de dinheiro (investimento) que incorpora valor excedente do trabalho pode-se concluir que o lucro é inerente ao capital (Saviani, 2020, p.6)

Seguimos, então, após entendermos que a força de trabalho sempre vai valer mais do que pagam por ela, justamente para que haja lucro, ao relacionarmos às escolas, especialmente às públicas, gratuitas, obrigatórias, que deveriam ser laicas e democráticas, cuja implementação se estabeleceu a partir do século XIX na formação dos sistemas nacionais de ensino.

Nesse novo contexto a educação assume uma função explicitamente política. A escola passa a ser entendida como um instrumento para transformar os súditos em cidadãos, portanto, um instrumento de participação política, a via efetiva para se implantar a democracia. Tratava-se de uma proposta que representava os anseios não apenas da classe dominante, mas também da classe dominada. Eis aí o caráter hegemônico da burguesia: seus interesses são expressos de modo a abarcar também os interesses das demais classes; a ideologia liberal se torna consenso. Isso,

porém, não ocorre de forma tranquila, linear, mas de maneira contraditória, conflituosa (Saviani, 2020, p.7)

A partir desse feito, o cenário mudou, ficando mais difícil ver as diferenças entre as classes sociais. Todos passaram a compreender o protagonismo das escolas, a educação se tornou função política, com a inclusão como parte do processo de implementação da aparente democracia. No entanto,

Obviamente, os tais “programas de governo” eram “os melhores” do ponto de vista dos interesses dominantes. As camadas dominadas não se identificavam com os referidos programas. E, já que, pela sua posição subalterna não constavam representantes de sua classe como candidatos aos cargos políticos, elas buscavam, dentre as alternativas propiciadas pelas várias frações da classe dominante em luta pela hegemonia, aquela que acenasse com algum espaço que permitisse a manifestação de seus interesses. O povo, portanto, tendia a eleger para governantes aqueles que não eram considerados os melhores candidatos do ponto de vista da classe dominante (Saviani, 2020, p.8)

Assim, com a classe dominada alfabetizada, tudo ficaria mais difícil para manter o *status quo*. Sobre esse aspecto, deve-se refletir sobre os caminhos que fizeram a educação ser hoje disputada por todos que acreditam nela como potencializadora para uma sociedade contra as desigualdades, lutando contra a invasão das engrenagens do empreendedorismo e, na disputa política para não torná-la moeda de troca.

E amparados pelas implicações teórico-metodológicas dessas ideias que professores/as e pesquisadores/as almejam encontrar/construir “a história não contada e que está presente em seus próprios personagens e não em quem os narra”(Maia, 2020, p.3), procurando colaborar com a construção de políticas públicas para todos os corpos — aqui destacamos os LBTs -, reconhecendo que fazemos parte de uma cidade estruturalmente reprodutora das desigualdades, e que os rumos políticos afetam e seguirão afetando o campo educacional.

A vida em sociedade, sendo construída socialmente e politicamente, indica entender como as políticas construídas e debatidas são executadas (ou não) no dia a dia. Quando queremos essas políticas em prol de todos/as/es, sentimos urgência quando não vemos qualidade, acessibilidade, melhorias etc, nos espaços públicos que frequentamos. O que nos faz seguir nessa pesquisa, em conjunto com esse aporte teórico, para averiguar a maneira como a política parlamentar institucionalizada se estabelece nas ruas e vielas da cidade e chega às escolas, compreendendo a importância dos cotidianos das escolas e de todos os espaços

públicos como princípio de fomento para a democracia, protagonizando uma nova concepção de fazer política.

Questionando, assim, que em pleno século XXI, em contexto de revolução tecnológica, ainda tenhamos que discutir, por exemplo, questões tão básicas como acesso indiscriminado ao banheiro, casamento entre pessoas do mesmo sexo, respeito ao nome social e a utilização de uma linguagem inclusiva. É inacreditável termos em diversos espaços a proibição a “linguagem neutra”¹¹, pois, nesses espaços, ou se ensina a norma culta ou se faz uma linguagem inclusiva. Quando é para excluir a população LGBTQIAP+, politicamente falando, muitos naturalizam que alunes trans abandonem a escola que não os/as/us aceitam, que não consigam se inserir no mercado de trabalho e que morram aos 35 anos, de forma violenta. Defendendo todas as formas de viver, precisamos romper esse ciclo e com isso objetivamos colaborar.

Compreendendo toda contribuição teórico metodológica citada anteriormente, a estrutura desse trabalho se constitui por essa introdução, na qual buscamos relatar os caminhos que me trouxeram até aqui, todos os atravessamentos que me cercam, o que inclui as aflições enquanto uma mulher gorda, não no padrão considerado feminino, lésbica, professora, com experiência na assessoria parlamentar. Salientando a importância da tomada de partido que culminou o início da escrita dessa pesquisa, entendendo a urgência dos assuntos que aqui trouxera, frisando que o pontapé que sucedeu até aqui não busca uma tomada de posição estável e inflexível. Pois pesquisar é estar aberta/o/e ao desconhecido.

Seguindo com o primeiro capítulo, no qual a construção dos corpos nos espaços, a diferença e a diversidade no que diz respeito à corporeidade no cotidiano dentro da cidade é explorada. No segundo capítulo, o cenário político do Brasil e a experiência enquanto professora-assessora dentro de uma Mandata Quilombo, representada por uma mulher negra dentro da ALERJ, cujo plano de ação buscou, de forma incessante, a construção de um cenário menos desigual e homofóbico. Já o terceiro capítulo explicita, por meio de uma narrativa pela experiência de ter contribuído com a construção de um relatório, feito pela Mandata Quilombo, possíveis diálogos, através dessa pesquisa, do campo parlamentar com o campo educativo. O que faz com que o espaço parlamentar venha a ser educativo? As

¹¹ A Linguagem Neutra é conhecida como não-binária, compreendendo o uso de uma terceira letra além do A e do O no final das palavras para evitar a binaridade dos gêneros masculino e feminino.

considerações finais apontam, de forma provisória, possíveis respostas como apontamentos significativos para uma nova forma de fazer política.

1 OS CORPOS NO ESPAÇO: CORPOREIDADES E DIFERENÇAS

Pelo conceito de cultura corporal (Coletivo de Autores, 2014), buscaremos identificar as relações entre corpo, cotidiano, sociedade e cidade. A partir daí os conhecimentos acerca de corporeidade como espaço formativo, tendo como objetivo ressaltar a importância da construção cultural e singular de cada sujeito, gerando a compreensão necessária para que não contribuamos para o silenciamento dos corpos que sofrem com o efeito dos preconceitos de gênero dentro de espaços não só escolares, como em outros espaços sociais.

No que diz respeito ao outro, abandonando ideias prontas e tomadas de partido, pomos a fragilidade em voga, despertando curiosidade em si. Mas que não sejamos fracos, lancemos “(...)–mão dessa figura dúbia que designa ao mesmo tempo uma imaterialidade inalcançável (as utopias, os sonhos, as ilusões), e uma materialidade impossível (quimera como bestas híbridas; mesclas de peixe com ave, ou ave com mamíferos, etc.)” (Baptista; Silva; 2017, p. 62).

Adentrando com essa fragilidade, me permito correlacionar com a Educação Física, minha formação inicial. Enquanto professora, e pelas contribuições de um autor muito conhecido nessa área, Jocimar Daolio, ao falarmos de corpo e cultura devemos nos atentar aos significados dos dois quando relacionados e suas implicações. Na percepção de educadora, lidamos com o ser humano sobre e através do seu corpo e, por extensão, ao mundo no qual estamos incluídos, lidamos com os adjetivos impressos no corpo. Quem define esses atributos a respeito do corpo?

De acordo com Jocimar Daolio (1995), para discutir com mais profundidade estas questões, estamos utilizando um referencial cultural. Não podemos imaginar um ser humano que não seja fruto da cultura e, também, não podemos imaginar um corpo natural. A nossa natureza é ser um ser cultural, e por isso partimos dessa relação. Através da compreensão de cultura corporal identificaremos as relações dentre o corpo e a realidade em que vivemos.

O corpo é uma síntese da cultura, porque expressa elementos específicos da sociedade da qual faz parte. O homem, através do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais, num processo de inCORPOração (a palavra é significativa). Mais do que um

aprendizado intelectual, o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões (Daolio, 1995, p. 25)

O autor nos indica o quanto explicitar a saída do olhar apenas biológico para corpo se torna urgente. Quando pensamos o corpo, frequentemente é encarado como puramente biológico, por isso tendenciamos a separá-lo entre corpo e mente. Para além das semelhanças ou diferenças físicas, Daolio (1995) assegura que existe um conjunto de significados que cada sociedade escreve nos corpos dos seus membros ao longo do tempo. Significados estes que definem o que é corpo de maneiras variadas.

Sendo o corpo uma síntese da cultura, não pode ser concebido como meramente biológico, porque ele se torna fruto da interação natureza/cultura e não pré-requisito ou algo que antecede a cultura. Não existe um corpo que não tenha sido atingido por ela, e por isso é possível dizer que não há um corpo que seja natural, mas podemos pensar em novos usos do corpo, já que a cultura é passível de novas construções e criações.

Ao aproximar da discussão de gênero, percebemos que

Esta valorização do aspecto biológico, associada a um discurso jurídico e popular das diferenças entre os sexos, foi decisiva para a afirmação da hegemonia masculina, legitimando a desigualdade entre homens e mulheres e estabelecendo privilégios de um sexo sobre o outro nas práticas corporais. (Diniz, 2021, p.129)

Nesta perspectiva, a construção dos corpos, das concepções de feminilidades, masculinidades e outros atributos a partir do corpo, são um desafio porque ocorrem dentro de um processo de significação cultural. E como o fruto desse agir influencia os/as sujeitos ao longo de suas vidas, é fundamental pensarmos em como as normas de gênero são impostas dentro de uma sociedade e, como esse processo ocorre.

Assim, ao destacar os corpos LBTs nessa pesquisa, concordamos com Gomes (2008), quando diz que

Ao utilizarem gênero e ao destacarem o caráter social e construído do gênero, a intenção é a de problematizar a posição da mulher em sociedade ou, mais do que isso, problematizar o “ser mulher”. Assim, o gênero é tomado como pergunta, como categoria que permite colocar em questão os sujeitos – como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos (p.66)

Nesse sentido, surge questionamentos que visam entender de forma epistemológica como as políticas públicas cerceiam corpos, enquadrando, padronizando ou apagando todes que não estão incluídos na forma esperada, ou resistem para que sejam vistos/incluídos de outras maneiras.

Inicialmente, o papel fundamental das instituições e dos processos formativos foi o de afirmar o sentido do masculino e do feminino, construído no interior das relações de poder, legitimando os estereótipos sexuais que influenciarão nos gestos corporais das pessoas. Em outra perspectiva, ao falarmos de corpos, torna-se necessário a exemplificação da luta por direitos nos espaços, dessa forma nos atentaremos ao aparecimento desses corpos nos espaços públicos. Ideias geradas com base no referencial do livro “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”, onde Butler (2018) questiona a disputa das ruas como espaço de luta. Em contraponto, a autora questiona Hanna Arendt sobre o conceito de “espaço de aparecimento”.

Ao longo do primeiro capítulo, denominado “Política de gênero e o direito de aparecer”, Butler retoma questões de gênero tratadas por ela anteriormente, bem como o modo pelo qual encontros políticos podem se ligar a questões de performatividade, corpo e política. Para a autora, tais fatores dizem respeito ao direito de aparecer (no mundo, nos grupos, em coletividades) como algo inviabilizado às vidas precarizadas, incluindo minorias sexuais e de gênero, materializando-se pela enunciação das performances e, ao mesmo tempo, pelos atos corporais desses sujeitos.

Segundo Butler (2018), Arendt pensa o espaço a partir da perspectiva da pólis, considerando que a ação e a fala criam um espaço, em qualquer lugar ou tempo, o verdadeiro espaço está entre pessoas que vivem juntas, o lugar torna-se pertencente ao coletivo como uma aliança propriamente dita. Entretanto, a filósofa argumenta que essa visão nega ou esquece que a ação é corporal. Para Butler (2018, p.82), “o direito de ter direitos não depende de nenhuma organização política particular para sua legitimação”. Os unidos em alianças, mesmo aqueles que foram excluídos da esfera pública, suas ações fazem o direito passar a existir.

Ainda segundo Butler, nossas ações fazem o direito passar a existir, pois estas se constituem em uma prática cotidiana que deve incluir todos os corpos existentes e as diversas identidades. Nessa perspectiva, devemos questionar as verdades construídas sobre os papéis sexuais, nos permitindo refletir sobre o

abandono da separação biológica dos sexos determinados, sendo essa uma alternativa que se apresenta como uma revolução no campo do comportamento humano.

Nesse mesmo aspecto, Silvana Goellner, licenciada em educação física, com vasta experiência em história e gênero, com ênfase em temas como história do corpo, da educação física e dos esportes, gênero e sexualidade, mulheres e esporte, documentação, informação e memória, ressalta:

Reconhecer a diversidade significa aceitar a ideia de que ser diferente não significa ser desigual, pois, em nome desses marcadores identitários, muitos sujeitos têm sido excluídos de vários direitos sociais, inclusive o acesso e a permanência nos espaços (Goellner, 2010, p. 72)

De acordo com a citação, a qual nos remete a pensar que o diferente não significa ser desigual, pelo contrário, refere-se justamente a única coisa que nos une, a diferença. Encontramos em Altmann (2015) uma ênfase de Boaventura de Souza Santos:

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Santos *apud* Altmann, 2015, p. 143)

O que nos ajuda a entender a amplitude que a diversidade pode ter, quando concebida como uma construção histórica, social, cultural, e econômica dessas diferenças. O Grupo de Pesquisa Educação física escolar; Experiências lúdicas e artísticas; Corporeidades (ELAC), do qual vim a ter a oportunidade de fazer parte durante o processo do mestrado, ao problematizar e aproximar corpo e educação, levando em conta a corporeidade como conceito, a partir de uma Constituição sócio-histórica de corpo, vem ajudando a pensar essas questões.

Em 2021, o ELAC lança uma obra (Carvalho, 2021) em um cenário político que atentava negativamente à plenitude da vida, de todos/as e de qualquer um/a. Movidos pela inquietude e ânsia por transformação, e não por modismo, mas

(...) como resultado da interrogação da obviedade e/ou dos maus-tratos dado à vida de alguns e algumas. Como indicam: a naturalização da nossa inserção no mundo (por exemplo, as masculinidades e feminilidades serem referenciadas apenas pela genitália de nascença e, com isso, criarem padrões e hierarquizar as pessoas); (...) (*op. cit.*, p.10).

Sobre este cenário de retrocesso político e dos efeitos causados por ele, em que a democracia esteve mais ameaçada no Brasil, sinalizo a figura emblemática de Jair Bolsonaro, que representava todos os elementos de uma ideologia política nomeada por "Bolsonarismo"¹² neste período (2018-2022), cuja raízes se proliferam para além dos acontecimentos conjunturais, na tentativa de pulverização de um Estado Democrático de Direito, revelando seus laços com a formação histórica e social do Brasil em suas distintas regiões. Ressalva aos mais novos: o assunto tratado nessa pesquisa não começou com o Bolsonarismo. Assim como essa forma de pensar a vida em sociedade não acabou com a saída de Bolsonaro da presidência da República.

As inquietações que resultaram nessa pesquisa já são um lugar conhecido, quando questionamos a normatividade imposta, nos compreendemos como produtores do conhecimento e ocupamos lugares diversos; existimos de corpo inteiro e reconhecemos a corporeidade. Entendemos, assim, que a vida é uma prática constante em que assumimos posições a todo instante, independente de estarmos ou não imersos em espaços escolares.

E a vida acontece meio a um cotidiano que não resume sua relevância apenas em dia após dia. Em sua obra "A fala cotidiana", Maurice Blanchot (2007) diz que no que se trata de cotidiano, o que há de mais difícil está a descobrir.

Numa primeira aproximação, o cotidiano é aquilo que somos em primeiro lugar e o mais frequentemente: no trabalho, no lazer, na vigília, no sono, na rua, no privado da existência. O cotidiano somos portanto nós mesmos costumeiramente (Blanchot, 2007, p. 235)

E como esse cotidiano é consolidado? Retornando a significância da política feita nas ruas, entendendo as ruas da cidade como um dos lugares onde o cotidiano acontece. E,

A rua não é ostentatória, os passantes nela passam desconhecidos, visíveis-invisíveis, representando apenas a "beleza" anônima dos rostos e a "verdade" anônima dos homens essencialmente destinados a passar, sem verdade própria e sem traços distintivos (na rua, quando as pessoas se encontram, é sempre com surpresa e como que por engano; é que nela não se reconhecem [...]) (Blanchot, 2007, p. 243)

¹² Esse sufixo - "ismo" - designa algo que ultrapassa o personagem e abarca uma série de expectativas, percepções e visões de mundo que não se esgotam em sua figura. "Isso sugere que Bolsonaro se tornou o principal intérprete e o mais conspícuo mediador, no campo político, de um movimento recente, no plano das ideias e práticas, que atraiu significativo e diversificado contingente de brasileiros" (Baldaia; Araújo; Araújo, 2021, p.2).

O cotidiano ocorrendo, então, em todos os espaços sociais, como as ruas da cidade. Influenciando a forma como os corpos se formam culturalmente. Nesse processo, essa pesquisa pretende auxiliar a diluir as chamadas práticas dicotômicas, que provocam explorações e desigualdades. E, em contraposição, almejamos acentuar a importância de nos formarmos e reconhecermos nos diferentes espaços, para que assim possamos viver a corporeidade em uma perspectiva emancipatória e contra hegemônica do que entendemos predominantemente como corpo.

Desse modo, a discussão da corporeidade – entendida não só como corpo biológico (sistemas, reflexos e sensações), organismo que reproduz características hereditárias, mas como ação de estar no mundo, participar e estabelecer relações resultantes de um processo sócio-histórico que vai constituindo o sujeito – contribui para fomentar o debate pedagógico referente ao corpo (Berti, 2021, p.24)

A autora acima relaciona o corpo com uma importante noção política: a forma da democracia (e sua operacionalização no campo público). Butler (2018) afirma que há um paradoxo na conceituação dos processos democráticos, pois é justamente aquém das nomeações que deveríamos pensar a democracia no presente, já que a denominação “democrática” opera como estratégia biopolítica de governo da população. Deste modo, há uma discussão entre um real da democracia e um simulacro da mesma.

No decorrer de sua escrita, mesmo que voltada ao espaço escolar, que aqui tomaremos como base pois iremos além dele, Berti (2021) nos convida a pensar o porquê estudar a corporeidade. E em suma, ela diz considerá-la:

Como ponto de partida (não no sentido de origem, mas como um ponto de conexão rizomática) para se problematizar os conceitos dualistas que insistem em “ditar as regras” no cenário educacional, separando o eu e o mundo, o eu e os outros, o eu e o corpo (*op. cit.*, p.25)

Partindo desse aspecto, podemos dizer que a todo instante nossa corporeidade é posta em prova, pois é disputada quando estamos em coletivo e exercendo a relação do nosso eu com o mundo. Com base nas contribuições da obra *Vigiar e Punir* (2003) de Foucault, a autora afirma que

O controle da sociedade sobre os indivíduos não opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo e com o corpo. De acordo com o autor, o corpo é uma realidade *biopolítica*. Isto é, há vínculo direto entre as sujeições corporais (dominação) e as relações econômicas

(força de produção) – o que significa dizer que somos ao mesmo tempo corpos produtivos e corpos submissos (Berti, 2021, p. 26)

Em diálogo com o quarto capítulo de Butler (2018), quando traz a vulnerabilidade corporal e a política de coligação, ao abordar sobre coligações e alianças políticas, traz uma questão — quase ontológica ao discutir os corpos — a vulnerabilidade e a precariedade. Essa vulnerabilidade corporal corresponde a exposição em situações de risco a qualquer pessoa, como os acidentes, sendo quase como uma condição imanente à vida humana. Já a precariedade, atinge a alguns corpos mais do que outros, pois tem a ver com as condições concretas de vida, como a repressão policial, violência, atritos decorrentes de manifestações. Segundo a autora, possíveis soluções seriam encontradas no coletivo, como um suporte e proteção, tendo em vista a interdependência corpórea como base dos coletivos.

Nesse aspecto, a multidão nos coloca diante de uma intermediação entre: vulnerabilidade corpórea e necessidade de suporte coletivo. Fazendo uma distinção com outro termo, Butler resgata o termo “condição precária”, quando se refere a uma condição universal de todo ser vivente, e “precariedade”, para tratar daquilo que se constitui de forma induzida, seja por violência a grupos vulneráveis ou simplesmente a ausência de políticas que atuem de maneira protetiva.

Ao colocar o corpo como foco e âmago das lutas políticas, aquele que luta e por que se propõe a lutar, Butler enfatiza as dimensões ética e estética correlacionando a forma como os sujeitos se relacionam entre si e consigo, considerando a biopolítica como essa dimensão ética. Ou seja, tendo a ética como auxílio para o desenvolvimento do respeito e solidariedade humana permitindo assim que a gente possa exercer a liberdade, viver plenamente e resistir às condições de precarização.

Para entendermos melhor essas questões, seguimos entrelaçando o corpo ao espaço. Ao relacionarmos os corpos e as práticas corporais no que diz respeito aos aspectos sociais, políticos, culturais estamos colocando a corporeidade em questão. E, quando pensamos em corporeidade, aqui ressaltamos a relação entre um corpo e outro; e desse mesmo corpo com o espaço/meio em que vive.

Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a

coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender (Santos, 1997, p.1)

Corroborando com Milton Santos, podemos compreender que a globalização desnuda uma nova corporeidade, ela chega, mas não de maneira hostil, fazendo, na maioria das vezes, que os corpos ocupantes de um determinado espaço sejam submersos por um efeito quase que alusivo, quase que figurativo como uma “falsa sensação de pertencimento”. Para o autor, a globalização em curso monetiza afetos e isso é uma “fábrica de perversidades”, pois promove desemprego, grandes deslocamentos populacionais, extrema pobreza, escassez de recursos naturais dentre outros fatores, além de aniquilar o ambiente e a possibilidade de futuro.

Se os efeitos da globalização que está em curso redescobrem a corporeidade, Butler (2018) ao mencionar os termos corporal e linguístico, nos questiona – como vamos compreender esses termos e seus entrelaçamentos contra e para além da presunção de uma divisão de trabalho generificada¹³? Em meio a todos os processos cíclicos que vivemos, inclusive o das crises ambientais, nos atentemos que existe muitos processos em curso, e no que se refere aos efeitos da globalização em nossos corpos, o questionamento de Butler se faz necessário, e conversa diretamente com Milton Santos, que em uma de suas obras, nomeada “Por uma outra Globalização”, onde o autor Itamar Vieira responsável pelo prefácio do livro diz que: “Se no desenrolar de sua história períodos de desigual prosperidade se sucediam aos de crise, agora coexistem prosperidade para a elite e crise eterna para a maior parte da humanidade” (Santos, 2021, p.15).

E se a maior parte da humanidade está sujeita a um colapso, devemos entender que em meio ao sistema capitalista os entrelaçamentos de uma divisão de trabalho generificada aumenta a desigualdade para as mulheres. Aqui, não somente questionamos a divisão generificada nos campos trabalhistas, mas tornarmos indispensável o aparecimento de todos os corpos nos espaços públicos, institucionais e políticos para que todos/as/es façam parte das pautas democráticas.

¹³ Nesse contexto, o gênero se torna, ao mesmo tempo, constante construção individual e alvo de rigorosa manutenção. Essa manutenção pode acontecer através das chamadas ficções reguladoras - como a velação da naturalidade das diferenças entre os gêneros, da legitimação de performances consideradas corretas, ou também pela punição de performances incorretas (Butler, 2016), e é isso que se chama de generificação.

Para Arendt, a ação política acontece na condição de aparecimento do corpo. Eu apareço para os outros e eles aparecem para mim, o que significa que algum espaço entre nós nos permite aparecer. Pode-se chegar à conclusão de que aparecemos em um espaço ou que somos apoiados pela organização material do espaço. Mas esse não é o argumento dela. A esfera de aparecimento não é simples, uma vez que parece surgir apenas na condição de um certo enfrentamento subjetivo. Não somos simplesmente fenômenos visuais uns para os outros – nossas vozes precisam ser registradas e, então, precisamos ser ouvidos; ou melhor, quem somos, corporalmente, já é uma maneira de ser “para” o outro, aparecendo de formas diversas, que não podemos ver nem ouvir; isto é, nos tornamos disponíveis, corporalmente, para um outro cujas perspectivas não podemos antecipar nem controlar completamente (Butler, 2018, p.78)

Assim, de acordo com Butler, a discussão se acentua no que se refere aos entrelaçamentos referentes aos corpos. “Dessa maneira, eu sou, como um corpo, e não apenas para mim mesma, e nem mesmo primariamente para mim mesma, mas eu me encontro, se me encontrar de todo, constituída e desalojada pela perspectiva dos outros” (Butler, 2018, p.78). Como os diferentes tipos de mulheres se constituem, em suas corporeidades? Como elas aparecem nos espaços públicos e quais os efeitos de ser “para” o/a/e outro/a/e? São perguntas que nos atravessam, quando nos reconhecemos enquanto mulheres LBTs, frente aos desafios presentes no meio das diferenças e diversidades em que se vive e se constitui.

De acordo com os estudos da corporeidade, o corpo não é algo que esteja dado a priori. Sendo resultante de uma construção não só biológica, mas social e cultural, formado por diversas marcas em variados tempos, espaços, grupos sociais, étnicos, conjunturas econômicas etc.

Ideias que não são fáceis de entender e colocar em prática, pois as influências do meio não são totalmente visíveis e muitas vezes passam despercebidas por serem “naturalizadas”. Por isso, somos levados a acreditar que as diferenças entre os diversos tipos de corporeidades são “naturais”, ou seja, totalmente biológicas. Quando, na verdade, são formadas pelo contexto, pelo convívio social, o qual acontece no dia a dia. E, por acreditar que nessa rotina diária não há somente naturalização da vida, a pesquisa com/nos cotidianos possibilita destacar que

(...) os acontecimentos diários são percebidos como construtores e questionadores da organização educacional e social – não somente mantendo, mas tensionando o instituído. Nesse movimento, são variadas as formas de se perceber como as políticas sociais estão coordenando o sistema público de ensino: os sentidos que são encaminhados por aqueles que constroem os cotidianos das diversas instituições de ensino, além das

propostas advindas das políticas governamentais – as quais, muitas vezes, não consultam os que vivem o dia a dia. Tudo isto faz parte de entender, formar e impregnar nossa corporeidade (Carvalho, 2012, p.30)

Diante dessas reflexões, lembro de Goellner (2010) e quando ela questiona se podemos imaginar que o corpo exista independentemente da cultura na qual ele vive. Assim, ao salientar que gênero é uma construção social do sexo, por exemplo, é preciso considerar que não existe naturalmente, ou seja, algo dado a priori.

Então, por que a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher, “Se a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social”? (Jesus, 2012, p. 9).

Ao interrogar como os corpos são enquadrados, e que questões anatômicas não são suficientes para definir se uma pessoa será socialmente homem ou mulher, torna-se, portanto fundamental o entendimento de gênero para que atentemos o olhar para o/a outro/a/e pelas diferenças que ele/a apresenta, como é construído/a/e socialmente.

Até se direcionarmos o olhar para as necessidades biológicas que reverberam na materialidade do corpo, por exemplo, podemos dizer que todas as pessoas que não se alimentarem, sentirão fome e que esta sensação é natural do corpo humano, universal. No entanto, se prestarmos mais atenção, podemos perceber que são diversas as causas, inclusive culturais pelas quais sentimos essa necessidade de alimentação, a hora e a forma como fazemos ou, ainda, os alimentos que poderão saciá-la. Questões como essas nos fazem perceber a importância da educação, pois o corpo é educado por meio de um processo contínuo e minucioso, cuja ação conforma formas de ser, de parecer e de se comportar.

E podemos escolher caminhos diferentes para pensar o corpo nos processos educativos. Em um de seus textos o professor Miguel Arroyo (2016) lamenta que os documentos não reconheçam e incorporem as experiências vividas dos envolvidos nesse processo: crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Assim, em relação aos documentos e diretrizes da educação brasileira, principalmente a Base Nacional Comum Curricular, somos provocados a pensar em um educar que origine outras possibilidades de *sentirpensar*¹⁴ esse processo. “A

¹⁴ Peço licença aos autores latino americanos decoloniais, que inventaram a palavra *sentirpensar* “uma palavra enunciada por pessoas e pescadores afrodescendentes em muitas comunidades

Pedagogia incorpora em sua identidade, até no nome a infância. Mas nem todas as crianças foram incorporadas no pensamento e nas práticas pedagógicas” (Arroyo, 2016, p. 26).

Ao defender a concepção *sentirpensar* no processo educacional, aproximamos novamente com os estudos de Judith Butler (2018), quando desenvolve a importância de deixarmos de espelhar o valor como ser humano único. Para isso, é essencial que tenhamos uma visão crítica das categorias e estruturas que produzem diversas formas de apagamento e desigualdade no meio em qual vivemos. Em outras palavras, não se pode afirmar nossa própria vida sem avaliar criticamente as estruturas que valorizam a vida de modos diferentes. Imprescindível, por isso, falar das diferenças.

Aprofundando a perspectiva de corpo, torna-se indispensável que empreguemos distinção entre diferenças e diversidades, para que não sejam utilizadas de forma equivocada. Richard Miskolci (2012) problematiza um pouco a tendência do nosso país em misturar essas duas perspectivas,

Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em questão. Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará (*op. cit.*, p.15-16)

No entanto, considerando as ideias hegemônicas, é inevitável que falemos de exclusão, afinal ela corre com todes aqueles que demonstrem vulnerabilidade, dificuldades, sinais de risco, desvio e é enquadrado na caixinha da diversidade. Ou seja, existe a compreensão do que difere, porém tendemos a excluí-los. Sua integração se limita aos contornos comuns e acessíveis, mas não de forma ampla como deveria, deixa de existir um lugar comum para todes.

Deste modo, podemos afirmar que os mesmos mecanismos que operam para, na melhor das hipóteses, incluir, produz suas formas de exclusão. Enfatizando o pensamento de Miskolci (2012), não basta apenas reconhecermos as diversidades como algo a parte de nós, mas o Outro também faz parte de nós, e as diferenças

Ribeirinhas da Colômbia” (Botero, 2022, p. 512) – *sentipensar* como a linguagem da verdade, a linguagem do coração. E secundamente, a Rosa Malena Carvalho (2012), que trouxe em sua obra o uso deste neologismo, materializando minha concepção de processo educativo.

são o lugar comum. Nesse sentido, ao olharmos para as escolas, assim como para a cidade como campo educativo, sobre diversidades e diferenças, Anelice Ribetto e Carina Rattero (2017) reiteram

(...) como consequência de uma cultura escolar homogeneizante, a resposta à demanda de “atenção à diversidade” pode, às vezes, reduzir-se a “tolerar” aqueles que mostram algum sinal diferencial, mediante a habilitação de um espaço que os recruta sem maior conflito. De tal modo, a escola parece negar-se a considerar o incalculável como um espaço aberto à invenção de outros sentidos. E a resposta, em todo caso, cala, na continuidade do dado, qualquer sopro de possibilidade que aninhar entre as suas frestas (p. 362)

É importante pontuarmos que comportamentos como esses se fazem na escola e nos espaços comuns que permeamos, pois somos seres culturais forjados pelas nossas vivências. “Fazer lugar não é só oferecer uma carteira/uma vaga, uma matrícula, é alojar desde as próprias sensibilidades e representações um horizonte de igualdade” (Ribetto & Rattero, 2017, p. 362). Os meios de nada adiantam, se não forem constituídos de acessibilidade, isso vale para toda diversidade existente, apenas compreendê-la torna o processo apenas integrado, quando nos deparamos com o diferente e apenas o aceitamos, mas não se torna inclusivo como deveria, que é quando entendemos a diferença e mudamos o entorno para que todos os mecanismos se movam junto e a partir de algo.

O que sinaliza que o corpo é educado no ambiente escolar e fora dele, em todos os espaços de socialização que será frequentado pelo sujeito, cotidianamente, onde questões como, por exemplo, “[...] sobre o vestuário, a alimentação, o comportamento, a aparência, os gestos, a movimentação, as práticas sexuais, a saúde, a beleza, a qualidade de vida. Educa-se o corpo também no esporte, no lazer e nos projetos sociais” (Goellner, 2010, p.74), enfatizam a trajetória percorrida por um corpo que se forma cultural e socialmente dentro de uma cidade. Cidade essa que é constituída por ruas onde o cotidiano também acontece - e porque a diferença existe.

Mas há que prestar atenção, pois

Não se deve duvidar da essência perigosa do cotidiano, nem desse mal-estar que nos toma a cada vez que, por um salto imprevisível, nos afastamos dele e, conservando-nos diante dele, descobrimos que nada precisamente nos faz frente [...]. Não apenas não se deve duvidar dela, como também não se deve temê-la, seria antes necessário tentar resgatar a secreta capacidade destruidora que está em jogo aí, a força corrosiva do anonimato humano, a usura infinita. O herói, não obstante homem de coragem, é aquele que tem medo do cotidiano, e não porque tema viver aí excessivamente à vontade, mas porque teme encontrar aí o mais temível: um poder de dissolução. O cotidiano recusa os valores heroicos, mas isso porque recusa ainda mais: todos os valores e a própria ideia de valor, arruinando sempre novamente a diferença abusiva entre autenticidade e inautenticidade (Blanchot, 2007, p. 244-245)

O que é um convite para que abandonemos as certezas, colocando em pauta fragilidades e fraquezas, desejos e angustias. Como podemos pensar em políticas públicas que sejam feitas a partir do diálogo com/nas rua? Uma política parlamentar que a partir da militância incorpore sentido e valor ao cotidiano desses corpos - no recorte dessa pesquisa, mulheres com vulva ou pênis, corpos de mulheres LBTs. Portanto, se o diferente é a única certeza, apenas estar aberto para diversidade não é suficiente, por isso há a necessidade de mudar estruturas para que todos/as/es estejam presentes, participando em igualdade de condições.

1.1 Gênero: Temática como de(vir)¹⁵

Com embasamento nos referenciais teóricos do tópico anterior, entendemos que não há possibilidade de falar de gênero e diferença, sem que haja um estudo intrínseco aos corpos e às corporeidades. O gênero não possui fim em si mesmo, ele precisa do corpo para se constituir, e por sua vez a corporeidade de um corpo se constrói na medida em que se atribuem significância a ele, estas construídas culturalmente na medida em que os cotidianos acontecem. “O que traz o desejo e a inquietação de afirmar outras possibilidades de *sentirpensar* o corpo” (Carvalho, 2012, p. 28).

Destacando a discussão do gênero como categoria analítica, é necessário empregá-lo como conceito. Segundo a autora Joan Scott (1990), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas

¹⁵ Movimento permanente que atua como regra, sendo capaz de criar, transformar e modificar tudo o que existe; essa própria mudança. (<https://www.dicio.com.br/devir/>)

entre os sexos” (p.86). Dessa forma, o conceito de gênero encontra-se interligado nos conceitos de papel sexual, identificação sexual e no de relações entre os sexos. Scott, ressalta: “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (*ibidem*). Ou seja, é nas relações sociais que as relações de poder se desenvolvem.

Por isso, é imprescindível que se busque incansavelmente inspiração para criarmos currículos que incluam os gêneros. Pensando em conceitos como ideias-força do pensamento da diferença, Marlucy Alves Paraiso (2016) diz que algumas são retiradas dos estudos denominados pós-gênero ou pós-feminismo, sobretudo de Judith Butler, para encontrar saídas, produzir subversões performáticas e escapar de práticas curriculares que regulam, hierarquizam e classificam corpos e gêneros nas escolas, incluindo aqui todos os espaços institucionais.

Retornando ao título dessa seção, o conceito de “devir”, o filósofo Silvio Gallo (2013) nos ajuda a entender, pois essa é a ideia central de seu pensamento. O filósofo brasileiro, para desenvolver sua filosofia pelo devir, se inspira em pensadores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, sendo conhecido por sua contribuição à filosofia da diferença. De forma direta e clara, o devir refere-se à constante transformação e mudança que caracteriza as pessoas, o mundo e a realidade. Ele argumenta que tudo a nossa volta está em processo de devir, que não há uma essência fixa das coisas, pois estas estão sempre em processo de se tornar algo diferente. De acordo com o autor, devir seria a forma de pensar considerando o fluxo contínuo de transformação, em oposição a uma visão inerte e essencial do mundo.

Nesse mesmo texto, intitulado por “Educação, devir e acontecimento: para além da utopia formativa”, no qual aborda o projeto filosófico da modernidade, ele inicia o debate entendendo a palavra “sujeito”. Ao longo, diz que o conceito moderno da palavra consiste na ideia de autonomia de suas ações, assim é possível afirmar que o projeto moderno esteve centrado na construção de um sujeito político e um sujeito que conhece. Ainda segundo Silvio Gallo (2013), pode-se dizer que, em larga escala, o plano moderno foi um projeto de educação, um processo formativo dos sujeitos humanos para que, de forma aut centrada, agissem no mundo para transformá-lo.

Bebendo dos aportes teóricos de Kant e Rousseau, diz que, nesse projeto moderno de educação, a chave foi o conceito de *formação*. Embora os

constituíssem de forma diferente, Kant e Rousseau tinham a similaridade em suas ideias no que diz respeito ao sujeito humano que se forma a partir da educação. Sem educação, sem formação não existe ser humano.

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação (Rousseau *apud* Gallo, 2013, p. 8)

Assim, a partir dos conceitos de sujeito e formação, Silvio Gallo chega à conclusão de que a formação é central para a constituição do humano. A humanidade se forma em cada um, de acordo com o processo educativo ao qual o sujeito é submetido. “Seguindo a mesma lógica, pode-se dizer que ninguém nasce plenamente sujeito de si, autônomo, mas que adquire essa autonomia pelo processo educativo” (Gallo, 2013, p. 44).

Neste mesmo texto, posteriormente surgiram indagações a respeito desses conceitos, à medida que o espaço-tempo experimentava mudanças. No entanto, Gallo, aproveitando as contribuições de Deleuze, argumenta que não é sensato criticar um conceito quando este já não atende às demandas da problemática que o originou. “Se um conceito já não responde à problemática que o suscitou, se outras questões emergiram que pedem enfrentamento, é mais produtivo se buscar, criar outro(s) conceito(s) para enfrentar os problemas que vivemos” (Gallo, 2013, p. 49).

Aqui, o propósito não é traçar a história de como estes processos de formação e sua relação com o conceito moderno de sujeito surgiram, mas problematizar a questão, questionando se ainda faz sentido, em nossos dias afirmá-los. No que diz respeito à educação, qual a relação com o devir?

A partir de Nietzsche, Gallo considera o aprender da educação como travessia. Por isso reitera:

A educação, a formação, apresenta-se, assim, como um percurso frustrado. É uma travessia, mas que não chega a lugar algum, na medida em que não se deixa, efetivamente, o lugar de partida. É uma travessia que não atravessa, que sai, sem nunca chegar. Não importa o que se faça. É a lei do eterno retorno que lança todo seu peso. E o que impede que a travessia se consuma é justamente a compaixão pelo outro, condição inescapável do processo educativo (Gallo, 2013, p. 58)

Concordando que, quando novas questões emergem e bloqueiam uma abordagem, torna-se mais produtivo buscar ou criar novos conceitos para lidar com

os desafios contemporâneos. Correlacionaremos, então, o devir enquanto conceito necessário para novas formas de compreender gênero, corpo, cultura e diferença. Enfatizando assim, que é indispensável reconhecermos as interrelações trazidas nessa pesquisa, considerando os diversos cenários de cotidianos dentro de uma cidade — ressaltando, aqui, os corpos de mulheres LBTs.

Mas, em pleno século XXI, podemos afirmar que a sociedade em que vivemos é extremamente conservadora, patriarcal¹⁶, preconceituosa e com uma concepção misógina¹⁷, reforçados devido aos efeitos do Bolsonarismo, fazendo com que a busca por respeito e reconhecimento ainda caminhem com muita dificuldade.

No entanto, o grande desafio para este cenário político retrógrado, não é apenas reconhecer que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram, mas assumir que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas normativos e binários. Esses exemplificam os antigos conceitos, ainda presentes, que, ao longo da história, se constituem com base em

[...] dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira. A nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, é alimentada por elas (Louro, 2001, p. 546)

Logo, pensar em uma sociedade binária onde os sujeitos se resumem em homem e mulher, feminino e masculino, onde exista apenas duas orientações sexuais é extremamente excludente, pois nega as diversas concepções de corpo. Que não se constituem apenas biologicamente e, além disso, considerando a diversidade dos que lutam por reconhecimento e visibilidade, é muito maior do que o binarismo hegemônico imposto.

Em 2022, dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Saúde permitiram que o IBGE pudesse divulgar o primeiro levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil, segundo a reportagem escrita por Mariana Tokarnia, repórter da Agência Brasil do Rio de Janeiro,

¹⁶ Patriarcado ou patriarcal é um sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças.

¹⁷ Discurso de ódio e desprezo pela mulher.

No Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual autoidentificada da população adulta, divulgada hoje (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é a primeira vez que esse dado é coletado entre a população brasileira e, na avaliação do instituto, ainda pode estar subnotificado. Os dados, coletados em 2019, mostram que 94,8% da população adulta, o que equivale a 150,8 milhões de pessoas, identificam-se como heterossexuais, ou seja, têm atração sexual ou afetiva por pessoas do sexo oposto; 1,2%, ou 1,8 milhão, declaram-se homossexual, tem atração por pessoas do mesmo sexo ou gênero; e, 0,7%, ou 1,1 milhão, declara-se bissexual, tem atração por mais de um gênero ou sexo binário. A pesquisa mostra ainda que 1,1% da população, o que equivale a 1,7 milhão de pessoas, disse não saber responder à questão e 2,3%, ou 3,6 milhões, recusaram-se a responder. Uma minoria, 0,1%, ou 100 mil, disse se identificar com outras orientações. Segundo o IBGE, quando perguntadas qual, a maioria respondeu se identificar como pansexual – pessoa cujo gênero e sexo não são fatores determinantes na atração; ou assexual – pessoa que não tem atração sexual (Agência Brasil, 2022¹⁸)

Esses dados sinalizam o quanto o contexto se desenvolve através de um processo de consolidação de um discurso que constrói processos educativos em torno apenas do feminino e do masculino, que por sua vez segrega o que é determinado como homens e mulheres em seus limites biológicos. Por isso, seguimos na busca incessante por definições, as quais incluem suas inserções na construção histórico e social. Pois, segundo Louro (2001, p. 542),

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira

No desenvolvimento do binarismo, ocorre um processo de identificação e significação individual do que é ser mulher ou homem dentro da atual sociedade contemporânea, visto que somos padronizados para seguir normas que vêm sendo utilizadas na construção do corpo. E por isso, nessa pesquisa, a partir de uma concepção ampliada de corpo e de gênero, pensamos o reconhecimento de mulheres lésbicas, trans e bissexuais nos espaços políticos. Quando pleiteamos os nossos direitos enquanto mulheres, muitas vezes nossas demandas não são respeitadas porque nem sequer são consideradas. A sexualidade da mulher que se relaciona sexualmente com mulheres, por exemplo, é infantilizada e/ou apagada.

¹⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>

Atualmente, na área de saúde ginecológica, por exemplo, as implicações desse contexto de invisibilidade são perigosas, visto que especificamente lésbicas e mulheres bissexuais têm menor índice na utilização desses serviços (apenas 46,7% efetuam consultas anualmente, comparado com 76% de pessoas com vulva no geral); muitas vezes não têm noção de que um atendimento ruim, rude ou mesmo com assédio acontecem por causa da sua orientação sexual. Frequentemente relatam terem ouvido da ginecologista, por quem estavam sendo atendidas, que não tinham vida sexual ativa, por se relacionarem com outra mulher e que eram virgens; muitas vezes são dispensadas do preventivo por alegarem que deste modo não existe necessidade; como têm sua sexualidade negada ou infantilizada, recebem menos ou nenhuma informação sobre uso de métodos para se protegerem de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (Febrasgo, 2020¹⁹).

Segundo esse mesmo relatório, com mulheres trans lésbicas não é diferente: na busca pela garantia de acesso ao processo transexualizador e ao uso do aperfeiçoamento das tecnologias utilizadas no procedimento, é imprescindível que se definam estratégias setoriais e intersetoriais que visem a garantir os direitos das pessoas trans, os quais são violados todos os dias. Para que haja redução da mortalidade, é preciso garantir o uso do nome social nos serviços de saúde, sem que haja indagações; assim como informações que evidenciem sobre a prevenção aos casos de câncer de próstata, por exemplos.

Ao abordar a temática de gênero, é importante mencionar a sexualidade, ambos com significados diferentes, mas que, muitas vezes, são confundidos quando citados. De acordo com Jesus (2012), “Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s” (p.12).

Essas diferenciações e debates de gênero movimentam estruturas de poder, porque questionam e desafiam as normas sociais, culturais e políticas que historicamente têm perpetuado desigualdades entre os gêneros. E como estamos correlacionando a temática à política e como esta chega às salas de aula, a importância também do assunto e a forma como chega aos cotidianos escolares, beberemos das contribuições de Maria Helena Souza Patto (2022), que em seu livro intitulado “A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e Rebelia” traz

¹⁹ <https://www.febrasgo.org.br/en/revistas/item/1472-dia-internacional-do-orgulho-lgbt>

algumas reflexões. No prefácio da primeira edição, Sylvia Leser Mello, amiga de Patto contribui em sua obra, dizendo que

O estudo do cotidiano da sala de aula possui um poder de revelação extraordinário, porque só através dele nos é dado acompanhar (e compreender) dramas amargos (Quando uma foto é um drama? Quando uma “conguinha” é um drama? Onde está o cômico? Onde está o trágico?), mas que são diários, repetidos, transformados em comuns, *banais*. A mais elementar necessidade torna-se vulgar, a ofensa e a desqualificação, triviais. A sala de aula põe à mostra a distância que vai do sentimento à ação e desta à palavra (Mello *in* Patto, 2022, p.9)

São algumas das razões que explicam por que a abordagem educativa é essencial. Seguimos para as razões que dão relevância ao debate, na tentativa de entender como impactam as estruturas de poder:

- 1) Desconstrução das normas que permitem que debates de gênero frequentemente questionem e desconstruam o normativismo sobre papéis e expectativas de gênero. Desafiando a rigidez das estruturas sociais que historicamente concederam poder de forma desigual entre homens e mulheres;
- 2) Visibilidade e reconhecimento: ao trazer à tona questões relacionadas à igualdade de gênero e destacar experiências marginalizadas, os debates aumentam a visibilidade das questões de gênero. Isso contribui para o reconhecimento das desigualdades existentes e pode catalisar ações para mudanças estruturais;
- 3) Conscientização e educação: os debates de gênero muitas vezes desempenham um papel crucial na conscientização e educação pública sobre as questões relacionadas ao gênero e a classe. Isso pode levar a mudanças de atitude e comportamento, pressionando as estruturas de poder a se adaptarem às novas compreensões e demandas da sociedade;
- 4) Empoderamento e participação ativa: ao dar voz às pessoas historicamente marginalizadas com base no gênero, os debates promovem o empoderamento e incentivam a participação ativa na sociedade. Isso desafia as estruturas de poder normativas existentes ao ampliar a diversidade de vozes e perspectivas;
- 5) Legislação e Políticas Públicas: debates de gênero frequentemente influenciam a formulação de políticas públicas e a revisão da legislação para garantir maior igualdade. Mudanças nessas áreas desafiam as estruturas de

poder ao buscar garantir direitos e oportunidades iguais para todos, independentemente do gênero.

Acerca das reflexões acima de como o contexto político e o ambiente educacional são afetados pela desconstrução de estereótipos, onde questionamento de padrões de gênero desafia as percepções tradicionais sobre habilidades, responsabilidades e características associadas a cada gênero. Contribuindo para a desconstrução de ideias que sustentam estruturas de poder desiguais. Afinal, debates de gênero frequentemente estão associados a movimentos sociais e ativismo que pressionam por mudanças sociais e políticas. Esses movimentos, ao desafiar as estruturas existentes, podem contribuir para transformações significativas nas relações de poder.

Portanto, os debates de gênero não apenas refletem mudanças culturais e sociais, mas também têm o potencial de remodelar as estruturas de poder ao questionar e desafiar as normas que perpetuam a desigualdade de gênero. Logo faz-se necessário olharmos para as diversas formas de dominação impostas nas interações sociais do cotidiano. E, a partir disso, problematizar o entorno das categorias de gênero e sexualidade.

Entendendo gênero como um conceito que movimenta as estruturas de poder, o que se busca, portanto, é a problematização da cisgeneridade²⁰, para que possamos reconhecer a relevância da utilização do termo para uma análise igualitária da experiência humana. O que necessitará trazer à tona, “nas micropolíticas cotidianas, os elementos macropolíticos que as configuram para demonstrar as maneiras como se fabricam e, até mesmo, se singularizam” (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019, p.2).

Apoiada por essas problematizações, o recorte de mulheres LBTs, que aqui trazemos, inclui mulheres cisgênero e transgênero, que se reconhecem enquanto LBTs – Lésbicas, bissexuais e transexuais. O que torna improtelável a distinção de sexualidade e gênero como duas categorias, pois se estabelecem de maneiras diferentes na sociedade. A sexualidade não é uma dimensão da vida que existe separada e isolada “do resto” da vida dessas mulheres ou de qualquer outra pessoa. Pelo contrário, é um elemento importante na sua subjetividade, na sua autoimagem,

²⁰ Termo que indica a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

no seu bem-estar, tornando fundamental no acolhimento que se pense todas essas dimensões de forma intrínseca.

Quando falamos de sexualidade e das chamadas “minorias” sexuais, que atualmente estão mais visíveis, segundo Louro (2001), essa visibilidade traz efeitos contraditórios: por um lado, alguns grupos sociais passam a aceitar essa pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, grupos tradicionais e conservadores por meio da violência atacam, “[...] realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (Louro, 2001, p. 542).

Se há diferenças biológicas entre os sexos, não são elas que determinam as desigualdades entre eles. Mas o favoritismo de um grupo em detrimento do outro gera a segregação e o preconceito em relação aos demais, portanto faz-se necessário refletir sobre a indiferença humana em relação às diferenças que os tornam humanos. E, como isso repercute nos processos formativos, assim como nas políticas públicas.

Então por que gênero é um de(vir)?

Se não existe um corpo natural, submerso pela cultura e estruturas de gênero pertencentes a sociedade, tornar-se o devir uma abertura a novos possíveis. Compreendendo que as assimilações de gênero são um processo de mudanças efetivas, pelas quais todo ser passa ao longo de sua vida. Enquanto corpo, que será acometido pelos atravessamentos sociais e culturais, mas, em movimento permanente, sendo capaz de criar, transformar e modificar tudo que existe - tal qual o significado da palavra *devir*²¹.

O que também aproxima com os preceitos constitucionais presentes na Constituição de 1988, em relação a igualdade de gênero, pois

A prescrição contida no caput do art. 5º da Constituição de 1988 mantém a tradição constitucional quanto ao princípio da igualdade, ao afirmar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (Maciel, 1997, p. 7)

Sobre a Constituição (Brasil, 1988), voltaremos adiante. Aqui, destacamos que há produção acadêmica e legislação que indicam o quanto o conceito de gênero

²¹ Essa própria mudança. Verbo intransitivo - passar a ser; fazer existir; tornar-se ou transformar-se.

segue em mudança. Torna-se, portanto, fundamental avançarmos nesse campo de estudo quando trabalhamos para que tenhamos, em um futuro próximo, uma sociedade cada vez menos desigual.

1.2 Corpos não cisgêneros: Desconstruindo o binarismo

Na tentativa de entender como cada conceito se materializa nos corpos, e principalmente a importância de reconhecê-los para que um novo cenário contra hegemônico seja estabelecido ao longo dos anos, identificamos que, na medida em que os corpos se relacionam com o espaço, experienciam de formas diferentes cada situação, construindo-se culturalmente como sujeitos. Sujeito este composto por diversos atravessamentos, começando pela forma como foi gestado, pelo nome que recebeu, pelo contexto familiar e social em que nasce e cresce, e assim sucessivamente.

Retornando ao título dessa pesquisa, acerca dos efeitos da (in)corporação das normas, com base em toda estrutura teórica percorrida até aqui, para não perder de vista nos enfrentamentos dos cotidianos de mulheres LBTs, o enfoque dessa pesquisa. Para entendermos as causas e como afetam esses corpos, o que seriam os efeitos? Dentro das ciências sociais, um “efeito” se refere frequentemente às mudanças observáveis na sociedade ou em grupos de pessoas como resultado de eventos históricos, políticas ou outras influências sociais.

Autores como o sociólogo francês Pierre Bourdieu é conhecido por suas contribuições à teoria social, especialmente no que diz respeito às relações de poder, cultura e educação. Seu trabalho, como "A Distinção: Crítica Social do Julgamento" (2007) e "O Poder Simbólico" (2010), aborda como as estruturas sociais afetam e moldam o comportamento das pessoas, e como os efeitos dessas estruturas são observáveis na sociedade. Neste trabalho, portanto, o “efeito da incorporação das normas” se refere ao impacto, concreto, social, cotidiano, que essas normas têm sobre os corpos aqui recortados.

Dando continuidade ao questionamento dessa pesquisa, acreditando no direito de todos os corpos existirem, tentamos compreender melhor a produção dos corpos pela diferença. Para isso, dialogamos com autoras como Jaqueline Gomes

de Jesus, Felipe Cazeiro da Silva, Emilly Mel Fernandes de Souza, Marlos Alves Bezerra dentre outros.

Segundo a psicóloga e professora Jaqueline Gomes de Jesus (2012), mesmo com todas as limitações comuns a qualquer classificação, todo ser humano pode ser entendido como transgênero ou “cisgênero”. E ratifica que:

Cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens. Pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos (Jesus, 2012, p.15)

Com base nesse referencial, qualquer pessoa que não se reconheça com o gênero que dizem ser o “adequado”, deve e precisa ser tratada de acordo com o gênero que se identifica. Os autores do artigo nomeado por “(Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados” (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019), evidenciam que a diferença principal entre cisgeneridade, transexualidade e outras identidades de gênero consideradas dissidentes, perpassa um processo social e cultural em razão de uma visão reducionista e estritamente focada no sexo – compreendido como órgão genital.

E um corpo dissidente é justamente o que não quer/pode ser compreendido apenas pelo órgão genital que o constitui, visto que é fruto de uma junção natureza/cultura como dito anteriormente. E é nessa concepção que se pode afirmar que não existe um discurso puro de corpo. Questionar, então, a hegemonia da categoria de cisgeneridade e os diversos conceitos provenientes da biologia que categorizam homem e mulher ainda de maneira binária, nos possibilita seguir rumo a uma “desconstrução crítica daquilo que se tenta efetuar e conformar curadas verdades ontológicas sobre as corporalidades” (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019, p.4).

Nesse processo de desconstrução, refletindo acerca de corpo e de como se constituem de maneira social e em sociedade, concordamos com Butler (2003) quando afirma que “o corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder” (p. 137). O que torna importante que se compreenda a forma como as estruturas de poder o invade.

Uma das lutas que problematiza essa estrutura é a feminista. Por isso, no específico desse trabalho, deixamos evidenciado que,

Ao afirmar o termo cisgênero, o que se quer articular é que não encerra ou impede as lutas feministas, mas que, ao mencioná-lo, estaremos também falando de uma vivência, um modo, uma característica (dentre as várias) de se viver/experienciar o gênero humano, pois existirão experiências não cisgêneras que não estarão nos moldes da cisgeneridade: as experiências trans. Assim como também não é possível pensar o feminismo como algo único, mas como um campo hifenizado – tal como afirma João Manuel de Oliveira (2010) –, isto é, marcado por uma interseccionalidade de teorias e vivências, que faz perder a estabilidade identitária, de modo que se torna imprescindível usar lentes mais aguçadas para poder compreender melhor essas diversidades, as quais não são apenas sexuais, mas também de gêneros, entre outras características! (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019, p.4)

Quando associamos essa discussão com a estruturação do sistema capitalista presente em nossa sociedade, devemos observar em como essa forma de estruturação reverbera. Em meio a tantas vertentes, na obra “Feminismo para as 99%” (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019), especificamente na Tese 3, as autoras ressaltam que:

O feminismo para os 99% abarca a luta de classes e o combate ao racismo institucional. Concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. Incondicionalmente internacionalista, esse feminismo se opõe firmemente ao imperialismo e à guerra. O feminismo para os 99% não é apenas antineoliberal, mas também anticapitalista (*op. cit.*, p.32)

Assim, fazendo parte dessa luta anticapitalista, como sujeitos culturais e historicamente constituídos, devemos refletir a cerca de algumas perguntas resultantes dessa inquietação a favor de nos desvencilharmos do que nos é imposto, nos segregam e categorizam. E, ao mesmo tempo, nos atentar ao que dá sentido aos significados e não apenas aprendermos a dar nomes, só assim lutaremos contra as normatizações. Nesse processo, será possível vislumbrar a superação da divisão entre masculino e feminino como algo fixo, natural, indiscutível e repleto de verdades inquestionáveis, ou seja, como algo reificado? Pode-se afirmar que as pessoas tendem a cobrar que os sujeitos à sua volta se encaixem nas formas que a sociedade as impõe porque, assim, fica mais fácil delas se auto aceitarem? Por isso,

os assuntos que abordam gênero e sexualidade, numa perspectiva de inclusão e de não reprodução da lógica, devem estar presentes.

Do ponto de vista de Miskolci (2012), torna-se fundamental questionar o suposto olhar neutro sobre o ato de educar que se baseou até hoje em cima de um olhar heterossexual. Educar de forma neutra? Infelizmente muitos acreditam que a educação se dá dessa forma, como se pudéssemos entrar na sala de aula deixando do lado de fora todos os processos da nossa história de socialização.

Isso é impossível porque todos/as trazemos uma bagagem cultural para nossas atividades profissionais, mas, sobretudo, porque educar nada tem de neutro, seus métodos e seus conteúdos têm objetivos interessados. Entre eles, destacarei aqui como essa ilusão de neutralidade era, no fundo cúmplice de um dos pressupostos fundamentais da vida social contemporânea, que é o de que todos são heterossexuais até prova ao contrário (Miskolci, 2012, p.14)

Na fixação do enquadramento dos corpos, a ciência não se apresenta como algo neutro, mas é aplicada e concebida em uma rede de poder. Os adolescentes tendem a ser influenciados devido a hierarquização dos sexos, viabilizando ainda mais esta rede de poder que desde os primórdios era “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (Foucault, 1999, p. 286).

Tal fenômeno é denominado por Foucault de biopoder, um dos seus conceitos mais notórios, o qual expressa uma forma de governar a vida exercido em relação a determinada população. E a diferenciação biológica do sexo é um dos dispositivos do biopoder. Segundo ele, esse processo se dividiria em dois eixos principais: o governo dos corpos dos indivíduos, disciplina; e biopolítica seria o governo da população como um todo.

Silva (2020) apresenta a diferença entre ele e Butler, no que se refere a biopolítica, embora ambos sejam considerados pós estruturalistas:

Foucault constrói sua noção de biopolítica pensando-a como a transformação das formas de poder desde o século XVIII, produzindo formas específicas de subjetividades instadas cada vez mais a uma racionalidade neoliberal. Judith Butler apresenta sua noção de precariedade - ou de vidas precárias - partindo da problematização do luto e da violência, percebendo-os como operadores de poder, produzindo formas de vidas danificadas, não passíveis de luto. Ambas as noções pensadas junto ao campo da educação evidenciam como práticas biopolíticas em tempos neoliberais produzem, inclusive na educação, formas diversas de

precariedade, corpos que não importam. As contribuições desses teóricos neste ensaio, pensadas junto à educação, podem articular novos problemas ao pensamento, mobilizando, a partir de suas noções, contra-produções que incitam novas possibilidades de habitar o presente e viver uma vida vivível. (p.1)

Os dois autores nos ajudam a entender que essas questões estão em todos os lugares, especialmente nos canais da mídia, já que a ideia do corpo belo e padronizado é objeto de almejo na sociedade atual, organizada pelo capitalismo. Sistema no qual, para Foucault (1988), o biopoder foi elemento indispensável para o desenvolvimento, colocando o sexo reduzido a um regime binário de lícito e ilícito, permitido e proibido.

Ainda desenvolvendo esta ideia de biopoder, pensando a orientação sexual que seja divergente da heterossexualidade, Rios (2007, p. 33) diz que

Ao equacionar a natureza com a heterossexualidade, esta passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, de maneira explícita ou implícita. Uma vez institucionalizado e normalizado, a heterossexualidade passa a se manifestar e a ser incorporada na cultura, nas organizações burocráticas, nos discursos e nos sistemas jurídicos

Essa naturalização da heterossexualidade favorece a constituição de um comportamento influenciado pelo gênero dentro das normas binárias (se afirmando como homem ou mulher, de acordo com as convenções). Butler (2003) demonstra que, culturalmente, ainda é o conceito binário, biológico e heteronormativo de gênero que atribui existência significável para os sujeitos, tornando-os aptos e qualificados para a vida social.

Desta maneira, de forma mais abrangente, pessoas que possuem características que divergem fisicamente dos corpos masculinos e femininos, são consideradas sujeitos que apresentam uma condição de não conformidade física com os critérios identitários culturalmente definidos de normalidade. Segundo Pino (2007), isso acaba demonstrando como a normalização compulsória dos corpos e das identidades torna evidente o binarismo homem-mulher, intentando construir e atribuir às identidades sexuais uma coerência necessária entre o corpo sexuado com suas práticas e seus desejos.

No que concerne as pessoas consideradas não binárias e “(...) as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans” (Jesus, 2012, p.11), estas tendem a ser enquadradas em condição maior de precariedade nos diferentes contextos sociais. Questões

acerca deste assunto tende a ser mal interpretada quando abordada em espaços educacionais, pois correlacionam o fato de falar/educar sobre ele com a doutrinação do mesmo, como se fosse algo induzido. Sendo mais direta, o pensamento conservador e preconceituoso, ao entender e difundir que a abordagem de assuntos referentes a gênero conduz o sujeito à prática, serve ao biopoder.

Em uma lógica binária (masculino versus feminino, homossexual versus heterossexual), sempre existirá e se admitirá um polo que será desvalorizado, explorado, negligenciado, designado como minoria que, apesar de ser desviante, poderá ser “tolerado” pela sociedade. Nessa lógica, torna-se impossível pensar em múltiplas sexualidades, pois o múltiplo é algo que foge a ela (Louro, 2004).

Para PocaHy (2007), a homofobia e a hierarquização das relações entre homens e mulheres, também denominadas de sexismo (discriminação de gênero ou sexo de um sujeito), são influídos por uma sexualidade binária que contribui para um espaço social sexualizado, espaço que atua como sinalizador dos possíveis lugares a serem ocupados.

Voltando ao termo gênero, Scott (1990) enfatiza que a abordagem dele sofre modificação de significado ao ser utilizado com intuito de questionar as distinções sociais baseadas no sexo biológico. Assim, a palavra gênero, como conceito, passa a ser utilizada para contrapor o determinismo biológico incluído em termos como sexo, questionando sua interpretação mais simples, quando é considerado sinônimo de mulheres - soando, assim, de forma mais neutra e (a)política do que mulheres. Em outra perspectiva, gênero passa a ser uma forma de denotar as construções culturais e papéis sociais relacionados aos homens e mulheres (Scott, 1990).

A discussão entre corpo, gênero e sexualidade nos leva para vários caminhos. A pesquisa vem indicando que toda a construção social e cultural de um sujeito é atravessada por assuntos relacionados ao tema. No artigo escrito pelas autoras Guacira Louro, Jane Felipe e Silvana Goellner (2003), logo no primeiro capítulo intitulado “Gênero e educação: teoria e política”, vemos que a busca de explicações acerca dos temas como gênero e educação é urgente por alguns motivos:

Primeiro: que gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes. Segundo: que nada que é “natural”, nada está dado de antemão, toda

verdade — mesmo aquela rotulada de científica— é parcial e provisória e resulta de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura e pode por isso ser questionada (*op. cit.*, p.12-13)

Através do resultado dessas disputas travadas nos mais variados âmbitos sociais e de cultura, criamos brechas e fissuras. E, segundo Scott (1990), é nesse instante que inventamos a passagem de um conceito biológico para um conceito social de gênero. O qual vai se tornando utilizado à medida que os estudos sobre o sexo e a sexualidade proliferam. Isso acontece exatamente porque os estudos de gênero oferecem um modo de segregar a prática sexual dos papéis sociais destinados a homens e mulheres para diferenciá-los.

O termo gênero acaba criando um sistema completo de relações que podem incluir o sexo, apesar de não mais estar diretamente determinado pelo sexo, mas que continua como condicionante da sexualidade. Para conceituar gênero como categoria analítica, é necessária nesse caso empregar o conceito da autora Joan Scott que define: “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (1990, p.86). Dessa forma o entendimento de gênero encontra-se interligado nos conceitos de papel sexual, identidade sexual e relações entre os sexos. Scott (1990), ainda faz um adendo: “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (*ibidem*), ou seja, é nas relações sociais que as relações de poder se desenvolvem.

Entretanto, apesar de sua inclusão como parte social e cultural, o termo gênero ainda continua sendo concebido pela existência de uma visão binária sobre os papéis culturais e sociais. As categorias de análise ainda continuam divididas em dois polos: homem ou mulher.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as conexões entre o sexo e o que os sociólogos da família chamaram de “papéis sexuais”, aqueles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (Scott, 1990, p.7)

Bebendo-se das contribuições de Scott, após quase trinta anos, Camila Magalhães Gomes (2018) traz, no artigo intitulado “Gênero como categoria de análise decolonial”, indagações acerca do que significa usar o gênero como categoria de análise, partindo de perspectivas como a decolonialidade. Sua avaliação expõe gênero como uma possível forma de reprodução da colonialidade, a qual produz discursos que ocultam a multiplicidade da vivência das relações fora do sistema-mundo da colonial modernidade. Por isso ela nos diz que “Sustento ser o gênero uma categoria de análise capaz de desestabilizar o que é ser homem ou ser mulher apenas quando percebido não como uma categoria primária, secundarizando a raça, mas como categoria junto a ela produzida” (Gomes, 2018, p.65).

Assim, gênero segue sendo tomado como pergunta, como uma categoria que coloca em questão a formação dos sujeitos — sujeitos históricos, sociais, culturais, políticos e sujeitos de direito. Aproximando do tema central dessa pesquisa, quando o debate de sujeito se faz com o recorte de mulheres LBTs, objetivamos colaborar para sair de uma concepção do movimento/teoria feministas, que tem o gênero como categoria, mas excluí determinados grupos de mulheres e suas realidades, reivindicações e modos de produzir conhecimento. E, além disso, porque “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes” (Butler, 2003, p. 18).

Buscando explicações do que nos fez chegar ao entendimento que temos hoje. em movimento que auxilie a produzir outra realidade,

Desde esse ponto de vista, caberia a nós, educadoras e educadores, investir em projetos educativos que possibilitem mudar os focos usuais dos processos de ensino-aprendizagem vigentes: da busca por respostas prontas para o desenvolvimento da capacidade de elaborar perguntas; das certezas para a dúvida e para a provisoriedade; do caráter prescritivo do conhecimento pedagogizado para um enfoque que estimule a desnaturalização de coisas que aprendemos a tomar como dadas (Louro; Feliper; Gollner, 2003, p.13)

Por considerar assim os processos educativos, neste capítulo buscamos explicitar a formação da ideia de sexos biológicos, identificando como o enquadramento dos corpos se faz culturalmente, conceituando cisgeneridade e sua relação com corporeidade, diferença, gênero e sexualidade.

Diferença como quebra da cisgeneridade, do padrão da normatividade de gênero e da sexualidade, nos atentando para o meio educacional. Também

trouxemos reflexões acerca da normatividade, a qual desqualifica alguns/algumas, colocando outros/as como padrão e; sobre o gênero, cria a heteronormatividade, termo usado para descrever situações em que orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por diversas formas. E, com esse acervo, seguimos para pensar os processos formativos como espaços possíveis para que se aprenda pelas diferenças e contra as desigualdades sociais.

2 QUESTIONANDO O PODER QUE SE FAZ PELO/NO CORPO

Ao discutirmos a formação dos corpos nos espaços, as relações de cada qual com mundo, a partir do cotidiano, onde acontece, a cidade é considerada campo educativo e, o ambiente escolar se faz com o restante do sistema. Por isso, faz-se necessário correlacionarmos conceitos como cotidiano e lugar.

Assim, neste capítulo, Milton Santos (1997), através da escala dos espaços, auxilia a explorar o cotidiano normativo permitindo entender a importância das experiências. No desenvolvimento, busco evidenciar o contexto político na ALERJ, onde estive professora-assessora dentro de uma Mandata Quilombo. Para criação desse capítulo, além de Milton Santos, utilizo autores como Jessé Souza, Cecilia Coimbra, Carolina Catini dentre outros/as/es intelectuais brasileiros/as.

No que tange o espaço, temos o lugar como a menor escala, mas não menos importante. Milton Santos (1997) conceitua a formação de lugar por um cotidiano compartilhado entre uma diversidade de pessoas, firmas e instituições, onde cooperação e conflito são a base da vida em comum, sem excluir que cada um exerce sua função individual, pois a vida social se individualiza. E nesse momento a cartografia dos cotidianos se materializa, pois lugar é a menor porção de espaço, cada um constituindo o seu, transitando por territórios comuns, “e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade” (Santos, 1997, p.7).

Em síntese, partilhamos de um mesmo plano cartográfico, mas cada um vai enxergar e ter a vida atravessada de forma diferente.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 1997, p. 7)

Embalada por essa relação entre lugar e cotidiano, trago a leitura do livro de Jessé Souza (2022), nomeado por “A herança do golpe”. Um livro que, segundo o autor, foi pensado para estimular o debate político às vésperas das eleições de 2022. E com ele, identifico “ como o sistema político brasileiro foi desenhado para manter a desigualdade abissal, maquiando-a com as cores reluzentes do falso

moralismo” (Souza, 2022, p.10). A chamada que essa citação ajuda a fazer é para que nos incomodemos, que nos inquietemos com essa produção das desigualdades.

Exemplificando o parágrafo anterior, no que diz respeito ao racismo no Brasil, entendemos por que Silvio Almeida (2023), atual Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, o nomeia como estrutural²². Em contrapartida o termo é questionado pelo professor Muniz Sodré (2023), na entrevista de divulgação do seu novo livro “O fascismo da cor”²³, diz que o racismo funciona por ambiguidade, em escala institucional, em sua subjetividade. Alega que o mecanismo principal do racismo brasileiro não é o cacete armado. E por isso, não é a lei que exclui, nem a empresa que não emprega negros.

O mecanismo principal é a negação. E qual seria ela? Segundo a entrevista de Sodré, essa negação é a que exclui o negro como pessoa igual ao branco, tanto no comportamento, na ação, na emoção, no pensamento, quanto no cotidiano. A negação que alcança tanto o racista quanto ao objeto do racismo, porque, segundo ele, tirando os grupos neofascistas, não existe nenhum racista que admita ser racista. A pessoa é, mas nega e diz que não é. A negação acaba sendo excludente e defensiva ao mesmo tempo, e isso só existe porque acontece fora de uma estrutura. Então, ele indica pensarmos que apenas dizer que é estrutural simplifica a questão, quando queremos problematizar o cotidiano. Além de ser mais fácil o pensamento hegemônico ganhar força, quando aceitamos algo sem explicação, quando os mecanismos de alienação são naturalizados, fazendo com que os aceitemos sem hesitar.

Trazendo Jessé Souza (2022), ele diz que a “história da sociedade brasileira sempre foi — e ainda é — marcada pela experiência da escravidão e do racismo racial. Esse é o núcleo da sociabilidade brasileira e todo o resto é secundário” (p.11). Visando sistematizar, o autor explicita uma inquietação antiga, que é a necessidade de dar nome. Dizendo que, na busca por explicações, nos contentamos em nomes. E fazemos isso há muito tempo.

Alguns, muito poucos, haviam “dito” que a escravidão e sua herança são importantes para entender o Brasil atual. No entanto, simplesmente te “dizer” isso não é suficiente. Essa é a diferença entre um “nome” e um “conceito”. Uma diferença, inclusive, que muitos intelectuais não

²² <https://www.sescsp.org.br/racismo-estrutural-depoimento-do-pensador-silvio-almeida/>

²³ <https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/05/o-negro-no-brasil-e-um-lugar-movel/> (Data de acesso: 25 de maio de 2023)

compreendem. Um “nome” é impreciso e confuso, já que apenas “dizer” que a escravidão foi fundamental vai evocar na cabeça de cada um as mais variadas associações. Um vai imaginar a importância da feijoada, outro, a da capoeira, outro, ainda, a do samba, e assim por diante. Como resultado, todos vão achar que compreendem algo em relação à qual não sabem na realidade (Souza, 2022, p.11)

Como cuidado para não apenas nomear, neste trabalho, além de relacionar o tema central com outros atravessamentos, como falamos de Brasil, não temos como deixar de fora o racismo. Afinal, nos atentamos aos corpos de mulheres LBTs em relação à toda a estrutura social, a qual, assim como homofóbica, também é racista.

E, a partir dos conceitos anteriormente explicitados, a pesquisa buscou interpretar o porquê de políticas públicas não chegarem de forma integral para corpos LBTs. É também o que nos motiva a entender como as instituições estatais operam nos territórios, pois, quando falamos de Brasil, racismo e miséria constituirão essa explicação ou pelo menos parte dela. O mecanismo por meio do qual se produz a acumulação de e, ao mesmo tempo, o contrário é criado: a miséria. Marx (2011) busca explicar que a miséria não aparece vinculada às características dos indivíduos, sendo ela produzida pelo próprio sistema do capital, onde os modelos econômicos vigentes necessitam excluir vastos setores da população para que funcionem.

Nesse momento, devem estar se perguntando, o que isso tem a ver com os corpos de mulheres LBTs? Essa pesquisa está focada nos corpos dessas mulheres no contexto da cidade do Rio de Janeiro, incluindo um olhar atencioso as que moram nas favelas, pelas condições de vida e pelas relações dos seus corpos aos espaços em que atuam. Marielle Franco²⁴ foi uma delas, mulher bissexual, negra que chegou à Câmara Municipal como Vereadora e abalou estruturas. Até hoje ansiamos por respostas sobre sua morte.

Torna-se crucial que se compreenda as especificidades deste contingente de mulheres. E questionar a homogeneidade da categoria 'mulher' é um ato que busca reconhecer a diversidade que existe, não apenas na orientação sexual, mas também nas questões de gênero, raça e localização geográfica das pessoas.

Esse questionamento se estende à compreensão da identidade de 'mulher favelada' na cidade do Rio de Janeiro, bem como às experiências relacionadas à lesbianidade, bissexualidade e transexualidade. É importante destacar que muitas

²⁴ Saiba mais sobre quem foi Marielle Franco – https://www.ebiografia.com/marielle_franco/

das experiências e necessidades dessas mulheres são diferentes daquelas vividas por mulheres heterossexuais, que também residem nessas mesmas áreas, pois a realidade é outra, desde a performatividade, a maneira que se veste, a linguagem corporal dentre outras diferenças. Além disso, as vivências das lésbicas e bissexuais nessas comunidades podem ser distintas das experiências das lésbicas e bissexuais que vivem em áreas urbanas mais privilegiadas, na medida em que esses corpos se constituem de maneira diferente, desde as roupas que vestem, os espaços que acessam e as relações que estabelecem com o contexto de modo geral.

Partindo de tudo isso, na tentativa de entender e construir um modo diferente e institucional de consumir política, identificamos que isso só será possível caso tenhamos personas representantes, pois corpos que não passem pela experiência, sintam a realidade, conheçam as urgências, terão dificuldade em entender o que significam e representam determinadas situações. Nesse processo, não priorizarão ou negligenciarão a temática - promovendo, assim, exclusões, desigualdades, violências (algumas acabando em homicídio).

Assim, a representatividade política desempenha um papel fundamental na busca por uma sociedade inclusiva e igualitária, na qual todos/as/es possam viver e conviver. Nesse contexto, é digno de nota a Mandata da Deputada Monica Francisco, uma mulher negra retinta, que foi eleita deputada Estadual do Rio de Janeiro com um impressionante apoio de 40.631 votos. Durante o período compreendido entre 2018 e 2022, sua atuação na Assembleia Legislativa, por meio da Mandata Quilombo, trouxe à tona questões essenciais relacionadas à igualdade, justiça social e diversidade.

No momento de lançamento de sua candidatura, em 2018, a deputada proferiu " não farão política sem nós" e continuou a reafirmar sua determinação em enfrentar esses desafios de frente, promovendo uma voz significativa para comunidades historicamente marginalizadas. Ao dizer isso, ela buscava convocar as populações negras e indígenas, as mulheres, pessoas LGBTQIA+ a se apropriarem desse debate e a seguirem explicitando que a democracia, sem nossos corpos, vozes e pautas, será sempre como a repetição em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", em que Marx fala que "A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa" (Marx, 2011, p.25).

E o que é "Quilombo", que está na Mandata Quilombo? É toda a ideia de pensar sociedade, que parta da significância e da necessidade de aquilombar-se.

Stéfane Souto (2021), graduada em comunicação social pela UFBA, desenvolveu uma pesquisa sobre experiências de quilombamento do povo negro no campo das artes e da cultura, sob uma perspectiva insurgente e engajada da gestão da cultura. Em um trabalho intitulado, “É tempo de quilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea”, a autora traz um ensaio cuja introdução foi nomeada por: A benção, minha mais velha.

No que se refere aos debates e discussões que aquecem e oxigenam o pensamento negro na atualidade, quilombamento é, sem dúvidas, uma palavra do nosso tempo. De diferentes formas e em diversos espaços, sejam estes físicos ou virtuais, a ideia de quilombo vem sendo evocada com cada vez mais frequência, sobretudo por jovens negros e negras interessados e interessadas em tecer novas redes de organização e colaboração frente às condições colocadas pela opressão racial. Nesse momento, é possível observar que a urgência desse enunciado emerge como resposta ao acirramento de forças que levam a uma situação-limite. Frente à crescente polarização ideológica e política, ao desmantelamento das instituições, aos retrocessos (in)constitucionais e ao agravamento da situação de vulnerabilidade da população negra nesse contexto genocida, é preciso quilombar-se (Souto, 2021, p. 145)

Quando destacamos, por exemplo, a urgência de falarmos de Lélia Gonzalez²⁵, estudar Lélia, lembrar e fazê-la presente, é no movimento de nos quilombarmos. É nos reunirmos para celebrar a construção política e intelectual de uma mulher negra que lutou e escreveu por nós. É nos unirmos para lutarmos juntas contra o racismo em qualquer lugar do mundo. Ao nos quilombarmos, nos acendemos e alimentamos o nosso desejo pela liberdade, por um futuro melhor, pelo nosso direito a ter direitos, celebramos quem veio antes e melhoramos o mundo para quem-virá.

Embora Lélia se inspirasse nos movimentos negros dos EUA, sempre esteve atenta às particularidades da América Latina. Gonzalez cunhou o termo Amefricanidade, que diz respeito às especificidades dos negros e negras em solo latino-americano. Angela Davis, ao vir no Brasil em 2019, disse “Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês aprenderão comigo”²⁶. Os Estados Unidos têm muito a aprender com o feminismo negro brasileiro. Vivemos em uma sociedade racialmente

²⁵ https://www.ebiografia.com/lelia_gonzalez/

²⁶ Fala retirada do lançamento de Angela Davis quando lançou seu livro “A liberdade é uma luta constante” <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/20/em-sp-angela-davis-pede-valorizacao-de-feministas-negras-brasileiras.>>

estratificada no Brasil – porção que compõe a América latina – mantendo os sujeitos oprimidos em lugares subalternos muito específicos, garantindo privilégios aos brancos dominantes, visto que estes detêm valores forjados como verdadeiros e universais (Gonzalez, 2020).

Monica Francisco, cria do Borel, cientista social e deputada estadual na ALERJ entre 2018-2022, afirma que as dificuldades para nós, mulheres, no acesso à política institucional começam dentro dos próprios partidos, os quais, muitas vezes, não consideram as desigualdades de gênero, raça e classe. Este quadro se materializa na falta de financiamento, na distribuição desigual do fundo eleitoral, na divisão do tempo de rádio e TV da propaganda eleitoral e do acúmulo de jornadas de trabalho.

O movimento feminista, ao longo de séculos, empreendeu uma luta incansável em busca do direito ao voto e da participação ativa das mulheres na arena política. Contudo, no período compreendido entre 2018 e 2022, testemunhamos perdas significativas. Entre essas perdas, destaca-se a partida prematura de nossa estimada companheira e vereadora Marielle Franco, uma figura influente que deu início ao movimento 'Mulheres na Política'. Esse movimento consolidou uma aliança feminista entre parlamentares e líderes de esquerda, com o objetivo de conquistar e ocupar espaços de poder.

Nesse mesmo período, emergiram vozes fundamentalistas que propagavam o ódio em relação às mulheres, à população negra e LGBTQIAP+. No entanto, também assistimos ao fortalecimento das vozes dos movimentos feministas, negros, LGBTQIAP+, indígenas e de outras vozes dissidentes. É importante recordar que foram as mulheres que lideraram as manifestações nas ruas sob os lemas 'Fora Cunha' e 'Ele Não'. As mulheres, especialmente as mulheres negras, assumiram a vanguarda na luta contra a violência policial e na reivindicação de que 'vidas negras importam'.

Esses exemplos chamam nossa atenção para os espaços e territórios, para que possamos entender onde a diferença se faz, materializa. No que diz respeito à saúde pública, por exemplo, conceitos geográficos se compreendem da seguinte forma:

O primeiro conceito geográfico utilizado no campo da saúde é **espaço**. Inicialmente, no âmbito da epidemiologia, para localizar a ocorrência de doenças e mortes em indivíduos e em população, identificando fatores do

ambiente e da vida social relacionados. Posteriormente, foi incorporado à organização e gestão dos serviços para identificar necessidades de saúde e compreender processos (acesso, deslocamentos, alocação de recursos), fluxos (de pessoas, de serviços, de insumos, profissionais, agravos) e mobilidade populacional (Gondim; Monken; 2017, p.23. *Grifo dos autores*)

E quais são as aproximações da citação acima quando busco entender o porquê de as políticas públicas não chegarem de maneira integral nos corpos LBTs? De onde são esses corpos? Na tentativa de construir respostas, caminho por reflexões que passam por uma nova forma de fazer política, compreendendo a política das ruas e a importância da cidade. Buscando direcionamentos que incluam as vozes e ansiedades das pessoas que gritam/necessitam de outra forma de fazer política. Para dialogar com essas diferentes vozes, precisamos nos deslocar pelos espaços. E estamos em um momento em que o espaço público está sendo disputado.

Nesse aspecto, por meio das experiências, essa pesquisa se debruçou sobre um Relatório da equipe de gênero, formado dentro da Mandata Quilombo. Esse trabalho conjunto, composto por cinco mulheres reúne uma série de documentos que relatam a construção teórica e prática das ações experienciadas, dos cotidianos ao chão da ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro)²⁷ com o objetivo em comum de tornar possível o acesso às Políticas Públicas do Estado, e aqui ressalto mulheres LBTs, para que todes sejam contemplados.

Políticas públicas que podem promover o amplo acesso aos espaços, assim a produção e a difusão de todos os conhecimentos socialmente produzidos, como as artes.

Tem gente que tem medo de chuva
porque sabe que a chuva mata
Mas não mata todo mundo

É por isso que tem gente que ama o cheiro e tem gente que antes da primeira gota já se enfia num ônibus pra casa com pressa.

É claro que o problema não é da chuva que alaga, não é do rio que inunda, não é da terra que desliza, não é do morro que desaba. A natureza nisso tudo só luta contra um sistema capitalista que consome, retira, desmata, aterra, enterra, queima, corta, vende e compra.

²⁷ No caso das assembleias públicas, vemos com bastante clareza a luta sobre o que vai ser o espaço público, mas também uma luta, igualmente fundamental, sobre como os corpos vão ser suportados no mundo – uma luta por emprego e educação, por uma distribuição equitativa de alimento, por moradias habitáveis e pela liberdade de movimento e expressão, para nomear apenas algumas coisas (Butler, 2018, p.75)

A terra tem valor. E tem preço. Povos indígenas ensinam seu valor e os ruralistas sabem o preço. E nessa luta por capital, que no Brasil é terra/água/mata/bicho, ganha quem tem dinheiro/arma/gado/pele branca

Você já se perguntou onde fica o lixão do seu estado? Você sabe onde ficam as indústrias mais poluidoras do mundo? Você sabe como se pesca quando vaza óleo? Sabe como se come quando intoxicam a terra? Sabe como volta pra casa quando a rua alaga? Sabe como se dorme quando casa desaba?

Você sabe quem mais consome água? Sabe quem mais compra celular? Você sabe quem mora no metro quadrado mais caro?

Agora, você sabe quem mais recicla? Sabe quem menos produz resíduo? Sabe quem mora onde os índices de poluição do ar são os maiores? Nesse último caso, eu. Descobri isso numa disciplina de poluição e ambiente na faculdade. O rio de janeiro tem dado de cada bairro. Já a baixada chora por lembrarem os nomes dos seus municípios. Não ter dado é um dado (de que algumas pessoas não existem de verdade). Na minha busca eu descobri que por conta da REDUC quem mora na zona de amortecimento paga o preço sempre que respira

O racismo mata com tiro todos os dias. O racismo ambiental justifica as mortes por deslizamento, alagamento, queimada. Mas é sempre uma decisão de Estado ter favela longe da praia, ter coleta seletiva ou nem coleta ter, ter segurança pública ou material particulado no ar. É decisão do estado ter lixão e não teatro, e ter gente subindo cada vez mais alto em encosta pra morar

Eu queria poder gostar do barulho da chuva. Mas não gosto.

(Taina Antonio, @yogamarginal, fev.2022)

Em sua poesia, Tainá Antonio, cria da baixada no município do Rio de Janeiro, nos traz questionamentos, e cada uma vai ter o seu, a partir da leitura. Palavras como diferença e experiência inter cruzam essa discussão e podem ser difundidas de maneiras distintas. Sujeitos podem passar pela mesma vivência, no que diz respeito a situação, mas a experiência a ser tirada dela é singular de cada um. E a diferença? O conceito de diferença aparece de muitas formas, na lógica hegemônica, somos educados, desde a infância, para que possamos nos comportar em sociedade de uma determinada maneira. Mas cada um enxerga a vida de acordo com o chão que pisa, já dizia Paulo Freire (1997). Se somos diferentes, não é ela que nos afasta, afinal é a única coisa que temos em comum.

Caminhando pelas formas como os territórios produzem vivências, experiências e diferenças, em sua obra, mais especificamente no terceiro capítulo intitulado por “Espaços Urbanos e classes perigosas”, a autora Cecilia Coimbra (2001) relata que os chamados “territórios da pobreza” são os espaços que não foram valorizados, ainda, pelo mercado imobiliário, os chamados “guetos” - que sempre amedrontam as camadas “mais favorecidas”. Do seu ponto de vista, “na história das cidades constata-se como tais territórios, à medida que são valorizados economicamente, têm suas populações empurradas para outras regiões menos importantes” (Coimbra, 2001, p.81).

Exemplificando a ideia da autora, correlaciono com o programa “minha casa, minha vida”, que empurra populações para regiões longes dos grandes centros, dos lugares mais movimentados – com isso, os processos de revitalização, de alguns lugares das grandes cidades, acontecem. Ao questionar essa forma de ocupar a cidade, o que se busca é uma sociedade que esteja sensível às diferenças. Isso requer retirar o ponto final dos preconceitos e estereótipos, colocando uma vírgula no texto da vida, para que o amanhã seja escrito com a diferença e pela diferença e, assim, essas mulheres sejam assistidas em todos os âmbitos, seja educacional, de moradia, saúde, dentre outros.

E quais são os mecanismos que podemos utilizar para que existam mudanças no que parece estar consolidado, frente a um sistema capitalista que ordena, desordena e que precisa da desigualdade para se manter? No que abrange o tema aqui abordado, constantemente usufruem da falta de representatividade existente para viverem. Atualmente, o espaço institucional da política e da gestão se apresenta de forma majoritariamente branca e composta de homens cisgêneros. O que não representa a sociedade brasileira, partindo do pressuposto de que a maioria da população é negra e mulher²⁸.

A partir desse dado, na tentativa de entender essa aflição produzida sobre os corpos mais afetados pela organização hegemônica do mundo e, na tentativa de contribuir com uma nova forma de fazer política, seguirei explorando como isso efetivamente se dá quando corpos - como os nossos, considerados fora do padrão -, ocupam espaços políticos e como isso “se materializa sob novas máscaras “modernas”” (Souza, 2022, p.12).

Por isso destacamos aproximações da pesquisa com a Mandata Quilombo, como meio de identificar se produziu ações e materiais relevantes para uma nova concepção do Parlamento como representação da maioria. Em consonância com Ribeiro (2012, p.7):

É necessário construir outra cartografia, que desobedeça à dominante, que conta com a aliança do Estado com a mídia hegemônica. São indispensáveis outros usos da técnica e outras linguagens, que rompam a seleção espacial e social produzida pelas interpretações mais veiculadas da vida coletiva.

²⁸ Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) em 2021, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

Nesse processo, devemos nos apropriar e fazer existir um Estado que inclua ativamente todos os corpos, para que o rosto da figura de poder os contemple, ampare, proteja. E para isso é necessário que se compreenda como as estruturas de poder são impostas.

Em um mundo globalizado, mas desigual, a globalização chega, mas não de forma benéfica, ao ponto de ter “frutos” que contemple todos os territórios, justamente por serem lugares com pouca estrutura em todos os âmbitos. Olhemos para os corpos. Em “Escritos urbanos: ensaios sobre subjetividade e política”, Baptista (2020) utiliza a expressão corpo-casa como um instrumento de combate encontrado no lixo urbano a espera de uso e parceria.

Nessa preocupação com o território, a Mandata realizou uma cartografia da ação, a qual, como ferramenta institucional, se constituiu de forma potente durante quatro anos, refletindo os efeitos da presença de um corpo de uma mulher negra retinta no espaço institucional e principalmente fora dele, mas a partir dele. Na tentativa de explicitar como se deu a trajetória dessa cartografia, exponho que, junto de uma equipe formada por seis mulheres, fizemos um relatório final do Grupo de Trabalho (GT) de gênero e sexualidade da Mandata.

O trabalho cotidiano desse GT envolvia análises de projetos de lei, resoluções, moções, honrarias, projetos de indicação, projetos de decretos legislativos, que tocavam ou deveriam tocar em questões de gênero e sexualidade. Além disso, fazíamos, acompanhadas por profissionais qualificados, o atendimento de casos de violência dos direitos humanos em gênero e sexualidade que chegavam à Mandata, incluindo encaminhamentos para denúncias, acolhimento psicossocial das vítimas e familiares, suporte jurídico sobre onde as pessoas deveriam denunciar ou recorrer. A participação e construção de atos, reuniões e plenárias com os movimentos sociais que avançavam a nossa luta comum também faziam parte desse cotidiano.

Deste modo, com uma Mandata como essa, composta majoritariamente por mulheres e divididos em GTs nomeados de acordo com as pautas que nos mobilizavam e eram prioridades para nós, tínhamos os grupos de trabalho de economia solidária, trabalho e renda, gênero e sexualidade, cultura, comunicação e o jurídico. Acreditávamos que a junção de todas as equipes compunha o esqueleto de ser uma Mandata Quilombo formado por uma parlamentar que trabalhava pela política do cotidiano, deste modo, ou seja, partindo disso, era possível idealizar uma

nova forma de política institucional que fosse pensada com nossas bases, ocupando espaços de poder, representando assim o que de fato está acontecendo, que é “a história que a história não conta” (Samba enredo da Mangueira no ano de 2019, “Histórias para Ninar Gente Grande”).

Compreendendo a ideia de território e lugar na educação, explorando a força educativa desses dois conceitos, reflito hoje sobre a classificação dos espaços públicos dentro do cotidiano. Segundo o autor João Teixeira Lopes (2017),

(...) poderemos conceber quatro eixos para dar conta da diversidade dos espaços públicos no capitalismo tardio. O primeiro refere-se aos espaços livres versus espaços securitários, militarizados ou blindados. Estes últimos, por estrita definição, fogem já das dimensões constitutivas do espaço público (de livre acesso, físico e simbólico, constituindo nós articuladores para a multifuncionalidade dos territórios, conferindo-lhes urbanidade, espaços comuns de múltiplos usos e diferenciadas fronteiras), mas permitem, por relação, uma melhor compreensão do fenómeno (p. 70)

De acordo com esses aportes teóricos, mais a frente resgataremos um dos trabalhos feitos pela equipe de gênero do qual fazia parte, onde se desenvolveu uma Cartilha do Orçamento, a qual buscava divulgar o que vinha sendo feito com o dinheiro público. Momento em que também fizemos audiências públicas com a ideia de que “Orçamento é coisa de mulher! Não farão política sem nós”. Na época, o governador Cláudio Castro havia destinado 12 bilhões para compra de armas e munição e financiamento de operação policial enquanto não havia um real para as políticas específicas para as mulheres. Agravando o cenário, o governador também cortou 50% dos salários das servidoras lotadas em conselhos e equipamentos públicos específicos de atendimento para mulheres. E a cartilha vinha com objetivo de tornar público, pois era com o dinheiro do orçamento que fazíamos políticas públicas para hospitais, escolas e assistência social.

Identificamos, através do trabalho desse GT, que a parte da população mais afetada mora nas favelas. O que não era novidade, mas conseguíamos comprovar, mais uma vez. E queríamos mudar isso, fazer política pública para acesso ao que está presente nos espaços ditos públicos e centrais, onde existe um grande contingente populacional que o frequenta, onde a globalização opera.

Finalmente, proponho o continuum entre espaços públicos centrais e espaços públicos periféricos. Os primeiros tendem associar-se aos lugares urbanos de concentração do poder (económico, político, social, cultural e simbólico), de forte visibilidade e normalmente fundadores da imagem

hegemónica de cidade. Em muitos casos, estaremos na presença de uma forte carga patrimonial, oficialmente classificada, resultado, em boa medida, do movimento de preservação, recuperação da memória e de restauração historicizante e patrimonializadora dos centros urbanos (velhos e/ou novos). Os espaços públicos periféricos, por seu lado, tendem a escapar às fachadas e à visibilidade, fluindo na vida quotidiana como lugares intersticiais, negociados e experimentados muitas vezes de forma agonística, imbricados na estruturação de novas subjectividades e encontros, radicados no princípio da não-indiferença à diferença (Lopes, 2017, p. 71)

Pelas palavras acima, identificamos o quanto o cotidiano é afetado pela forma como o mundo se organiza, e muitas vezes a reflexão sobre o que é público e todos os seus atravessamentos passam despercebidos — na lógica hegemônica, o dia a dia é feito para ser dessa forma. Ao atentarmos às especificidades do tempo urbano, especificamente quando associado ao andar na cidade e à disputa de apropriação dos espaços públicos por todos os corpos, lutamos para combater “a tendência para a cidade esquartejada, pericial, hiperespecializada, social e culturalmente segregada” (Teixeira, 2008, p.72). Por isso, buscamos entender o cotidiano de outra forma, na qual as lutas e resistências ao instituído estão presentes. Incluindo as presenças, embates e criações de mulheres LBTs.

2.1 Dissecando a caixa da normatividade cotidiana

Ao problematizar os efeitos da construção das normatizações de gênero sobre os corpos de mulheres LBTs, visando a luta pela garantia de acesso à educação dentro de uma perspectiva anticolonial e anticapitalista, quando institucionalmente não nos sentimos representadas dentro dos ambientes políticos, faz-se necessário e torna-se imprescindível que haja mulheres LBTs que, em meio as adversidades das vivências, entenda nossa dor e o que é importante para nós.

A possibilidade de pensar a importância do cotidiano, das experiências se faz importante para o processo de politização dos corpos, uma vez que o poder dos aparelhos institucionais do Estado, na maioria das vezes, silencia e afasta corpos periféricos. Segundo o professor Luiz Antônio Baptista (2001), em uma das passagens no texto “A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder”, menciona que, para eles, o desbotamento misturado aos traços e refugos da cidade convertia-se em falta de nitidez; desta

forma os homens ditos sábios apagavam os usos e astúcias de vários séculos.

Qual seria a relação do presente tema com o garoto negro da Mangueira no qual Baptista (2001) se refere em seu texto? Quando pensamos em normas de gênero e na forma como elas são colocadas no atual contexto da nossa sociedade, se torna crucial a valorização das experiências de cada sujeito, especialmente em um momento em que insistem em apagá-las. Um corpo não é apenas um corpo, ele é formado culturalmente e deste modo adquire significado, sendo construído diferentemente por cada sociedade, não se restringindo meramente as suas semelhanças biológicas dadas como universais. Por isso, em um país como um Brasil, com tantas diferenças, torna imprescindível o entendimento de interseccionalidade.

O conceito de interseccionalidade tem sido um conceito teórico e político útil de análises realizadas por nós, mulheres brasileiras. Ele nos ajuda a apreender melhor a complexidade das situações concretas que os indivíduos e grupos sociais experimentam. Para entendermos o que é interseccionalidade, trazemos Lélia Gonzalez (2020), com base em sua concepção sobre a construção social e cultural do Brasil, especialmente, o mito da democracia racial. Em sua abordagem, Gonzalez (2020) relaciona raça, classe e gênero cunhando o termo interseccionalidades para que tal relação ou articulação se caracterize trazendo reflexões sobre a sociedade brasileira, a partir da figura da mulher negra para questionar o mito que a estrutura hegemônica simbolicamente resgata e reitera: o da democracia racial.

Nessa perspectiva, não basta estarmos aqui para falar apenas de LBTfobia, devemos falar de racismo e as condições desiguais de existência (classe social). Pois precisamos pontuar sempre que as questões étnicas raciais perpassam e atravessam todas as outras questões, a racialização é um dos exemplos de padronização e normatização. Ao problematizarmos a racialização dos corpos, precisamos pontuar e falar das questões de gênero e classe, entrelaçadas com a questão étnico racial, dentro da sociedade.

Esse atravessamento de diferentes questões históricas, que nos compõem como corporeidades, não se dá de forma abstrata. A partir das bases nas quais nos apoiamos, qual seria a importância do cotidiano na cidade? A cidade que ensina, por meio da política das ruas, enquanto “sujeito educativo”? Se as experiências se fazem importante para o processo de politização dos corpos, inclusive o motivo

pelos quais são silenciados, principalmente os que vivem nas favelas. Quais são as explicações para essa construção?

Para entender melhor a importância de considerar as experiências cotidianas na educação, voltemos ao garoto citado anteriormente, o qual vivia na comunidade da Mangueira e tinha dificuldades em matemática, mas no cotidiano fazia somas e multiplicações de forma ágil, como ressalta o autor: “os cálculos de matemática e a sagacidade da rua” (Baptista, 2001, p.202). Ainda segundo esse mesmo autor, no local onde morava, muita coisa acontecia: derrotas, combates, vitórias, estratégias faziam-se incansavelmente. Ausentes de calma, inventavam e reinventavam particulares modos de defesa e de ataque.

Nesse sentido, “fala que faz sumir” nos elucida a destacar as experiências cotidianas desse corpo. O protagonista, um menino negro de dez anos, morador da favela da Mangueira no Rio de Janeiro, sem pai e com uma mãe, que sozinha sustenta ele e os irmãos, se tornando ausente por precisar trabalhar em jornadas exaustivas com alta carga de trabalho, dentro da escola é considerado um aluno apático, e que acaba reprovando novamente. Com isso, a professora o encaminha para uma psicóloga que futuramente lhe dará um diagnóstico.

Essas ações cotidianas tornam-se práticas educativas diárias desses corpos nos espaços, e por meio da compreensão do conteúdo geográfico poderemos, talvez, auxiliar coletivamente em busca do entendimento necessário de que,

(...) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (Santos, 1997, p.7)

E são essas relações entre espaços, objetos, pessoas que, no campo da educação, defendemos como emergencial sua compreensão. Considerando que isso implica na inclusão do estudo das diferenças como parte de estratégias e ações educativas primordiais, enriquecendo os variados processos pedagógicos escolares cotidianos, repensando os currículos e seus preceitos homogeneizadores, sexistas e heteronormativos, assim como provocando mudanças efetivas sobre as formações inicial e continuada dos docentes para além da sala de aula.

No que diz respeito à problematização da diferença, em particular das questões de gênero e sexualidade, torna-se importante levar em consideração a

cultura material, os objetos, as moradias, a organização espacial das cidades modernas, refletindo e aprimorando ainda mais as diferenças de gênero.

Especulações para esse problema existem várias, desde o que chamamos de lar desestruturado até o contexto de fome e miséria do qual muitas famílias brasileiras fazem parte. Embora sejam análises que muitas vezes escapam das salas de aula e se espalham por todos os espaços públicos, histórias com desfechos parecidos muitas vezes se inter cruzam pelo território no qual moramos. Faço aqui uma breve associação com os dois anos iniciais de pandemia provocada pela Covid-19, onde o Brasil volta ao mapa da fome devido ao agravamento do desmonte do Estado, ocorrido na gestão do governo federal entre 2018 e 2022, que levou trabalhadores ao desemprego, evasão escolar, dentre outros problemas. Para enfrentar essa situação, modificando-a completamente, é necessária uma educação libertaria e democrática.

Voltando, mais uma vez, ao menino que sumia, em uma das passagens do texto, a mesma psicóloga que o atendeu, em outra ocasião o encontra na rua vendendo tangerina, estando parada no sinal dentro do seu carro. O menino dividia a escola com o mundo do trabalho, onde ingressou muito novo para ajudar sua mãe com as despesas da casa. Desatenta, ela não reparou que, de maneira hábil, o menino efetuou contas de soma e multiplicação para que pudesse lhe dar o troco e “Esse brilho passava despercebido” (Baptista, 2001, p. 202).

A história de um menino da Mangueira, gerado por uma mulher. Ao pensarmos no Brasil, um país colonizado onde a maioria da população é mulher, de acordo com dados da PNAD Contínua²⁹ (IBGE, 2021³⁰), identificamos que o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. Atualmente, a população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres, somos 52% do eleitorado, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e ainda somos excluídas das discussões políticas. Em 2021, o debate sobre as eleições ao governo do Estado e à presidência da República, realizadas em 2022, ainda passavam apenas por um gênero: o masculino. O debate político em torno de possíveis nomes, estampado na imprensa, se dá apenas entre os homens³¹.

²⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

³⁰ <https://diminua.me/quantidade-mulheres>.

³¹ Links de debates entre majoritariamente homens; <https://www.folhape.com.br/politica/acompanhe- agora-o-1o-debate-entre-os-candidatos-apresidentes/238417/>
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/28/primeiro-debate-da-eleicao-2022-reune->

Voltando à pergunta dessa pesquisa, em que momento é definido que outros corpos devem ser restringidos da plenitude? Restringidos e cerceados ao acesso pleno no campo político, educacional, saúde, políticas públicas etc. A falta da garantia dos direitos dessas pessoas é de interesse de quem? Do Estado ou do Poder privado?

Os lugares onde essas mulheres vivem e sofrem esses conflitos têm cor, classe social e gênero, padecendo cotidianamente com injustiças socioambientais, como a falta de água potável, de estruturas de saneamento, péssima qualidade de ar e alimentos de baixa qualidade, com grande quantidade de veneno. A partir do intelectual, pertencente aos povos originários do Brasil, Krenak (2020), o que nomeamos por humanidade vai sendo descolado de forma absoluta dessa corpulência que é a Terra, “vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2019, p. 22).

De uma entrevista feita pelo cineasta Fernando Meirelles³², a esse líder indígena, destaco uma afirmação do Krenak, transcrita do site mencionado na nota de rodapé número 26: “nenhum povo é capaz de interpretar o tempo que vive. A crise é sempre um fenômeno não entendido pelas pessoas que sofrem suas consequências”. E no que diz respeito as crises, ele nos insista a pensar que talvez, uma amostra grátis do *Homo Sapiens* venha a compartilhar com outras espécies um mundo para além das mudanças climáticas. Nessa mesma entrevista, Krenak reitera: “A mudança climática é real, vai acontecer e vai desaparecer com um monte da gente. Um milhão não é nada. Vão sumir bilhões de pessoas ao longo dessa crise”.

Ao pensar nas mudanças climáticas, também podemos falar em racismo, o chamado Racismo Ambiental. Termo cunhado no início dos anos 80 pelo advogado e líder negro Benjamin Franklin Chavis Jr. O conceito surge nos Estados Unidos como ferramenta contra as injustiças ambientais sofridas pela população negra americana. O Racismo Ambiental é um produto da colonização tradicional, que exerceu controle sobre territórios ocupados, com uso do poder militar e político,

subtraindo direitos e bens como terra para viver e água para beber (Legnaioli, 2019).

É importante acrescentar que o racismo ambiental perpetra, em sua origem, o embranquecimento e a limpeza da metrópole, relegando o que é considerado sujo, inadequado e desviante para as margens da cidade. Faz-se importante salientar que as indústrias ou aterros sanitários sempre estão situados nos mesmos lugares onde residem as populações mais pobres e majoritariamente negras.

O que faz darmos enfoque a diferentes aspectos das idéias higienistas e eugenistas, as quais aparecem em diferentes áreas de conhecimento, como a Antropologia, Psiquiatria, Educação, Educação Física, Biologia são alguns exemplos. Muitos dos supostos “problemas” que chegam para esses profissionais, como por exemplo o psicólogo que recebe uma grande demanda oriunda da escola com queixas como “problema de aprendizagem” ou “problemas de disciplina”. Mas, um

Detalhe interessante a destacar é que, antes mesmo da avaliação do aluno por um profissional da saúde ou até antes do encaminhamento à saúde, a queixa do rendimento escolar já tem sua explicação: “o aluno é assim porque tem muito piolho e o piolho da anemia”; ou “são crianças de ventre podre” ou “porque os pais são separados”, ou “porque o pai bebe”, ou “porque mora na periferia” etc. Justifica-se as dificuldades e problemas de uma pessoa exclusivamente por suas características individuais ou familiares (Boarini; Yamamoto, 2004, p.60)

Quando atentamos aos lugares submergidos pelo racismo ambiental, somos tendenciados a aceitar explicações que mitigam o problema posto, encaminhamentos esses, que em sua maioria deslocam o eixo da preocupação do social para o individual, como a citação acima exemplifica. Problemas de ordem institucional denomina-se na literatura por uma medicalização³³, um dos recursos cotidianamente utilizados, em nossa sociedade, para explicar problemas gerados nas mais variadas circunstâncias sociais.

No retorno à história vamos constatar que esta medicalização, salvo erro de generalização, é o cerne do pensamento higienista. Já nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as explicações de

³³ “O conceito de medicalização é de autoria de Ivan Illich (1975), que usou para descrever a invasão pela medicina de um número cada vez maior de áreas da vida individual: cada etapa da vida humana — incluindo recém nascidos, crianças, as mulheres grávidas, até os que estão no climatério e os que chegaram à velhice — é hoje objeto de cuidados médicos específicos, independentemente de haver ou não sintomas mórbidos...” (Singer; Campos; Oliveira, 1978, p.62).

carater higienista e eugenista, também contribuíram para dar forma e sustentação a diferentes formas de encaminhamentos das instituições brasileiras, no caso, circunscrevendo nossa discussão as questões sociais no Brasil (Boarini; Yamamoto, 2004, p.61)

De acordo com as contribuições teóricas, das ideias de eugenismo e higienismo, qual a relação desse pensamento com os corpos no cenário do Brasil? Fomos “higienizados” pelas instituições. O racismo ambiental existe, e o mesmo afeta corpos específicos. Com isso, para seguir essa pesquisa, explorando as experiências na Mandata, torna-se indispensável que, para além do recorte de gênero, mencionemos o recorte de raça e de classe social.

Se nossa história também é construída por mulheres plurais, bissexuais, lésbicas, trans, dentre outras, devemos pensar na interseccionalidade, quando abordamos o corpo e a vida de forma integrada. Ao adentrarmos no amplo campo da interseccionalidade, somos inicialmente atravessados pela raça, não existindo a possibilidade de falar de Brasil e sua história sem que a conceituemos.

O conceito de raça, mesmo que revisto cientificamente e compreendido como construção social e política, ainda é um desafio atual posto que atravessa o debate antropológico seja quanto ao modo de revelar como as relações entre grupos raciais são vivenciadas, seja ao evidenciar os aspectos relativos a relações de poder e o modo como o tema ingressa na agenda pública visando o enfrentamento ao racismo (Audebert; Jardim; Joseph, Pinho, 2022, p.8)

Assim, devemos dissecá-lo, pois ainda se perpetua a expulsão da população negra das regiões, como a falta de saneamento básico, expressando o consentimento de um acordo pactuado no processo de gentrificação, o qual afasta cada vez mais essas pessoas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Dados do IBGE (2019)³⁴ mostram que 56% da população se autodeclara como negros/as.

Não há dissociação, do território ao lugar, onde esses corpos atuam cotidianamente. Ao analisarmos a lista de governadores do Estado do Rio de Janeiro desde 1904, encontramos apenas 2 mulheres, sendo apenas uma mulher negra: a deputada federal Benedita da Silva e, com o destaque de ser a única governadora dos últimos 20 anos que não foi afastada e nem está ou foi presa.

Hoje nosso problema não é mais apenas a busca por representação, mas que não haja mecanismos políticos e sociais que dificultem a entrada desses corpos nos espaços de direito – neste trabalho me refiro às mulheres LBTs. E, no contexto da

³⁴ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

representação política nacional, a única mulher eleita presidente da República, Dilma Rousseff, sofreu impedimento de seu mandato com uma violenta e misógina campanha de ódio contra ela³⁵.

Na pandemia da Covid-19, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar ações e omissões do Executivo, foi composta sem mulheres, apesar de termos sido as mais impactadas pela pandemia, desde o acúmulo de jornada de trabalho, a exposição na linha de frente no combate ao vírus até os altos índices de mortalidade materna (Mandata Quilombo, 2022). Nesse momento, Mariane Marçal e Renata Aquino compuseram a equipe de gênero e deram criação ao Relatório Final³⁶ da Frente Parlamentar de Combate à Violência Obstétrica e à Mortalidade Materna.

No entanto, tivemos, até o final do ano de 2022, na Presidência da República, um presidente e um vice-presidente - homens - que promoveram uma agenda fundamentalista, machista, racista e LGBTfóbica ao longo da gestão (2018-2022). E todo o debate em torno de candidatos/as à presidência da República também foi centralizado em homens brancos. Felizmente, após 4 anos de barbárie, conseguimos mudar o resultado nas urnas para que o ano de 2023 começasse ao menos com um presidente do campo democrático, Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa pesquisa espera contribuir com esse novo cenário.

2.2 Experiência educativa pelo Parlamento

Com o sentido de narrar e problematizar a partir das experiências no espaço Parlamentar e, nesse processo da pesquisa, identificar sua força educativa, trouxemos referências a construção dos corpos, do cotidiano feito na cidade, da cultura, dos espaços e dos gêneros. E, nesse momento, destacamos aqui as lutas pelos direitos influenciando a maneira que uma lei se forma e nos afeta.

Para que possamos seguir, gostaria de falar um pouco sobre como acontece as criações dos projetos de lei, todos os encaminhamentos para que se crie uma lei.

³⁵<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contra-dilma-rousseff>

³⁶ https://drive.google.com/file/d/1JAq6-l7X00HYzJqRHU7q65-ajhrzNhJ_/view

A ALERJ conhecida na linguagem popular como a “casa do povo”, é onde ocorrem as votações dentro dos plenários com todos os deputados estaduais.

Dentro da Mandata de Mônica, tínhamos as atas que chegavam pela manhã, nelas continham os projetos que iriam ser votados na semana. Projetos que eram construídos a partir de diferentes interesses, inclusive por demandas e pressões populares. Ao receber os projetos, cada equipe era responsável por uma leitura específica, dependendo do assunto e, que deveria ser feita de maneira muito atenciosa, onde nosso maior desafio era fazer uma leitura política, não somente técnica, pois uma vírgula mal-empregada, uma preposição, um inciso que deixássemos passar poderia excluir uma porcentagem de pessoas, por exemplo.

Após a leitura, caso quiséssemos compor e dar sugestões, poderíamos entrar como coautores e novamente todos reiam até o momento da votação. Os autores dos projetos os apresentavam e a votação acontecia, e só virava lei com pressão pública. Por isso, quando as votações ocorriam, muitas vezes, as portas da ALERJ ficavam rodeadas de pessoas que gostariam de ver e participar daquele momento. Em resumos gerais, é dessa forma que acontece os caminhos da criação de uma lei, que afetará muitas pessoas, que na maioria das vezes nem sabem que naquele dia e hora está sendo debatido algo que vai afetar sua vida cotidiana.

Desde a criação da Constituição em 1988, por exemplo, o debate de igualdade ronda a estrutura do Estado de Direito - e ainda hoje lutamos para que ele seja exercido. O Estado de Direito é um princípio fundamental que se refere à ideia de que o governo e seus agentes estão submetidos e devem agir de acordo com a lei. Esse princípio implica que todos os cidadãos, incluindo autoridades governamentais, estão submetidos às leis e ao sistema legal, o que ajuda a garantir a proteção dos direitos fundamentais e a prevenção do arbítrio e do abuso de poder.

A Constituição de um país muitas vezes é a base para que se estabeleça e garanta o Estado de Direito. Ela definirá a estrutura do governo, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, além de estabelecer as leis fundamentais que regem a nação. A Constituição serve como uma lei suprema que prevê um sistema, limitando o poder do governo e protegendo os direitos individuais de cada sujeito.

No que diz respeito à educação, muitas Constituições incluem disposições relacionadas ao direito à educação. Essas disposições podem variar de país para país, mas geralmente afirmam o compromisso do Estado em fornecer educação básica obrigatória e, em alguns casos, até mesmo garantir o acesso ao ensino

superior. A inclusão de disposições educacionais na Constituição frisa a importância conferida à educação como um direito fundamental e como um meio de capacitar os cidadãos.

Essas deliberações constitucionais acerca da educação frequentemente abordam questões como a obrigatoriedade e a universalidade da educação, a liberdade de ensino, a promoção da igualdade de oportunidades educacionais, entre outros aspectos.

A construção e desenvolvimento, portanto, da igualdade não só no campo político, mas em todos os meios, e aqui ressaltaremos o educativo. E, de acordo com o Guia prático para escolas e educadoras/es nomeado por “Disposições Legislativas sobre gênero na educação” (Ação Educativa, 2015), o que dizem as Leis e a Constituição?

O Plano Nacional de Educação³⁷ define entre suas diretrizes a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação" e a "promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental." Nas metas que propõem a universalização do ensino fundamental para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, encontram-se, dentre as estratégias, a necessidade de fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar em situações de discriminação, preconceitos e violências na escola e o desenvolvimento de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (*op.cit.*, p.3)

O que se busca através dessas disposições é estabelecer uma base legal que garanta uma educação acessível, equitativa e de qualidade para todos os cidadãos. Por isso, a educação aparece em nossa Constituição (Brasil, 1988) como um direito fundamental, estabelecendo a importância da educação e assegurando seu acesso a todos os cidadãos.

Considerando esse e outros alicerces legais, como propiciar a igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas sem combater ativamente as práticas que estigmatizam, excluem e discriminam mulheres, homossexuais e pessoas trans?

³⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Nesse aspecto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996³⁸) menciona, em seu Art 3º, os princípios em que a educação deve se basear:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar.

Em diálogo com a Constituição Federal, também traz a superação de quaisquer formas de discriminação, portanto, incluídas aí a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e todo comportamento misógino. É por esse caminho que se torna imprescindível o gênero como conceito a ser estudado, no contexto da cidade e, conseqüentemente, dentro das escolas e em todos os meios institucionais. Pois o maior desafio hoje, dentro desse campo de estudo é não só perceber as variáveis das relações de gênero, mas como elas continuam sendo elaboradas, replicadas e transformadas.

E é aí que a educação ganha um papel central. Pesquisas vem se dedicando a entender não só como as famílias, mas também como as escolas ensinam modos de ser homem e mulher. Se é certo que muitas crianças já chegam à escola com noções de gênero que aprenderam em casa, também a escola desempenha um papel importante no reforço (ou na transformação) dessas noções. Vale lembrar que na primeira metade do século passado a educação de meninos e meninas (daqueles que tinham acesso à escola no Brasil) ainda era separada. Mesmo quando quase todas as escolas se tornaram mistas, ainda assim é possível encontrar distinções na educação dada a meninos e meninas. E agora nós contamos com um conceito e todo um campo científico capaz de nos ajudar a perceber como essas diferenças são construídas (Bortolini, 2020, p.22)

É caminhando pelas diferenças, como destaca a citação acima, que seguimos e falamos em política institucional. O que não é desconsiderar os movimentos populares. Nessa linha de pensamento, em um dos capítulos do livro “Educação contra a barbárie”, a autora Carolina Catini (2019) ressalta que parte das organizações populares que lutam pela garantia de direitos foi configurada dentro de

³⁸ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>

uma forma social hegemônica. Em analogia, em um ônibus lotado (cena cotidiana dos brasileiros/as), a tendência é que os/as passageiros/as se incomodem apenas uns com os outros, quando na verdade pagam por uma passagem cara e o Estado não entrega uma estrutura com ônibus de qualidade.

Na perspectiva do campo educativo, isso pode estar presente e, assim, o cenário se torna mais atormentador. Ainda segundo Carolina Catini, quando nos perguntamos o motivo da evasão escolar dos jovens, para onde eles estão indo após expulsão do processo de escolarização, a mesma só pode ser respondida pela saída de dois caminhos paralelos: “pelo lado do terror mais explícito, a juventude pobre está sendo atingida pelo genocídio ou pelo encarceramento em massa” (Catini, 2019, p.35).

O que aproxima do texto “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes”, de Miriam Limoeiro Cardoso (1997), no qual é possível enxergar que não existe hipótese de falarmos da construção de um capitalismo dependente no Brasil, sem ressaltar a herança da escravidão, que dificulta a não mobilização das massas nesse país. Quando olhamos para os “dados” oferecidos pelo conhecimento comum e pelas ideologias dominantes como se de fato fossem dados, ela nos diz que Florestan não os aceita.

Durante toda a sua formação teórica, Florestan se debruça com afinco sobre as análises disponíveis dentre essas teorias e suas avaliações, sempre tendo como guia o rumo da transformação social, ao pensar e explicar o Brasil, seja sua organização e ou seus conflitos, passados e atuais, e nas perspectivas que se abrem para o seu futuro.

Discorrendo o pensamento do autor, Miriam Limoeiro Cardoso afirma que ele se negou as “explicações” correntes, como a do subdesenvolvimento enquanto atraso, ou como a que recorre a processos sociais (de urbanização, de industrialização...) como se fossem em si mesmos explicativos. Nega, também, as propostas decorrentes destas supostas “explicações”, como a da superação do subdesenvolvimento através da aceleração do crescimento econômico.

O crescimento econômico não vai mudar, o capitalismo precisa de sistemas dependentes. O poder estaria no mercado ou no Estado? Há poder nas ações desenvolvidas pelas escolas e instituições parlamentares, como a ALERJ?

Esses questionamentos acerca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) surgem e tornam-se importantes, quando percebemos que essa

instituição é composta por 70 deputados/as que representam eleitores/as de diversas regiões do Rio de Janeiro, e de diferentes classes sociais. A representação que se encontra no Poder Legislativo torna palpável a síntese da realidade do Estado. De todos os poderes, o Legislativo é conhecido como o mais aberto e acessível à população. Fora raras exceções, todas as suas sessões são públicas e podem ser acompanhadas pela TV ALERJ³⁹ e pelo site da Casa *online*⁴⁰.

Entendendo essa composição, seguindo para a forma como se estrutura o interno desse Parlamento, identificamos que sua função fiscalizadora é estabelecida não apenas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão de apoio do Legislativo, mas também pelos/as próprios/as deputados/as, por meio das Comissões Permanentes, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Comissões Especiais. O exercício acontece devido ser função dos/as deputados/as estaduais construir e aprovar, todos os anos, o Orçamento do Estado e as contas do governo. Sendo proferida à ALERJ a função de fiscalizar a utilização do dinheiro público pelo Executivo. É possível entender todo o funcionamento *online*⁴¹.

Acreditando na potência desse espaço como aliado das necessidades de mudanças, em benefício de todos/as/es, seguimos.

³⁹ <https://www.youtube.com/channel/UCH1a8t5cikU9cYa69BLVfbQ>

⁴⁰ Para maiores detalhes, ver em <https://www.alerj.rj.gov.br/>

⁴¹ <https://www.alerj.rj.gov.br/Alerj/ComoFunciona>

3 A EXPERIÊNCIA EM TERRITÓRIO EDUCATIVO PARLAMENTAR - UM POVO SEM MEMÓRIA, É UM POVO QUE NÃO SABE PARA ONDE VAI...

Nesse ponto, quando pensamos em tensionamento de poder, se faz urgente o entendimento de território x espaço, a ampliação dos conceitos espaço, território e lugar. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2017, p.63).

O pensamento de Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro, destaca a importância do entendimento do território e do espaço no contexto do tensionamento de poder. Ele propõe uma abordagem mais ampla e complexa dos conceitos de espaço, território e lugar, enfatizando a interdependência e a contradição entre os sistemas de objetos e as ações que ocorrem nesse contexto.

A citação de Santos destaca que o espaço não deve ser visto apenas como uma mera extensão física ou geográfica, mas sim como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. Isso significa que o espaço não é apenas um ambiente estático, mas sim dinâmico, composto por elementos materiais e atividades humanas inter-relacionados. Ele enfatiza que é essencial considerar esses elementos como parte de um quadro único no qual a história se desenrola.

A noção de que o espaço é solidário e contraditório sugere que diferentes elementos dentro do espaço estão conectados e interagem entre si, mas também podem entrar em conflito. Esse entendimento é crucial para analisar as relações de poder e as dinâmicas sociais que ocorrem em determinados territórios. A abordagem de Santos busca ir além de uma visão simplista do espaço como um contêiner imóvel, passivo, destacando sua complexidade e a importância das relações sociais e históricas nele inseridas.

Bebendo dos aportes teóricos de Milton Santos, assim como percorrendo uma metodologia de pesquisa que se faz com/pelas experiências com os cotidianos, já é possível perceber que de modo geral a prática educativa e política acontece em todos os espaços, sejam os da sala de aula, da cidade em geral, pela construção social cotidiana. Ressaltando cotidiano não como o que fazemos dia a dia fosse uma reprodução mecânica, mas além, pois nenhum momento é exatamente igual ao

outro. O que nos possibilita entendermos como o educativo chega ao espaço Parlamentar e a importância desse espaço ser didático.

Nesse caminho, esse capítulo permeará o contexto do tensionamento de poder, essa perspectiva permitirá uma análise mais aprofundada das disputas territoriais, das relações de dominação e resistência, e das formas como o poder se manifesta e se contesta no espaço. Em resumo, com as contribuições de Milton Santos veremos a necessidade de compreender o espaço de maneira holística, reconhecendo sua natureza dinâmica e as interações complexas entre objetos e ações que moldam as relações sociais e políticas. As quais produzem efeitos nos corpos.

3.1 O território do Parlamento e sua relação com a cidade

Transitando pela cidade, identificamos a existência de diferentes tipos de corpos e de territórios. Para compreender melhor essas características, Milton Santos alega ser útil considerar o espaço como a escala mais ampla; o lugar como a menor unidade dentro dessa estrutura e; o território como uma região de influência e poder. É precisamente na escala menor, o lugar, que encontramos maior porosidade e permeabilidade em relação às influências externas. Neste capítulo, em especial, beberemos dos aportes teóricos de Milton Santos, Grácia Maria Gondim e Mauricio Monken.

Na produção desigual em que socialmente vivemos, ao falarmos nas escalas do espaço, devemos compreender território para que possamos falar de educação, afinal se existe poder, a educação sendo um direito é completamente afetada. Resistindo às normas e aos controles impostos por projetos educativos que objetivam controlar e explorar, há corpos que assumem e fortalecem suas identidades, histórias, valores e/ou a própria vida. No texto intitulado “Território e Territorialização”, os autores Grácia Maria Gondim e Maúrcio Monken (2017) ressaltam:

O conceito de território permite descrever e entender os modos de vida e como pessoas e grupos se organizam e se relacionam. Contribui para identificar formas de uso e apropriação de espaços e ambientes pelos

homens, para que estes produzam e consumam bens e serviços, estabeleçam relações e trocas materiais e simbólicas, continuem a reproduzir sua existência e se perpetuem como espécie (p.22)

Em diálogo com essa ideia de território, Milton Santos destacou a importância de abordar temas como saúde pública e corporeidades em seu trabalho, enfocando aspectos sociais e geográficos. Vamos explorar brevemente esses temas, pois quando debatemos o território do Parlamento, é imprescindível falar de saúde pública. Devido as formas de pensar/fazer política, que a todos os momentos atravessam nossos corpos, estes não existem sem saúde e Milton Santos abordou a questão da saúde pública em sua análise crítica da sociedade. Ele destacava a relação entre condições socioeconômicas, geografia e acesso aos serviços de saúde. A geografia da saúde é um campo de estudo que examina como fatores espaciais afetam a distribuição de doenças e a prestação de cuidados de saúde.

Essa abordagem evidenciou desigualdades regionais e urbanas. De acordo com Gondim e Monken (2017), as análises de Santos sobre a saúde pública incluiu a reflexão sobre a distribuição desigual de recursos médicos, a acessibilidade aos serviços de saúde e as condições de vida nas diferentes regiões do Brasil. O que muito nos ajuda a entender a força e a função do espaço, pois ele

Abriga o passado histórico e o presente vivido, projetando possibilidades futuras de uso. Nessa perspectiva, é socialmente produzido e palco de realizações, tendo as seguintes características: organizado – as pessoas se agrupam e se organizam no espaço para constituir a sociedade; dinâmico – as ações humanas mudam constantemente modificando o espaço; fragmentado – a sociedade se divide em parcelas organizadas em recortes espaciais; heterogêneo – cada lugar tem identidade e é apropriado por pessoas e grupos de diferentes formas; multiescalar (diferentes escalas) – o território pode possuir abrangência local, regional, nacional e global (Gondim; Monken, 2017, p.24)

A partir dessas ideias, esse capítulo tomará forma na medida em que entendermos como as escalas de espaço se constituem, para que possamos aprofundar a relevância do território Parlamentar. E por que a necessidade do conceito geográfico associado à saúde? Porque estamos falando de corpos, corporeidades inclusas em um determinado espaço. E partilhando de uma forma ampliar de olhar a saúde – ou seja, não antônimo de doença, mas relacionada às condições gerais de vida em sociedade.

O conceito "corporeidade" refere-se às formas como os corpos se constituem, vivem, interagem e se relacionam no espaço social. Santos não explorou

extensivamente a palavra "corporeidade" em seus escritos, pelo menos não sob esse termo específico. No entanto, ele discutiu temas relacionados à corporeidade e à experiência humana em contextos urbanos e sociais. Em sua análise, era considerado não apenas os aspectos físicos do corpo, mas também como a sociedade molda e é moldada pelas práticas corporais. Destacava-se como diferentes grupos sociais experimentavam o espaço de maneiras distintas. Ao examinar as corporeidades, Santos enfatizava as desigualdades no acesso aos recursos e na capacidade de participar plenamente na sociedade, incluindo aspectos como mobilidade, lazer e interação social.

Outro conceito geográfico incorporado ao campo da saúde é **lugar**. Entendido de forma particular por pessoas e grupos, é definido como espaço percebido, relacionado ao espaço afetivo ou de identidade, local onde se tem familiaridade ou intimidade (uma rua, uma praça, uma área de atuação ou a própria casa), portanto para designar proximidade e pertencimento territorial (Gondim; Monken; 2017, p. 24. *Grifo dos autores*)

Lugar, então, como a menor escala, constituída no cotidiano e singular por cada sujeito. A interconexão entre saúde pública e corporeidades pode ser explorada de algumas formas, e as leituras nos indicam considerar como as condições de vida, a distribuição espacial de serviços de saúde e as práticas corporais contribuem para a construção das realidades sociais. Dessa forma, é possível promover uma compreensão mais holística das dinâmicas sociais e espaciais, buscando soluções mais equitativas e inclusivas.

Outro aspecto relevante nessa conversa é a tomada de consciência de que nesse processo, em que espaço público e privado não se dissociam, a prática pedagógica pode ser concebida com base nas experiências e conscientização construídas no cotidiano da vida. “Desses corpos resistentes vêm o apelo à Pedagogia, à Educação Física, aos Currículos por outras pedagogias dos corpos. Por outra Base Nacional Comum” (Arroyo, 2016, p. 23). O que ajudará a romper com a produção de corporeidades precarizadas e silenciadas por “[...] essa imposição de uma Cor, um Corpo, um Gênero da nação como único, Comum, Nacional” (*idem*, p.16).

Para uma primeira análise da força do Parlamento como local de disputa dessas corporeidades, contra a reprodução de corpos precarizados, é necessária a compreensão de como o sistema político influencia e molda as condições de vida de grupos sociais vulnerabilizados pelas condições de existência. Aqui nos ateremos a

alguns pontos que devem ser considerados: a formulação de políticas públicas, pois o Parlamento desempenha um papel crucial na formulação de Políticas Públicas, quando entendemos que a força dessa instituição reside na capacidade de criar leis e diretrizes que afetam diretamente a vida dos cidadãos, especialmente aqueles em situação de precariedade; a formulação de políticas relacionadas a questões como trabalho, saúde, moradia e educação pode impactar significativamente os corpos precarizados.

O debate torna-se cada vez mais latente, na medida em que as atuações do Parlamento nesses temas possam tanto perpetuar a precariedade quanto buscar soluções que promovam a inclusão e a melhoria das condições de vida. Por isso a relevância da representatividade e participação, pois a força do Parlamento também reside na representatividade. A presença de parlamentares que compreendam e representem as realidades dos corpos precarizados é crucial. A falta de diversidade pode resultar em políticas que não abordam efetivamente as necessidades desses grupos. E para entender, sentir essa diversidade, há que considerar e transitar pelos diferentes espaços sociais.

Sobre a observação anterior, daí a necessidade e a importância da representatividade do recorte aqui estabelecido – mulheres LBTs. Para que haja a participação ativa de organizações da sociedade civil e movimentos que defendam os direitos dos corpos precarizados, as ações parlamentares podem ser influenciadas por debates que pressionem por mudanças significativas. Incluindo disputa de recursos - ressalto a alocação de recursos pois é uma área em que o Parlamento exerce considerável poder.

Por isso destaco a importância da “Cartilha do Orçamento” mencionada anteriormente, entendendo que as disputas sobre orçamentos e investimentos em setores como saúde, educação e assistência social refletem diretamente na qualidade de vida dos corpos precarizados. Fortalecendo, assim, a pressão por políticas que destinem recursos de forma equitativa e que atendam às necessidades específicas dos grupos mais vulnerabilizados, pois ainda é uma batalha constante no ambiente Parlamentar.

Para que possamos seguir destrinchando a experiência do espaço Parlamentar como território, pois a disputa de poder é constante, ressalto aqui que a presença de parlamentares que compreendam e representem as realidades dos

corpos precarizados é crucial. Discussões sobre salários, jornadas de trabalho, direitos sindicais e medidas de proteção social são centrais para desse debate.

A legislação trabalhista é um dos espaços de disputa no Parlamento. Há diferentes interesses incidindo sobre os corpos precarizados, pois decisões parlamentares têm impactos significativos na estabilidade e dignidade do trabalho. O Parlamento influencia diretamente as leis trabalhistas, afetando as condições laborais desses corpos. Nesse sentido, impossível deixar de mencionar que Mônica foi a primeira mulher negra presidenta da comissão de trabalho dentro da ALERJ.

Entendemos, assim que a força do Parlamento como local de disputa de corpos precarizados está centrada na capacidade dessa instituição de moldar políticas, representar diferentes grupos sociais e decidir sobre alocação de recursos. A atuação nesse cenário pode ser um fator determinante para a melhoria das condições de vida dos grupos em situação de vulnerabilidade, assim como travar as barreiras impostas quando o assunto é acesso à cidade.

3.2 Experiências educativas pelo Parlamento

No sentido de entender o Parlamento como educativo, nos atentamos a estrutura de uma Mandata Quilombo, e a experiência da pesquisadora nesse espaço sendo destrinchada como uma carta aberta no presente trabalho acadêmico. Pois acredita-se que só através da pesquisa, da valorização dos cotidianos poderemos mudar os rumos da política do Brasil.

O campo acadêmico pode ser um espaço muito frio, pois a escrita pode ser solitária, porque muitas vezes o/a pesquisador/a no processo de escrita pode se sentir só, pois é trabalho autoral e, embora existam coletivos potentes que acolhem, nem sempre representam a singularidade. Mas, a relação com o tema pesquisado, permitiu a interlocução com muitos olhares, por isso traremos agora um dos textos lidos em uma exposição do Museu de Favelas em São Paulo, quando a vida dentro das favelas foi abordada. Inicialmente o texto fazia uma chamada para que nos olhássemos no espelho, que nos atentássemos ao que víamos e ao que ele dizia. O que é belo, quando falamos de cidade? Jailson de Souza e Silva e outros autores do

texto do qual me refiro, transcrevem a seguinte experiência, da primeira vez em uma favela:

Me vejo naquela laje. Minha primeira vez na favela. Solidária com minha amiga e anfitriã, lhe disse: “absurda a desigualdade de nossa sociedade. Uma pena a favela ser tão feia numa cidade chamada de maravilhosa por suas belezas”. E ela, filha de Oxum, Orixá do amor e das águas do rio, apenas me olhou, sorriu e disse: “feios são seus olhos domesticados. Que não percebem a beleza das senhorinhas sentadas na esquina conversando; das crianças brincando com brinquedos feitos por elas, que seus filhos e filhas nem imaginam que existam; que não sabem ver o belo na dança e na música expressas nos corpos desses jovens, feitas também por eles e elas. Que não conseguem sentir o belo na intensidade da vida presente nessas construções feitas por nós, contra o Estado que cuida de você e do mercado que produz para seu consumo. Por que não consegue enxergar a beleza de nossos corpos e invenções?” (Exposição Museu de Favelas, São Paulo, 2023⁴²)

Os espaços que perpetuam as desigualdades, nomeados em sua maioria por favelas, são os menos acessíveis à globalização, especialmente quando comparamos áreas centrais (como os núcleos urbanos), principalmente por serem espaços mais periféricos. Tais áreas periféricas muitas vezes são consideradas menos influenciadas pela globalização, embora essa avaliação talvez seja imprecisa, mas a globalização não atinge esses locais da mesma maneira que atinge as áreas mais centrais.

A partir da reflexão acima, voltemos a pergunta que a citação traz sobre o belo. De onde vem a associação das favelas com a desordem e ao não belo?

E não podia deixar de me incomodar com a desordem: barulho, excesso de corpos, excesso de coisas, expressão do caos. E o amigo que me guiava, cria do lugar, sentindo meu incômodo, apenas falou: “por que pensar que somente na ordem está o belo?” (A partir da vista à Exposição Museu de Favelas, São Paulo, 2023, s/p)

E só assim, lendo aquele texto que me foi possível perceber o quanto algumas pessoas sempre associam caos e feiura, belo e ordem, sem saber. De onde vem o olhar domesticado para essas associações? O que é domesticar? Estes questionamentos nos levam para muitos lugares.

Quando pensamos nos motivos que sucederam o desenvolvimento dessa pesquisa, ao tentar entender como os efeitos das normas (in)corporam e chegam em mulheres LBTs e os enfrentamentos em seus cotidianos, não podemos deixar de

⁴² Em 11/10/2023, visitei essa Exposição (maiores detalhes ver em <https://www.museudasfavelas.org.br/exposicao-favela-raiz/>)

falar das favelas, afinal a cidade do Rio de Janeiro é, não só cercada, mas atravessada por elas. Por isso é imprescindível falar delas quando o assunto é cidade.

E quando assumimos que a vida na cidade é constituída por vários processos, inclusive os normativos que condicionam e moldam os corpos, identificamos o quanto se dá por um processo que se constitui com e nos cotidianos.

O que trazemos nessa pesquisa, da experiência pesquisada, se materializa a partir da busca por valorização das histórias pessoais dos sujeitos, aqui mulheres LBTs. As quais fizeram parte de diversas formas, seja como relatos pessoais, manifestações, articulações políticas etc, para que o relatório da equipe de gênero da Mandata tomasse forma. Ao obter informações relevantes, envolvendo relatos detalhados sobre experiências específicas de vida, eventos importantes ou momentos significativos de cada uma, permitiu perceber que essa abordagem reforça a importância do contexto em que essas experiências ocorrem e como a subjetividade de cada sujeito moldará sua interpretação. E que nos fazem indagar pelos efeitos do espaço Parlamentar enquanto espaço educativo e político.

Compreendendo a importância do cotidiano, como um fenômeno que se forma a partir de diversos acontecimentos que, dependendo de nossa relação com eles, podemos nomear por experiência. É importante acrescentar que experiências só acontecem quando somos afetados. E um afeto possibilita que sujeitos sociais sejam atravessados. Em seu texto intitulado experiência, disponível no livro *Dicionário das narrativas*, as autoras Rosa Malena Carvalho e Andreza Berti (2022) abordam o assunto, a necessidade de trazeremos cotidiano enquanto conceito. Como dizia Maurice Blanchot, o cotidiano é o que há de mais difícil a descobrir, é o social mas também é o que fazemos dele quando estamos só, “numa primeira aproximação, o cotidiano é aquilo que somos em primeiro lugar e o mais frequentemente: no trabalho, no lazer, na vigília, no sono, na rua, no privado da existência. O cotidiano somos portanto, nós mesmos costumeiramente” (Blanchot, 2007, p. 235).

É por esse caminhar que podemos frisar o que nos move enquanto seres emocionais, o cotidiano diário, a sequência de acontecimentos que nos atravessam e nos possibilitam movimentos através das experiências nos colocam frente a fraqueza e fragilidade, e nesse sentido é importante que sejam entendidas e assimiladas. A fragilidade não nos torna fracos, a fraqueza vem de um outro lugar, já

a fragilidade nos permite sentir curiosidade pelo outro, esse atravessamento nunca é singelo, ele ultrapassa e só assim uma pesquisa acontece, uma cidade se movimenta e, uma sociedade se cria e existe.

Correlacionando essas ideias com o relatório feito pela equipe de gênero de uma Mandata Quilombo, é fundamental que se pense modos outros de se fazer política, afinal ela norteará os processos que chegarão à cidade.

Andreza Berti e Rosa Malena Carvalho (2022) trazem algumas reflexões sobre experiências, as quais promovem “gestos como prestar atenção, escrever, narrar, estar junto e estar entre” (p. 190). E, transitar dessa forma pelo campo Parlamentar pode ajudar a afirmá-lo como um dos processos sociais mais importante, pela capacidade de atingir e (trans)formar os sujeitos. Ações que podem estar comprometidas com a conscientização das relações de poder opressoras da sociedade, objetivando um desenvolvimento político pleno e democrático. Sendo importante pontuar que, quando as ações parlamentares estão direcionadas às instituições de ensino, questões acerca das diferenças e diversidades – através dos grupos de trabalho, como os comitês de educação e de gênero - devem ser colocadas para que não sejam usadas de forma opressora.

A partir desse entendimento, é imprescindível que repensemos os efeitos culturais nos corpos construídos socialmente nos cotidianos e os preceitos homogeneizadores, sexistas e heteronormativos impostos a eles - aqui mulheres LBTs.

Mediante os aportes teóricos, apontados pelos e pelas autores/as aqui mencionados/as, identificamos a necessidade de observar as camadas normativas. Isso significa também disputar sentidos atribuídos ao Parlamento enquanto espaço de práticas educativas para formação dos sujeitos sociais, como sujeito cultural e historicamente constituídos.

3.2.1 O Relatório do GT de gênero e sexualidade Mandata Quilombo Deputada Mônica Francisco – a intensidade de uma experiência

Esse relatório foi construído pela equipe de gênero da Mandata Quilombo da Deputada Estadual Monica Francisco, entre os anos 2018-2022. O GT que redigiu a

versão final do relatório não teve acesso aos arquivos de trabalho da formação dele em 2019 e 2020, pois houve mudança de equipe e não foi feito um apanhado antes, porém foi a formação deste GT, pela Mandata, que começou do zero e finalizou em março de 2021, com Camila Marins, Dani Nunes e Mariane Marçal, às quais se somaram Fernanda Moura, Lilliane Carvalho e Renata Aquino ao longo do ano.

Ressalto que esse GT se estruturou na medida em que íamos debatendo projetos de lei, realizando articulações com movimentos sociais e outras ações necessárias para que pudéssemos ter referências da base em projetos e leis criados nessa trajetória. Assim, foi constituído pela forma de fazer política de uma mulher negra, da favela, cientista social, eleita com mais de 40 mil votos para Deputada Estadual em 2018, no Rio de Janeiro, Brasil. Desde o início, a metodologia da Mandata Quilombo foi compreender e mapear os cotidianos e lugares habitados por nós mulheres, e os atravessamentos que nos afetam e cortam. Dados que ajudariam no trabalho que buscou contribuir com um Brasil melhor e com menos desigualdades.

Devemos mencionar que, embora a narrativa utilizada nesta pesquisa acredite nesse modo de fazer política, aqui outras lentes tomarão forma pois parte de outros lugares, e do conjunto de muitas vozes, corpos e cotidianos.

O relatório foi composto pelas ações públicas que a formação prévia do GT de gênero fez e que a composição do GT final teve acesso através de tabelas da jurídica, adesivos no gabinete, informações compartilhadas por outros Grupos de Trabalhos da Mandata, junto ao *Google* e a Comunicação, permitiram que essa equipe alcançasse demandas específicas. O relatório se encontra disponível *online*⁴³, acessível ao público. Infelizmente, até o momento final dessa pesquisa, não havia sido disponibilizado na biblioteca da ALERJ.

Na composição do material a ser trabalhado no relatório, logo de cara, tivemos a importante participação na CPI⁴⁴ de Femicídio de 2019, desempenhando o papel de Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Femicídio. Um marco significativo na atuação política da Mandata, pois Mônica Francisco foi a primeira mulher negra a fazer parte dessa CPI. E, em sua Mandata, a equipe de gênero composta por mulheres do campo educativo e saúde, conseguiu

⁴³<https://docs.google.com/document/d/1xEXQimYiTzWZbmckXsJlyzu9B5Yja6gD3AUy6TmT8IAw/edit#heading=h.oiz2xhx93alk>

⁴⁴ Comissão Parlamentar de Inquérito, trata-se de uma investigação conduzida por parte (comissão) do Poder Legislativo com objetivo e duração definidos.

acolher mulheres vítimas e encaminhá-las ao NUDEM (Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher).

Essa CPI teve como objetivo investigar e compreender as raízes do feminicídio no Estado do Rio de Janeiro, uma resposta direta a uma onda alarmante de crimes contra mulheres que assolava a região. Fizeram parte dessa CPI, a Deputada Martha Rocha (Presidente da CPI), a Vice presidenta Mônica Francisco, a Relatora Deputada Zeidan Lula, os membros efetivos, Deputada Tia Ju, Deputado Chicão Bulhões, Deputada Enfermeira Rejane, Deputada Rosane Félix e, por fim, os membros suplentes, Deputada Renata Souza e Deputada Dani Monteiro. A ALERJ publicou o relatório⁴⁵ final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar os casos de Feminicídio no estado do Rio de Janeiro.

A CPI foi inaugurada oficialmente em fevereiro de 2019, através da Resolução N.º 02/2019, em resposta à crescente violência de gênero que afligia o Estado. No início de 2019, até o dia 03 de fevereiro, a imprensa já havia noticiado 14 casos de feminicídio naquele ano. No entanto, o âmbito da CPI não se limita à mera investigação desses casos; também buscamos analisar e aprimorar os serviços de apoio às mulheres que foram vítimas de agressões. A CPI realizou várias audiências e solicitou recomendações direcionadas aos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Essas recomendações, juntamente com as descobertas da CPI, foram compiladas em um Relatório Final substantivo, contendo 106 propostas. O presente documento está disponível no acervo da ALERJ referenciado anteriormente.

A comissão trabalhou incansavelmente durante todo o ano, desde a sua criação em fevereiro até a aprovação do relatório final em 28 de novembro de 2019. Durante nossa gestão, a equipe da Mandata era composta por diversos GTs, incluindo trabalho e de gênero. Tanto antes quanto depois de 2021, os GTs trabalharam arduamente para implementar as recomendações do relatório de várias maneiras. Entre as recomendações apresentadas, destacam-se a criação de mais promotorias de justiça criminal para casos de violência contra as mulheres, a inclusão de um núcleo de feminicídio em todas as Delegacias de Homicídio (DH) e a implementação do Formulário de Avaliação de Risco em Violência Doméstica (Frida).

⁴⁵ https://docs.google.com/file/d/11siX4tr_x2bUygOM-fSltPJSWcGS3wEY/edit?filetype=msword

Outro projeto propõe a criação de um kit vestuário para as mulheres no Instituto Médico Legal (IML), onde elas são direcionadas pelas delegacias para fazer os exames de corpo de delito; também fomos coautoras deste projeto. No relatório, também consta a sugestão para a criação de mais promotorias de justiça criminal para casos de violência contra mulher e a inclusão de um núcleo de feminicídio em todas as Delegacias de Homicídio (DH); em 2022, de maneira tímida por causa das mudanças no GT e pelo cenário eleitoral, buscamos avançar esse debate pesquisando formas de capilarizar no interior do estado a assistência do Estado no combate à violência contra a mulher (Relatório GT de gênero e sexualidade Mandata Quilombo Deputada Mônica Francisco, 2022, p.14⁴⁶)

Além disso, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) assumiu a responsabilidade de criar ferramentas de monitoramento e controle para verificar a aplicação das recomendações no âmbito Parlamentar, como entregamos a Mandata em 2023, não consigo informar se foram criadas. O Relatório Final da CPI é um documento extenso, com cerca de 600 páginas, contendo 126 recomendações a serem impostas pelos órgãos do Judiciário, dos poderes executivos municipais e estaduais, e do poder legislativo. Além disso, foram propostos cinco projetos de lei e três prorrogações legislativas.

Dessa CPI a Mandata conseguiu alguns avanços, o projeto de lei que alterava a Lei N 5645, do dia 06 de janeiro de 2010, para que incluísse no calendário oficial do Rio de Janeiro o dia Estadual pelo Fim do Feminicídio⁴⁷, a ser celebrado no dia 25 de março. O Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio se destina a promover campanhas, atividades e ações públicas de enfrentamento, prevenção e erradicação da violência contra a mulher, bem como a construção de uma cultura de não violência contra as mulheres. Em 2020, o Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra mulher, desde o início da pandemia, no período de quarentena, as denúncias contra mulher aumentaram 30%, no Rio de Janeiro, sendo que 68,2% das mulheres vítimas de feminicídio eram negras, mesmo as brancas sendo a maioria na população, segundo o Dossiê Mulher 2020. Além desse Projeto de Lei citado anteriormente, tivemos também o projeto de lei 3457/2020, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, instituí o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho, como

⁴⁶<https://docs.google.com/document/d/1xEXQimYiTWZbmckXsJlyzu9B5Yja6gD3AUy6TmT8IAw/edit#heading=h.oiz2xhx93alk>

⁴⁷ Para maiores detalhes, ver em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/959d3e198a293d4d032586a30053a13a?OpenDocument&Highlight=0,femicin%C3%ADdio> e; em http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2M4YWwOTAwMDI1ZmVIZjYwMzI1NjRIYzAwNjBkZmZmL2YwNzc5ODI4YzgwOTAxMzUwMzI1ODc5ZDAwNWQ2ODc2P09wZW5Eb2N1bWVudA==

forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência, em especial a violência doméstica e familiar nos termos da Lei Federal nº 11340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Em 2019, tivemos um Projeto de Lei, Nº1606/2019, sobre vestuário para mulheres vítimas de violência, a qual integrou o Relatório final da CPI do Femicídio, sendo considerado uma contribuição efetiva da Comissão Parlamentar de Inquérito para combate à violência contra a mulher, em especial o Femicídio. A Lei dispõe da obrigatoriedade de entrega de *kit* vestuário para essas mulheres, visto que é comprovado que ao registrarem ocorrência as vítimas chegam com roupas rasgadas e precisam deixá-las no IML como prova dos vestígios do crime do qual foram vítimas.

Estes são três dos projetos de lei que surgiram no andamento do Relatório da CPI de Femicídio, este disponível na biblioteca da ALERJ, cujo objetivo propunha atender a demanda dessas mulheres, vítimas da misoginia e da violência doméstica. Por isso a suma importância do presente documento, e toda a articulação das mulheres que o compuseram, para combater a violência nesses corpos. Nós mulheres seguimos na luta. O que não começou nessa CPI.

Ainda no ano anterior a 2021, a Mandata quilombo apresentou um projeto de lei – de número 4364/2021- que criava a Lei Luana Barbosa: ele estabelecia o dia 13 de abril como Dia Estadual de Combate ao Lesbocídio. Luana Barbosa era uma mulher negra, lésbica, periférica, mãe, que foi cruelmente assassinada pela Polícia Militar de São Paulo em 2016. Na noite de 8 de abril, perto da casa dela em Ribeirão Preto, ela foi publicamente espancada de maneira brutal por três PMs, e faleceu 5 dias depois em consequência da violência.

Entendíamos que Luana não tinha sido um caso isolado e não seria o último. A urgência de ação para que essas mulheres, mortas por serem quem eram, não sejam esquecidas. Lembrar é também um dos passos para termos Políticas Públicas de combate à toda violência causada por opressões em razão de sexualidade, gênero, raça e classe. Lembremos de Luana Barbosa. Lutemos por Luana Barbosa. Não esqueçamos Luana Barbosa e das diversas Luanas. O projeto virou lei e hoje o dia 13 de abril é o Dia Estadual de Combate ao Lesbocídio⁴⁸.

⁴⁸<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/cff422f30b229841032586f600635ec8?OpenDocument&Highlight=0,luana,barbosa>

Através desses destaques podemos identificar a importância de mulheres, mulheres pretas, LBTs no campo Parlamentar, pois a forma de ver e fazer política é diferente. A visão de mundo, mesmo que singular de cada mulher, é atravessada por cotidianos que falam sobre um ponto comum, que é a desigualdade. Disparidade que amplifica quando incluímos os recortes étnicos, de orientação sexual, de classe social e etc. Maurice Blanchot, em “Falas Cotidianas”, diz que

(...) o cotidiano escapa. É sua definição. Se o buscarmos pelo conhecimento, só podemos perdê-lo, pois ele pertence a uma região em que não há ainda nada a conhecer, assim como é anterior a toda relação, uma vez que já foi sempre dito, permanecendo ao mesmo tempo informulado, quer dizer, aquém da informação. Não é o implícito (de que a fenomenologia faz grande uso); por certo ele já está sempre lá, mas o fato de estar lá não verifica sua consumação: ao contrário, está sempre inconsumado em sua própria realização, que nenhum acontecimento, por mais importante, por mais insignificante que seja, poderá produzir (Blanchot, 2007, p. 239)

E esse efeito, podemos dizer, invisível, do cotidiano, encontramos na Deputada Monica Francisco, que em sua Mandata propiciou a criação do relatório. Sendo cria do Borel, cotidiano que faz parte da sua vida antes da eleição, e sempre estará com ela, repercutindo em suas ações, pois o cotidiano não requer nenhum conhecimento prévio, ele acontece. Ela sempre afirmou que as dificuldades para nós, mulheres, no acesso à política institucional começavam dentro dos próprios partidos, os quais, muitas vezes, não consideram as desigualdades de gênero, raça e classe. Este quadro se materializa na falta de financiamento, na distribuição desigual do fundo eleitoral, na divisão do tempo de rádio e TV da propaganda eleitoral e do acúmulo de jornadas de trabalho.

Um Mandato Parlamentar possui um orçamento para que suas emendas sejam debatidas e possam ser disputadas no campo parlamentar, nas ruas e dentro dos plenários; assim como a verba possa ser distribuída e fornecida para iniciativas, espaços institucionais etc. A Mandata Quilombo mobilizou mulheres, afirmando que orçamento público era coisa de mulher e devia ser acessível à todas. Nesse movimento, chegamos a construir um artigo que seria publicado em jornal, onde denunciávamos o absurdo, a desumanidade, a perversidade da exclusão das mulheres negras no orçamento do Estado do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, a injeção de 12 bilhões da dotação orçamentária para a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Mas foi derrubado pelo governo do Estado, e não publicado.

Esse artigo foi derrubado pelo O Dia *online*, e a Deputada dizia que sua equipe estava dissecando o orçamento, para entender para onde o dinheiro público estava sendo direcionado. Como a equipe não teve o direito de resposta, nos mobilizamos e lançamos uma Cartilha do Orçamento, “Orçamento é coisa de mulher! Não farão política sem nós!”⁴⁹. O lançamento ocorreu no Lume (Praça Mario Lago, no centro do Rio de Janeiro) no dia 25 de outubro de 2021, com as Deputadas Federais Talíria Petrone (PSOL-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ). Entendíamos que precisávamos mostrar a real importância do orçamento parlamentar para as mulheres, assim como a importância das mulheres ocuparem esse espaço, que é de ação concreta da política institucional.

Emendas que foram apresentadas ao orçamento: Apoio às mulheres empreendedoras periféricas; Cartilha de capacitação de profissionais sobre saúde de LBTs; Reposição hormonal para pessoas trans; Realização de um levantamento da violência LGBTIFóbica; Protocolo de atendimento de saúde integral para mulheres LBTs; Política de abrigo para a população LGBTI+; Núcleo de saúde mental para a população LGBTI+; Mapa sócio-cultural-afetivo de lésbicas e bissexuais na favela; Instituição de longa permanência de idosos para a população LGBTI+; Cartilha de capacitação para a implementação de protocolo de saúde LBT; Ambulatório de saúde integral LGBTI+; Apoio para curso de pré-vestibular comunitário.

As iniciativas para construção dessas emendas só foram possíveis por ter existido uma mobilização de escuta ativa dos movimentos sociais, coletivos de mulheres, coletivos negros que chegavam junto da Mandata Quilombo. Sobre isso, a urgência da escuta, da conscientização do corpo e da fala, identificamos como elementos de expressão do educativo no espaço parlamentar – o que André Bochetti (2022) ajuda a entender a importância, quando ele diz que o exercício de escuta é um exemplo de reconhecimento. O que aproximamos da potência de uma Mandata que se estabelece de forma coletiva dentro de uma instituição pública, sendo construída por muitos, pela escuta, pela resistência, pelo afeto e resiliência que permite a criação de um processo educativo, didático e afetuoso materializado de dentro do plenário nas votações dos projetos de leis, até as ruas onde a disputa é

⁴⁹ Para maiores detalhes do lançamento, ver em <https://monicafrancisco.com.br/deputada-monica-francisco-realiza-plenaria-orcamento-e-coisa-de-mulher-na-alerj/>. E, para acessar a cartilha: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://monicafrancisco.com.br/wp-content/uploads/2021/10/Cartilha-Or%C3%A7amento-%C3%A9-coisa-de-mulher.pdf>.

intensificada por muitos atravessamentos, uma vez que existe uma emulação acerca das ruas da cidade.

E se os corpos forem como uma extensão dessa ação educativa Parlamentar? Através deles a resistência se materializa - o corpo político -, e a fala expressando uma ferramenta que temos para avançar na sociedade, entendendo as ruas, favelas e a cidade propriamente dita como espaço onde a resistência acontece. “A oralidade e a produção de corporeidades estão imbricadas de modo complexo. Podemos dizer que elas se agitam sobre um mesmo plano, promovendo composições diversas: corpo e fala escorregam um sobre o outro e se produzem mutuamente” (Bochetti, 2022, p. 106). A valorização da história de cada sujeito faz-se necessária para que os atravessamentos e essa rede de vozes abram espaços para outras vozes.

A ideia da escola e do Parlamento como instituições significa pensar esses espaço pela macropolítica (espaço), pois se referem a diferentes níveis de tomada de decisões e exercícios de poder em um sistema educacional. Ao mesmo tempo, a realização de cada dia nesses espaços está na ordem da micropolítica (lugar). Atentemos, então, para a potência das escolas como um espaço de resistência no âmbito ético político (territórios). E esse devir para a construção contra hegemônica é uma tarefa que já está posta. Por isso é preciso disputar a formação humana e lutar para a construção de um projeto de educação que entenda que isso acontece nas escolas, e em todos os espaços sociais, como o Parlamentar.

Assumirmos, portanto, que assim como a vida escolar é constituída por vários processos, inclusive os normativos que condicionam e moldam os corpos, a valorização da narrativa das experiências individuais de cada um, de cada coletivo é de suma importância para emancipação humana. Dando ênfase ao cotidiano de mulheres LBTs, com todos os seus atravessamentos, o caminho é árduo pois insistem em nos afastar e principalmente nos convencer que lá não é nosso lugar. Como disse Mônica Francisco em uma de suas plenárias, no ano de 2022, “a questão não é construir tendo homens brancos no mesmo lugar que eu, mas que eles não criem mecanismos para que eu não exerça minhas funções”.

É por esse caminho que o espaço legislativo e parlamentar se constitui e desempenha um papel educativo significativo em diversas dimensões, contribuindo para a formação cidadã, o entendimento do sistema político e a promoção da participação democrática.

Cabe considerar alguns aspectos que destacam a importância do espaço legislativo como um ambiente educativo, afinal o espaço legislativo é uma arena onde as leis são debatidas, criadas e modificadas. Nesse processo, o Legislativo compreende como funciona o sistema político, o papel dos e das representantes eleitos/as e como as decisões afetam suas vidas, por isso a importância dos e das cidadãos/ãs fazerem parte. Nesse processo, observar os debates parlamentares, acompanhar votações e entender como as políticas são formuladas contribui para uma educação cidadã mais completa, promovendo a consciência sobre direitos, deveres e responsabilidades dos cidadãos.

No que tange à representação e diversidade, o espaço parlamentar é um reflexo da diversidade da sociedade, com representantes eleitos de diferentes origens, ideologias e perspectivas. Esse ambiente proporciona uma lição prática sobre a importância da representação e da inclusão na tomada de decisões. A observação da diversidade no Parlamento pode inspirar indivíduos a se envolverem na política, incentivando uma participação mais ampla e representativa.

Havendo práticas democráticas, o Parlamento se estabelece enquanto uma instituição fundamental para o funcionamento da democracia. A observação das práticas democráticas, como o respeito às regras, o debate de ideias e a resolução de conflitos por meio do diálogo, são aprendizados essenciais para a manutenção de uma sociedade democrática. Desenvolve a consciência social, pois os debates no Parlamento abordam uma variedade de questões sociais, econômicas e culturais. A exposição a esses debates, então, contribui para a formação de uma consciência social, permitindo que os cidadãos compreendam melhor as complexidades e desafios que a sociedade enfrenta.

Ao acompanhar e propor para o desenrolar das atividades parlamentares, os cidadãos podem desenvolver um maior senso de engajamento coletivo. Isso pode se traduzir em maior participação nas eleições, petições, manifestações e outras formas de envolvimento político. Essa participação também fomenta a transparência, tornando o espaço público. O acesso aberto às informações legislativas permite que os cidadãos compreendam as decisões, suas justificativas e os impactos que terão na sociedade.

Em suma, o espaço legislativo e parlamentar serve como um poderoso ambiente educativo, capacitando os cidadãos com conhecimentos sobre o funcionamento do sistema político, os valores democráticos e as questões que

moldam a sociedade. A participação informada dos cidadãos é fundamental para o fortalecimento de uma democracia saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente dissertação de mestrado foi entender como as normatizações de Gênero afetam o corpo de mulheres LBTs, para promover uma nova forma de fazer política, onde esses corpos sejam não só incluídos como protagonistas dentro do espaço público que é o Parlamentar.

No desenvolvimento, dialogando com os pressupostos da metodologia dos cotidianos, indagamos a experiência como assessora parlamentar na ALERJ. Experiência que revelou ser fundamental pensar em como as normas de gênero são impostas dentro de uma sociedade e como esse processo ocorre sabendo que a construção dos corpos, das concepções de masculinidades e feminilidades são limitantes, por expressarem uma lógica binária e, ao mesmo tempo, um desafio, porque ocorre dentro de um processo de significação cultural.

Mas o que é ser mulher LBT no Brasil? O que é ser mulher? Se somos seres sociais submetidos às construções culturais, ou seja, os sujeitos são resultados de suas vivências e experiências, que por sua vez, trata-se de construções socioculturais e não dadas pela natureza. Não se nasce, portanto, mulher, pois é algo a ser construído. Nesse sentido, me deparo enquanto professora em formação com questionamentos que visam entender de forma epistemológica como a política ainda é um lugar que tende a enquadrar e padronizar todos que estão incluídos nele. Dessa forma busquei compreender como esses conceitos acerca de gênero se construíram, me baseando nas produções teóricas que abordam a questão das normatizações de gênero nos espaços escolares, na cidade, até chegar ao campo parlamentar e às estruturas de poder que nele habitam.

Entender como esse processo se materializa a partir da busca por valorização das histórias pessoais dos sujeitos, aqui mulheres LBTs. Para isso, dialogamos com um relatório formado por mulheres da equipe de gênero da Mandata Quilombo de Mônica Francisco, destacando diversas formas de fazer política, que podem conter relatos pessoais, manifestações, articulações políticas etc, para que o relatório da equipe de gênero fosse construído. O objetivo era obter informações relevantes, envolvendo relatos detalhados sobre experiências específicas de vida, eventos importantes ou momentos significativos na vida de cada uma, permitindo que essa abordagem reforçasse a importância do contexto em que essas experiências

ocorreram e como a subjetividade de cada sujeito moldou sua interpretação. E, através dessa pesquisa, identifiquei que esse relatório é um exemplo dos efeitos do espaço parlamentar enquanto espaço educativo e político.

Na tentativa de reflexões profundas, que pudessem ampliar o entendimento sobre o assunto, trouxe autores que permitiram melhor compreensão do cotidiano, da experiência, do acesso à cidade, do processo social e cultural de Constituição de um corpo e, de como as normas de gênero são impostas pela sociedade. Questionando o enquadramento dos corpos no cenário educativo que é o parlamentar e, levando em consideração toda esta trajetória histórica de gênero, este estudo se propôs discutir sobre como corpos de mulheres, com recorte de suas orientações sexuais, são restringidos ao acesso pleno de direitos em seus cotidianos. Pensar em possíveis soluções para que o direito a cidade seja, de fato, para todos os corpos que estejam incluídos nela.

Nesta dissertação, um dos objetivos foi colaborar ativamente para a construção de políticas públicas voltadas ao público LBT. O que nos fez questionar a forma predominante de fazer política. Ao discutir como os corpos são enquadrados, partimos do entendimento de que questões anatômicas não são suficientes para definir se uma pessoa será socialmente homem ou mulher. Assim, fazer jus ao entendimento de gênero é fundamental para que atentemos o olhar para o Outro pelas diferenças que ele apresenta, por ser construído socialmente. Para isso, nos atentamos aos efeitos das normas de gênero, dos modelos hegemônicos de masculinidades, erguidos em oposição ao feminino e as orientações sexuais que necessitam de constante vigilância para existirem combatendo a LBTfobia.

Ainda existem muitos mecanismos que nos afastam, enquanto mulheres LBTs, do acesso integral às políticas públicas, por isso é necessário um novo modo de pensar educativo, para que façamos política de outra maneira. Ao entender o campo parlamentar como educativo, compreendemos o quanto a relação com a cidade e a escola, pelos cotidianos das ruas, pode contribuir para a emancipação social, rompendo com as desigualdades sociais.

Mas para que isso seja possível, é fundamental que, possamos olhar para o espaço parlamentar como instituição que também é educativa, para que erros não sigam se repetindo. Afinal sempre tivemos mais proximidade com espaços que nos proporcionam conhecimento, diretamente, do que com os políticos não é mesmo?

Principalmente no momento em que vivemos, com o avanço conservador. Para barrar essa lógica, necessário ocuparmos todos os espaços como se fossem dados a nós. Não é fácil, pois o que temos hoje, tudo, vem de longa caminhada, de luta e de sangue. Mas abriram caminho para nós, e seguiremos ampliando para os próximos que virão.

Tal atitude pressupôs, como primeiro movimento dessa dissertação de mestrado, analisar os impactos das políticas públicas nos corpos de mulheres LBTs durante o período de 2020 a 2023, com base nas experiências de uma professora-assessora que compôs a equipe de gênero de uma Mandata Quilombo. Com a metodologia da narrativa pela experiência na assessoria parlamentar, somada às diversas experiências de outras companheiras, que foram importantes para criar táticas de resistências às práticas de silenciamento e controle que insistem em nos imputar no campo político.

E, o maior desafio dessa pesquisa foi relacionar esses impactos a uma nova forma de fazer política, na expectativa de que nos próximos anos possamos seguir reivindicando direitos e visibilizando a identidade lésbica, bissexual e transexual dentro das instituições educativas, políticas, incluído todos os espaços sociais, legitimando novas relações que escapem do normativismo e do modelo prescritivo. E tudo é político. Quando pensamos em um sujeito social, dentro de uma instituição de ensino, nosso corpo se torna político simplesmente por estarmos imersos em vários aparelhos que constituem esse processo de socialização. O corpo fala com sua simples presença.

Realizar a dissertação foi um divisor de águas em minha vida. Encontrei, no desenvolver dela, sentimentos que estavam submersos, assim como outros eram despertados, nesse desenrolar e na busca por entendimento e, conseqüentemente, maior fortalecimento para seguir. Me via cada vez mais entendendo os mecanismos que, muitas vezes, na correria, naturalizamos, pois somos afetadas a todo momento, tentam nos moldar a todo instante. No processo em que ela tomava forma, a partir da qualificação, passei a me questionar em quais momentos existia uma tomada de posição ou uma tomada de partido. E posso dizer que essa indagação me acompanha.

E fará eco no desdobramento dessa pesquisa. A qual pretendo que siga, trazendo um aprofundamento étnico, entendendo que as desigualdades são colocadas de diversas maneiras. E, como somos muitas coisas, nossa cor de pele

tem história e a organização social hegemônica nos dá um lugar na história, de acordo com esse tom de pele. Por isso devemos reconhecer a branquitude e todos os seus impactos negativos.

O que me faz concluir apontando que os caminhos para mudança devem ser consistentes, múltiplos, diversos. Refletir acerca da Política Parlamentar contém narrativas, movimento, trajetórias que podem continuar contribuindo, para que as provocações que consideramos ser urgente para tornar o Parlamento um espaço educador comprometido com o avanço democrático, contra as desigualdades sociais. E a partir dos conceitos de corpo e cotidiano, quais os desafios do Parlamento como espaço educador? São preocupações que ainda me acompanham e seguem na formação que não acaba aqui.

O movimento de estar na formação continuada, no tempo de mestrado, indagando a experiência no Parlamento exigiu diversos esforços (como separar, na escrita, a mestranda da assessora) e novas aprendizagens. O que me faz desejar seguir rumo ao doutorado, pois acredito ter muito a contribuir e a aprender também, afinal caminho se faz andando. E o que mais aprendi foi que nossas vidas podem tomar rumos diferentes todos os dias, rumos estes que não estão todos no nosso controle, seja pelo campo político, espiritual, social, financeiro etc. Mas saber para onde queremos ir e do nosso valor, e reconhecer nossa história muda tudo. Então que esse trabalho ecoe e faça todos que o lerem refletir seu papel no campo político; e o quanto a educação, para a emancipação social, realizada pelas escolas pode acontecer com apoio do campo parlamentar; assim o quanto o papel das escolas é fundamental para que o espaço político do Parlamento seja educativo.

Dos caminhos que me trouxeram até aqui, sigo com a aprendizagem de que a maior disputa na política institucional não é só dividir estes espaços com homens cis brancos, mas que estes não criem mecanismos para que corpos como o meu, o seu e o de todas/os/es não ocupem esse espaço.

Nesse processo, assumo o compromisso de, enquanto pesquisadora, fazer com que minha escrita seja acessível a todes, sem que haja necessidade de título acadêmico para que, o que quero dizer seja entendido. A relevância de uma escrita se faz, portanto, quando qualquer pessoa que a lê consiga entender.

Sendo o corpo social e político, devemos pensar em como, enquanto professores/as, podemos assegurar que no processo de escolarização os sujeitos não sejam restringidos pelo determinismo biológico. Mas, com as aulas pautadas

pela diferença, romper com o padrão generificador, excludente e classificatório. Nesse sentido, a importância do Programa de Pós-Graduação para formação dos/as professores/as com debates relacionados ao corpo, diferenças, gêneros e sexualidades é extremamente importante. Na contradição com a reprodução das desigualdades, o mundo também está em constante mudança. E a formação continuada deve ser garantida a todos/as os/as professores/as.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. Disposições legislativas sobre gênero na educação. **Guia prático para escolas e educadoras/es**. São Paulo, 2015.

ALTMANN, Helena. **Educação física escolar: relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 8, n. 48, p. 15-31, 2016.

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

AUDEBERT, Cédric; JARDIM, Denise; JOSEPH, Handerson; PINHO, Osmundo. Negritude e relações raciais: racismo e antirracismos no espaço atlântico. **Horizontes Antropológicos**, 2022, 28 (63), 7-37.

BALDAIA; Fabio P. Bastos; ARAÚJO, Tiago Medeiros.; ARAÚJO, Sinval Silva. O bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, 2021, p. 1-15.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos; SILVA, Rodrigo Lages e. A cidade dos anjos do improrrogável. **Rev. Polis Psique [online]**. 2017, vol,7, n.1, pp. 49-73.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, Ira Maria. (Org.). **Psicologia e educação: novos caminhos para a formação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. v. 1.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. **Escritos Urbanos. Ensaios sobre Subjetividade e Política**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. v. 1. p.31.

BERTI, Andreza. A corporeidade e a construção rizomática do conhecimento na escola In CARVALHO, Rosa Malena (Org.). **Corporeidades e processos formativos: contundências e resistências em defesa da vida e da escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2021. v. 1, p. 22-48.

BERTI, Andreza; CARVALHO, Rosa Malena. Experiência IN REIS, Graça; OLIVEIRA, Inês Barbosa de; BARONI, Patrícia (Orgs). **Dicionário de Pesquisa Narrativa**. Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ/Ayvu, 2023, p. 189-196.

BLANCHOT, Maurice. A fala cotidiana. In: BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita 2: a experiência limite**. São Paulo: Escuta, 2007. p. 235-246.

BOARINI, Maria Lúcia; YAMAMOTO, Oswaldo H. Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, vol 13, n 1, SP. Educ, 2004, p. 59-72

BOCCHETTI, André. Corpo-Oralidades. In: REIS, Graça, et al. **Dicionário de pesquisa narrativa**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2022. p. 105-111.

BORTOLINI, Alexandre. Pode falar sobre gênero na escola? In: PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cristina (orgs). **Quando LGBTQs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020, p. 13-43.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Míriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. "Coleção Documentos", **Instituto de Estudos Avançados** – USP, São Paulo, jul./1997. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>>.

CARVALHO, Rosa Malena (Org.). **Corporeidades e processos formativos: contundências e resistências em defesa da vida e da escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2021. v. 1. 347pp.

CARVALHO, Rosa Malena. **Corporeidade e Cotidianidade na Formação de Professores**. 01. ed. Niterói: Editora da UFF, 2012. v. 01. 119pp.

CATINI, Carolina **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CAZEIRO, Felipe; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. "(Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54397, 2019.

COIMBRA, Cecília. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Niterói: Intertexto. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2014.

DÁOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DAVIS, Viola. **Em busca de mim**. Tradução: Karine Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. Em: **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DINIZ, Vera. Educação Física e gênero: problematizar para desconstruir *In* CARVALHO, Rosa Malena (Org.). **Corporeidades e processos formativos: contundências e resistências em defesa da vida e da escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2021. v. 1., p. 120-140.

DORNELLES, Priscila. Gênero, sexualidade e idade: Tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Educação. Pesquisa**, São Paulo-SP, v.41, dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. 1999. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997

GALLO, Silvio. Educação, devir e acontecimento: para além da utopia formativa. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 2012Esp, 2013.

GATTI, Bernardete. pesquisa em Educação e o campo da formação de educadores: diálogos com Marli André. Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 47–56, 2021. DOI: 10.31639/rbpf.v13i28.546. Disponível: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/546>. Acesso em: 6 jul. 2023.

GOELLNER, Silvana. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, [S. l.], ano 2010, p. 71-83, mar. 2010.

GOMES, Camilla de Magalhães. **Gênero como categoria de análise decolonial**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Território e territorialização. In: GONDIM, Grácia Maria de Miranda; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova; MIYASHIRO, Gladys Miyashiro (Org.). **Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 21-44.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020, p. 115-125.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p. Resenha elaborada em colaboração com estudantes da Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos na disciplina Pedagogia Emancipatória, ministrada pela Profa. Dra. Maria Amélia do Rosário Santoro Franco, no 1º. Semestre de 2021.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. tradução Stephanie Borges. São Paulo: Efevante, 2021. 272p.

IBGE, 2021. **Conheça o Brasil – População Quantidade de homens e mulheres**. Disponível em: < <https://diminua.me/quantidade-mulheres>>. Acesso em: jan de 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia Técnico sobre pessoas transsexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012. 42 p.: il.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 22 a 25.

KRENAK, Ailton. **A Vida Não É Útil** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LEGNAIOLI, Stella. **O que é racismo ambiental e como surgiu o conceito**. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/racismo-ambiental/amp/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LOPES, João T. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 17. Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2345>. 2017

LOURO, Guacira. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**. Florianópolis. Vol. 9, n. 2 (2001), p. 541-553

LOURO, Guacira L.; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2003.

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. **A igualdade entre os sexos na Constituição de 1988**. Brasília, maio de 1997. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/159/10.pdf?sequence>>.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer, um aprendizado pelas diferenças**. Caderno de diversidades, Ouro preto, ano 2012 p. 9-78.

PARAISO, Marluce. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206 - 237, 2016.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

PINO, Nádia. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos desfeitos. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007.

POCAHY, Fernando. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexual e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. In: POCAHY, Fernando. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades**. **Redobra**, n. 9, ano 3, 2012. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf

RIBEIRO, Ana Clara Torres e outros. Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro: Compreendido contextos, abordagens, conceitos e propostas metodológica da cartografia da ação social, UFBA, ano 2012, v. 3, ed. **Redobra**. número 9, p. 22-29, 18 out. 2012.

RIBETTO, Anelice & RATTERO, Carina. Cenas para pensar a educação na diferença. **Revista Educação Especial**, 30(58), 2017, p. 361–372.

RIOS, Roger. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, Fernando. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007, p. 27-48.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. O Lugar e o Cotidiano. In: **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 63.

SANTOS, Milton. **Por uma outra** globalização 32ª Ed. Editora Record, 2022.

SAVIANI, Dermeval. A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 31, n. esp.1, p. 03–22, 2020. DOI: 10.32930/nuances.v31iesp.1.8279. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8279>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria util para análise histórica. **Gender and the politics of history**, New York, Columbia University Press., ano 1989, p. 1-35

SILVA, Robson Guedes da. Biopolítica, precariedade e educação: um ensaio de pensamento com Butler e Foucault. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, p. e32333, jan/dez. 2020. <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32333>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/32333>. Acesso em: 2023-07-10.

SINGER, Paul.; CAMPOS, Oswaldo.; OLIVEIRA, Elizabeth Machado de. M. **Prevenir e Curar**. O controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, 2021, 14(2), 142–159. <https://doi.org/10.9771/pcr.v14i2.44151>

SOUZA, Jessé. **A Herança do Golpe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2022. v. 1. 240pp.